

A Cobertura Editorial dos Refugiados na Televisão Nacional: O caso da SIC NOTÍCIAS

Helena Cláudia Machado Ribeiro

Relatório de Estágio de Mestrado em Jornalismo

(Versão corrigida e melhorada após defesa pública)

**Helena Ribeiro, A Cobertura Editorial dos
Refugiados na Televisão Nacional: O caso
da SIC NOTÍCIAS, 2020**

Outubro, 2020

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Jornalismo realizado sob a orientação científica da
Professora Dora Santos Silva.

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Dora Santos Silva, por toda a dedicação, apoio e disponibilidade. Pelas sugestões e correções. Pela sensibilidade e atenção. Por me fazer acreditar sempre nas minhas capacidades e por tornar tudo mais leve.

À SIC e a todos os que se cruzaram comigo. Aos que me ajudaram e aconselharam. E aos que me fizeram crescer nesta aventura enquanto “jovem jornalista”.

À Equipa do Opinião Pública: à Sónia Ricardo e ao Alberto Jorge.

À Editoria de Internacional: à Cristina Boavida, à Cristina Neves, à Sofia Arede, ao João Nuno Assunção e ao Aurélio Faria.

À Pool do Primeiro Jornal: ao André Antunes, ao André Palma, ao Pedro Miguel Costa, à Fernanda de Oliveira Ribeiro, à Elsa Gonçalves e à Vanessa Rocha.

À equipa das madrugadas e manhãs: ao Paulo Nogueira, ao Miguel Veiga, à Catarina Delgado e à Teresa Camarão.

À equipa das tardes: à Ségia Carneiro, ao Joel Soares e ao Diogo Martins.

À Liliana Carvalho, à Manuela Vicêncio, à Rosa de Oliveira Pinto, à Ana Luísa Fernandes, ao Rui Lavaredas, ao Miguel Guerreiro, ao Vítor Lopes, à Ana Leite, à Diana Teixeira, à Ana Alvarinho e à Catarina Coutinho. Porque embora não trabalhassem diretamente comigo, estiveram sempre disponíveis para me ajudar e me aconselhar em tudo.

A todos os repórteres e editores de imagem.

Aos meus colegas estagiários, particularmente à Catarina Aranha e ao Vicente Lourenço, que foram e são verdadeiros amigos.

Ao Pedro Coelho, ao José Silva, ao Ruben Tiago Pereira e à Mariana Cruz pelas entrevistas.

Aos professores da FSCH e da UTAD, a minha primeira casa académica.

À Maria e à D. Gina, dois seres humanos maravilhosos que tive a sorte de conhecer em ambiente de residência universitária, em Lisboa. Obrigada pela paciência e carinho diário.

Aos meus amigos. Aos de sempre e para sempre. Pela companhia, pelo incentivo, e principalmente pela compreensão das ausências. À Telma, à Rita, à Bárbara, à Adriana, ao Simão, ao João, ao André.

À minha família. À minha irmã por ser a companheira de todas as horas, por ouvir os meus desabafos, pela ajuda constante e pela forma como torna tudo mais simples. Ao Rui Filipe, por todo o amor e carinho e por ter sempre as palavras certas. Aos meus pais, por acreditarem sempre em mim e por me incentivarem, destacando sempre o valor e a importância de cada passo. Obrigado por todo o apoio e confiança.

A COBERTURA EDITORIAL DOS REFUGIADOS NA TELEVISÃO NACIONAL: O CASO DA SIC NOTÍCIAS

HELENA CLÁUDIA MACHADO RIBEIRO

RESUMO

O presente relatório de estágio tem como objetivo perceber em que circunstâncias editoriais são os refugiados notícia na televisão nacional, em particular na plataforma online da SIC NOTÍCIAS. Optou-se por fazer uma análise com base na pesquisa por três palavras: refugiado, refugiada e refugiados, de forma a reunir todas as peças publicadas no espaço de tempo definido para esta análise – um período de seis meses, entre janeiro a junho de 2019. Para tentar discutir se a cobertura de assuntos relacionados com o drama dos refugiados é suficiente neste canal de televisão, utiliza-se uma metodologia mista, que resulta na análise de conteúdo, através de um conjunto de variáveis, e entrevistas semiestruturadas realizadas a jornalistas da SIC, em particular os que estiveram envolvidos na cobertura desta temática. No total foram observados 137 conteúdos e concluiu-se que, embora exista espaço na informação da SIC para esta comunidade, a cobertura ainda pode ser melhorada ao nível da criação de mais reportagens, do uso adequado de termos e conceitos associados a esta temática e da utilização de ferramentas multimédia. No geral, pode dizer-se que a informação da SIC é rigorosa. Porém, é necessário apostar em mais jornalistas especializados nesta questão, de modo a criar mais artigos exclusivos e menos provenientes de agência.

PALAVRAS-CHAVE: refugiados, jornalismo de direitos humanos, jornalismo contemporâneo, media, representações sociais, televisão nacional, SIC

THE EDITORIAL COVERAGE OF REFUGEES ON NATIONAL TELEVISION: THE CASE OF SIC NOTÍCIAS

HELENA CLÁUDIA MACHADO RIBEIRO

ABSTRACT

The purpose of this internship report is to understand in which editorial circumstances news refugees are on national television, particularly on the SIC NOTÍCIAS online platform. We chose to make an analysis based on the search for three words: refugee, refugee and refugees, in order to gather all the pieces published within the time frame defined for this analysis - a period of six months, between January to June 2019. To try to discuss whether coverage of issues related to the drama of refugees is sufficient on this television channel, a mixed methodology is used, which results in content analysis, through the construction of variables and semi-structured interviews conducted with SIC journalists, in particularly those who were involved in covering this topic. In total, 137 contents were observed and it was concluded that, although there is space in the SIC information for this community, coverage can still be improved in terms of the creation of more reports, the appropriate use of terms and concepts associated with this theme and the use of multimedia tools. In general, it can be said that SIC's information is accurate. However, it is necessary to bet on more journalists specialized in this issue, in order to create more exclusive articles and less from the agency.

KEYWORDS: refugees, human rights journalism, contemporary journalism, media, social representations, national television, SIC

Índice

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I: ESTÁGIO.....	11
CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA.....	30
3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS REFUGIADOS.....	73
CAPÍTULO III: DESENHO DO ESTUDO EMPÍRICO.....	82
1. OBJETIVO E PERTINÊNCIA DO TEMA.....	82
1.1. Questões de Investigação.....	84
2. METODOLOGIA.....	84
2.1. <i>Corpus</i>	85
2.2. Variáveis de Análise.....	86
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	88
3.1. Análise referente à forma.....	88
3.2. Análise referente ao conteúdo.....	96
CONCLUSÃO.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
LISTA DE GRÁFICOS.....	127
LISTA DE TABELAS.....	127
ANEXOS - ANEXO A: TABELAS DE DADOS.....	128
ANEXOS - ANEXO B: ENTREVISTAS.....	149
JORNALISTA - PEDRO COELHO.....	149
JORNALISTA ESTAGIÁRIA - MARIANA CRUZ.....	156
JORNALISTA - RUBEN TIAGO PEREIRA.....	158
REPÓRTER DE IMAGEM - JOSÉ SILVA.....	161
EDITORA DE INTERNACIONAL – CRISTINA BOAVIDA.....	166
COORDENADOR DO PRIMEIRO JORNAL – ANDRÉ ANTUNES.....	172

INTRODUÇÃO

Em 2015, a fotografia de Aylan Kurdi, um menino de três anos, que morreu afogado na sequência de um naufrágio no Mediterrâneo, chocou o mundo. Foram milhares os que assistiram à imagem da criança síria morta numa praia da Turquia. Uma imagem que se tornou símbolo do drama dos refugiados e que correu o mundo. Foi a partir deste momento que a expressão “drama dos refugiados” ganhou mais força nos órgãos de comunicação social a nível nacional e internacional. Os refugiados e migrantes vêm sobretudo de países em conflito, quase sempre associados a contextos de violência, abusos e pobreza. Arriscam a vida em travessias marítimas à procura de segurança e proteção. Nos últimos anos, as vias marítimas têm representado a clara maioria das chegadas ao “velho continente”. A principal rota é a travessia feita pelo mar Mediterrâneo.

Os órgãos de comunicação social têm, por isso, o poder de informar e a oportunidade de educar e consciencializar o público para os seus direitos. O jornalismo pode ser visto como uma força democrática que estabelece um diálogo entre aqueles que sabem e aqueles que querem saber. Nesta linha de pensamento, os jornalistas assumem novos papéis como organizadores, educadores e facilitadores – ajudando os cidadãos que cada vez mais fornecem também informação. Desta forma, a imprensa tem um papel decisivo na formação do discurso político europeu no que diz respeito, também, ao tema da migração. E aqui os números não enganam. De acordo com dados registados em junho de 2019 estima-se que existam atualmente mais de 70 milhões de refugiados e deslocados em todo o mundo. É o maior número de sempre registado pela ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Neste sentido, desenvolveu-se na SIC um enorme trabalho de investigação, na área da Grande Reportagem sobre o tema dos refugiados, nos primeiros seis meses de 2019. O foco foi o Afeganistão, um país que está em guerra (quase) constante desde 1979 e que viu o número de refugiados e deslocados aumentar de forma dramática. De acordo com o site da SIC Notícias, plataforma que serve de apoio a esta investigação, a Europa aceitou os sírios, mas recusa a entrada de afegãos. O Afeganistão tornou-se, assim, na “capital dos errantes”. Foi com base neste especial que surgiu a ideia de analisar o tema dos refugiados. O objetivo principal deste relatório de estágio é analisar a cobertura

jornalística da temática dos refugiados pela SIC Notícias, partindo da pergunta: “Em que circunstâncias e respetivas estratégias editoriais são os refugiados notícia numa plataforma como a SIC NOTÍCIAS?”

Para isso, no Capítulo I conta-se um pouco da história daquele que foi o primeiro canal de televisão privado em Portugal e faz-se uma descrição da experiência de estágio. No Capítulo II, inicia-se uma revisão de literatura. Numa primeira parte, são distinguidos conceitos essenciais, como o de refugiado, migrante e deslocado. É também traçado um breve contexto dos refugiados na Europa, seguido da questão do estatuto do refugiado. Aborda-se ainda o jornalismo de direitos humanos e as suas principais características, bem como os efeitos dos media em torno desta questão. Depois, fala-se nas especificidades do jornalismo e analisa-se os desafios do jornalismo contemporâneo. São ainda revistos conceitos fundamentais para a análise do estudo de caso: os valores-notícia, os géneros jornalísticos, as fontes de informação e as ferramentas multimédia. Por fim, é feita uma caracterização das representações sociais dos refugiados, onde se dá atenção à comunidade representada como os *outros*, através de *newsgames* e pelo jornalismo em rede/colaborativo.

É no Capítulo III que se inicia a parte empírica. Para tentar responder à pergunta de partida acima referida, utilizou-se uma metodologia mista, baseada numa análise de conteúdo, através da construção de variáveis e entrevistas semiestruturadas realizadas a jornalistas da SIC, em particular os que estiveram envolvidos na cobertura desta temática.

Com esta metodologia procurou-se responder às seguintes questões: que representatividade têm os conteúdos informativos relacionados com os refugiados na SIC, nomeadamente no site da SIC Notícias? Que representações sociais dos refugiados gera essa cobertura? Quais são as características desses conteúdos jornalísticos, relativamente às fontes de informação, valores-notícia, ângulo de abordagem e género? Que ferramentas multimédia são utilizadas para fazer a cobertura deste tipo de conflitos? Estas são algumas questões a que este relatório procura responder.

CAPÍTULO I: ESTÁGIO

1. HISTÓRIA DA SIC

O relógio marcava 16h30. Francisco Pinto Balsemão apresentava aquele que viria a ser um feito na história dos meios de comunicação em Portugal: “Hoje também é um dia histórico. Hoje, pela primeira vez em Portugal, a televisão privada portuguesa vai emitir. E, vai emitir agora. Meus senhores e minhas senhoras, a SIC está no ar”¹. Ditas estas palavras, surgiu nos ecrãs dos televisores em Portugal, no canal 3, o rosto da jornalista Alberta Marques Fernandes. A pivot, na altura escolhida por Emídio Rangel (de entre um grupo de dez mulheres estagiárias), esboçou um sorriso, disse “boa tarde” e apresentou o primeiro bloco de notícias.

Era outubro. Dia seis. Estávamos em 1992. Começava a aventura da televisão privada em Portugal. A expectativa era grande e a curiosidade de saber como seria o novo canal dominava as conversas da época. Por isso mesmo, meses antes, em fevereiro de 1992, Francisco Pinto Balsemão foi entrevistado no telejornal da RTP1 a propósito do sonho que desejava cumprir. Artur Albaran, na altura pivot da estação, começou a conversa com a pergunta que todos aguardavam: «Que televisão é que o senhor vai fazer?». Francisco Pinto Balsemão respondeu bem ao jeito que já lhe era conhecido:

“Não lhe posso contar tudo porque o senhor neste momento é concorrente. Posso dizer que vamos tentar fazer diferente. Na informação política institucional e referencial que por vezes é praticada, mas alargando o âmbito da informação aos aspetos sociais, económicos e culturais, utilizando o direto e sendo capazes de interromper a emissão, sempre que necessário, sem grandes cerimónias.”²

A RTP era, na altura, a única televisão a emitir em Portugal. Criada a preto e branco em 1957, pertencia ao Estado e, por essa mesma razão, agia como um eco ao regime. Mas quis uma equipa de jovens sonhadores que tudo mudasse naquela terça-feira de outono. A inauguração da SIC significava o ponto final aos mais de 35 anos de monopólio estatal da RTP. O brilho da “caixinha mágica” deixava de ser um exclusivo do Estado. A democracia encontrava agora um espírito de liberdade totalmente renovado e uma lufada de ar fresco, que fazia nascer aquela que seria a nova frequência televisiva.

¹ Disponível em <https://sic.pt/Programas/altadefinicao/2012-10-06-Francisco-Pinto-Balsemao-em-Alta-Definicao>, consultado a 20 de maio de 2019

² Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-francisco-pinto-balsemao/>, consultado em 22 de maio de 2019

No entanto, apesar do impacto que o projeto SIC estava a ter naquela época, a mudança não ocorreu de um momento para o outro. Foi preciso tempo e investimento. A única televisão existente até à data, a estação pública do Estado, estava demasiado presente nas casas dos portugueses. Algo que surpreendeu Francisco Pinto Balsemão:

“Nós pensámos que em dois meses estávamos reis das audiências e isso não aconteceu. Pensávamos que não íamos precisar de mais capital e isso também não aconteceu. Foi difícil na altura convencer os acionistas a investirem mais. Tínhamos algumas ilusões sobre um algum tipo de programação diferente, mais informativo, mais de documentário que pudesse ter grande êxito. Fomos corrigindo, fomos aprendendo e a dada altura em 1995 ganhamos a liderança, mas foi só em 95”³

Esta espécie de confissão foi feita em entrevista a Daniel Oliveira, no programa Alta Definição da SIC, em 2012. Uma conversa que aconteceu no dia em que a estação de Carnaxide comemorou duas décadas de existência. Nessa altura, o apresentador perguntou a Pinto Balsemão «O que é a SIC?», ao qual o empresário e jornalista respondeu: “Eu acho que é um conjunto de pessoas acima de tudo. Umas que aparecem no ecrã, que são os privilegiados e são uma minoria. Outras que não aparecem no ecrã, mas sem as quais seria impossível estarmos aqui a conversar”.

Com o passar dos anos, a estação foi evoluindo. Aquilo que começou por ser o projeto de um canal generalista para Portugal cresceu e, hoje em dia, segundo Francisco Pinto Balsemão, “há um universo SIC que transcende aquilo que foi o projeto inicial”⁴. Em 2000, a estação entrou na galáxia dos canais por cabo. O desenvolvimento da componente multimédia tornou-se uma prioridade, com a criação de um conjunto de sites e plataformas online em constante renovação. Nasceram novos canais, como é o caso da SIC Notícias, SIC Radical, SIC Mulher, SIC K, SIC Caras e SIC Internacional.

Na história recente da SIC, 2019 foi também um ano marcante. A 27 de janeiro, depois de 26 anos de história em Carnaxide, a SIC mudou-se para Paço de Arcos. O acontecimento foi noticiado em primeira mão pelo canal e os telespectadores puderam acompanhar grande parte dos desenvolvimentos. Nova casa, novos equipamentos e novos espaços. Estúdios equipados com a mais recente tecnologia marcam uma nova era. Agora, pela primeira vez na história da estação, todas as marcas e colaboradores

³ Disponível em <https://sic.pt/Programas/altadefinicao/2012-10-06-Francisco-Pinto-Balsemao-em-Alta-Definicao>, consultado a 20 de maio de 2019

⁴ Disponível em <https://sic.pt/Programas/altadefinicao/2012-10-06-Francisco-Pinto-Balsemao-em-Alta-Definicao>, consultado a 20 de maio de 2019

pertencentes ao Grupo Impresa estão juntos, num único edifício. E como se pode ler no site do Grupo, a informação, aliada à independência, rigor, qualidade e irreverência continuam a caracterizar o “estilo SIC”⁵. Um estilo que pretende continuar a inovar, não fosse um dos slogans mais recentes da estação, “Juntos, somos futuro”.

Um futuro que está a ser pensado dia após dia. Prova disso foi a recente re(conquista) das audiências. Após 12 anos e meio, a SIC torna-se na estação líder em Portugal, algo que não acontecia desde julho de 2006. Uma mudança histórica que ocorreu depois da mudança para Paço de Arcos. Coincidência ou não, o que é certo é que em fevereiro de 2019, a SIC foi o canal mais visto. Manteve a tendência de subida das audiências, que se verificou de forma acentuada desde o último trimestre de 2018, quando passou a liderar as tardes dos dias úteis. Na altura, os programas "Casados à Primeira Vista", "Júlia" ou a telenovela "Gabriela" dominavam as preferências dos telespectadores. A partir de janeiro, com a grelha renovada, o destaque foi para a nova oferta das manhãs com Cristina Ferreira, que alargou a liderança nesse período e passou a ganhar os dias úteis.

A informação da SIC também é líder. O Primeiro Jornal e o Jornal da Noite contribuíram de igual forma para os bons resultados da estação. O total da informação liderou com 21.9% de share e o Primeiro Jornal alcançou um especial destaque nos dias úteis, terminando o mês de fevereiro a liderar de forma absoluta com 29.8% de share (a uma distância de 10 pontos percentuais da TVI)⁶. Desde o início da SIC que o Primeiro Jornal e o Jornal da Noite são os principais espaços informativos da estação. No entanto, não há muita coisa escrita sobre estes dois noticiários. Decidiu-se, por isso, investigar de modo particular o Primeiro Jornal. Quem foram os principais diretores? Quem coordena o noticiário? Quantos jornalistas trabalham na equipa? Quais os critérios para o alinhamento do jornal? Há todo um conjunto de questões que merece ser explorado. Por essa mesma razão, optou-se por entrevistar o atual coordenador do Primeiro Jornal da SIC, André Antunes, que assume os comandos do noticiário há cerca de uma década.

⁵ Disponível em <https://www.impresa.pt/pt/apresentacao-do-grupo/as-nossas-marcas/2013-11-07-SIC>, consultado a 29 de maio de 2019

⁶ Disponível em <https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/cdn.impresa.pt/data/content/binaries/2cb/48d/79b2ac7a-96ff-444a-891f-2f5181f8d3ea/AUDIENCIAS-FEV19--Live---Vosdal-2.pdf>, consultado a 4 de junho de 2019

Mas começemos pelos diretores. Até junho de 2019, eram três os rostos que pertencem à direção de informação da SIC. Emídio Rangel foi o primeiro e assumiu o cargo durante nove anos entre 1992 e 2001. Seguiu-se Alcides Vieira por mais 15 anos desde 2001 a 2016 e, atualmente, quem está à frente da direção de informação da SIC é Ricardo Costa, que foi diretor geral da estação no período em que Alcides Vieira assumiu o cargo. Depois disso, Ricardo Costa transitou entre a SIC e o Jornal Expresso, do qual também foi diretor, voltando novamente para a SIC.

Relativamente aos coordenadores do Primeiro Jornal, existem três profissionais que já desempenharam esta função. Entre eles estão Paulo Nogueira, jornalista da SIC e atual apresentador do programa Contas-Poupança da SIC Notícias. Depois foi a vez de Ana Luísa Galvão que está neste momento à frente da Agenda da SIC. E há cerca de 10 anos que quem assume o cargo é André Antunes.

Coordenar o noticiário de uma estação de televisão obedece a uma logística própria para que nada seja deixado ao acaso. Todos os dias é feita uma reunião de planeamento, entre coordenadores e editores. Nesta reunião, discute-se o que se vai fazer no dia seguinte na informação da SIC (Primeiro Jornal e Jornal da Noite). Alguns dos temas estão no planning, que é basicamente uma mistura daquilo que está na agenda com ideias que, entretanto, surgem ou histórias que chegam à redação. Estas histórias podem ser comunicadas pela linha de atendimento, através, por exemplo, de uma queixa de um telespectador relativamente a uma fila anormal na loja do cidadão. E, destas histórias que estão no planning, cerca de um terço vai para o jornal. É também no planning que estão os serviços da agenda. Por norma, são marcados com antecedência, como é o caso de reuniões de membros do Governo, visitas de Estado a um determinado local ou até mesmo greves e manifestações. Os restantes temas que depois podem, eventualmente, surgir no jornal são as chamadas notícias de última hora. Muitas delas surgem no decorrer da manhã e mudam o rumo do alinhamento, obrigando a alterações daquilo que vai ou não preencher o noticiário.

Todos os dias há uma equipa que trabalha para o Primeiro Jornal. Em média são sete os jornalistas que integram a chamada pool do Primeiro Jornal. Depois, existe a rede de correspondentes espalhada por todo o país. Esta rede abrange um jornalista por cada distrito, estendendo-se também às ilhas da Madeira e dos Açores. Beja é o único distrito do país que não tem jornalista correspondente. Além dos correspondentes, há ainda a

redação da SIC do Porto. É sediada em Matosinhos e conta com uma pequena equipa de jornalistas que cobre grande parte dos acontecimentos do Norte do país.

Apesar de a informação da SIC assentar nos mesmos valores, o Primeiro Jornal distingue-se do Jornal da Noite relativamente aos temas que são abordados. Por exemplo, no Primeiro Jornal há uma maior abrangência de notícias regionais/locais quando comparado com o Jornal da Noite. E isto acontece por vários motivos. Por um lado, está relacionado com o público-alvo, ou seja, quem vê o noticiário à uma da tarde é um público mais recetivo a esse tipo de notícias. Por outro lado, tem a ver com a rede de correspondentes que acaba por ser uma boa forma de alimentar o jornal. E existem duas razões que tornam este cenário mais evidente. Primeiro, porque o tempo para se fazer o trabalho durante a manhã é mais curto e, depois, porque o noticiário é mais extenso (por norma, tem cerca de 1 hora e 30 minutos). Logo, a ajuda dos correspondentes torna-se essencial na medida em que fazem notícias sobre os seus distritos e, desta forma, acrescentam mais informação e variedade ao jornal. No caso do Jornal da Noite, não existem tantas notícias de carácter regional/local, porque o tempo do noticiário é menor e, em contrapartida existem mais rubricas, sejam elas reportagens especiais ou espaços de análise/comentário.

Além dos jornalistas e correspondentes que trabalham para o Primeiro Jornal, existe ainda uma equipa base composta diariamente por cinco a seis pessoas. Esta equipa assume os comandos do jornal, tanto na distribuição de trabalho, como na produção de conteúdos e até mesmo na própria forma e apresentação do jornal. Fazem parte desta “base” o coordenador, realizador, pivot, produção e um ou dois *line producers*. Estes últimos são os responsáveis pelas frases que passam durante o jornal e que acompanham as peças.

Um telejornal faz-se também de complementos, ou seja, para além das peças que preenchem o alinhamento, existem outros formatos que integram o noticiário e que têm como objetivo enriquecê-lo a nível visual. É o caso dos VIDIS e das PROMOS.

Os VIDIS são utilizados como forma de realçar aquilo que há de mais importante em televisão, que é o grafismo e a imagem. Em termos práticos, o VIDI é um ecrã gigante que existe no próprio estúdio do jornal e que dá destaque a determinadas peças, por exemplo, sobre desporto. A juntar a isto, o VIDI surgiu como uma forma de dar maior liberdade ao pivot, isto é, dá a possibilidade de dividir o noticiário em momentos

sentados e momentos em pé e, desta forma, há uma maior dinâmica na apresentação do jornal.

Relativamente às PROMOS, elas são usadas no decorrer do noticiário e têm como objetivo promover uma peça que vai passar, por exemplo, depois do intervalo ou a meio de uma das partes do jornal. As PROMOS surgem como um separador com cerca de 20 segundos e, por norma, captam a atenção do telespectador para o momento seguinte. São decididas pelo coordenador, montadas pelo realizador e escritas pelo pivot.

Assim sendo, são poucas as peças que usufruem destes formatos. Isto porque, seja VIDI ou PROMO, existem sempre dois critérios que comandam esta escolha: a importância do tema (por exemplo, assuntos que interessam às pessoas, histórias fora do normal ou até mesmo, escândalos que acontecem) e a força da imagem (como é o caso de um tornado ou de uma tempestade) que protagonizam sempre imagens fortes e com impacto. Ou não fosse isto “pensar para televisão”.

2. EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

12 de novembro de 2018

“IT’S MY LIFE” - É maior o sonho ou o medo?

Aquilo que há muito desejava está prestes a acontecer. São 09h30. Estou precisamente a meia hora de começar o primeiro dia de estágio. O lugar de espera é exatamente o mesmo de há dois meses. Dois meses é o tempo que separa o momento em que estive cá para uma das entrevistas mais aguardadas de sempre e o dia de hoje. Passou num ápice, é certo. Talvez a minha vontade de viver esta aventura tenha ajudado os ponteiros do relógio a andar ligeiramente mais depressa.

É nos sofás azuis e brancos que aguardo pela responsável dos recursos humanos. As paredes forradas a tijolinho e com remate azul escuro caracterizam este lugar. E, nesta espécie de sala de espera, que na verdade é apenas o hall de entrada da estação, existem vários televisores a emitir canais de informação e entretenimento. Há pessoas a entrar e a sair. Caras que vejo desde sempre na "caixinha mágica" e que agora vou ter oportunidade de conhecer.

Enquanto observo todo este ambiente, há um nervoso miudinho que marca presença, mas que me faz estar alerta. No meu pensamento surgem questões incontornáveis: Onde vou passar a primeira etapa do estágio? O que vou fazer? Com quem vou trabalhar? Será que vou estar à altura do desafio? – Digamos que estou curiosa por saber.

Ali ao lado, na receção, estão duas senhoras que transmitem alegria e boa disposição a todos os que por ali passam. E é precisamente uma dessas senhoras que vem ter comigo para me informar que no meio daquela agitação não se tinham esquecido de mim. No entanto, este dia estava longe de ser considerado "normal". A responsável dos recursos humanos não está na empresa. Não será ela a receber-me como é habitual no primeiro dia de cada estagiário, mas sim a coordenadora da secção onde vou estagiar.

Faltam cinco minutos para as dez da manhã. A coordenadora veio cumprimentar-me e dar-me as boas vindas. Mas, não há tempo para muitas explicações. Em passo apressado, vamos diretamente para a régie. Digamos que cheguei numa semana um tanto ou quanto agitada no seio do futebol português. O ex-presidente do Sporting Clube de Portugal, Bruno de Carvalho, e o líder da claque Juventude Leonina, Nuno Mendes (mais conhecido como Mustafá), foram detidos há menos de 24 horas.

Existem suspeitas de que tenham sido eles os mandantes do ataque aos jogadores do próprio clube. Um ato de violência que aconteceu em pleno centro de treinos, em Alcochete, a 15 de maio de 2018. Na altura, ao que tudo indica, um grupo de adeptos de cara tapada invadiu a academia do Sporting e agrediu vários jogadores. Agora, passados seis meses e com novos desenvolvimentos, este é o tema na ordem do dia e a azáfama é grande.

Na régie, está tudo a postos. Faltam meros segundos para o programa entrar no ar. A coordenadora assume os comandos no lugar de sempre. Mas antes, encaminha-me para a régie de áudio, uma sala mais pequena ao lado da régie principal. Ali fico durante o programa, a observar tudo aquilo que está a acontecer. Nessa pequena sala estou eu, o profissional responsável pelo áudio e a colega que me vai transmitir quais são as minhas tarefas a partir deste dia.

Por norma, o primeiro dia de um estagiário costuma ser pacífico. Mas, quando o trabalho é muito, a coisa muda ligeiramente de figura. Digamos que aquela máxima de que o dia número 1 é apenas para observar e tirar apontamentos não corresponde bem à realidade. Há quem tenha de pôr logo mãos à obra. Foi o meu caso. E existem duas

razões que explicam esta situação. Em primeiro lugar, o tema do programa é futebol. Se há modalidade que domina conversas, arrasta multidões e preenche horas de antena em Portugal é o chamado “Desporto Rei”. Em segundo lugar, porque se trata de um assunto polémico, neste caso, a detenção do Presidente de um clube. Acresce a isto o facto de o Sporting ser um dos “três grandes” da Primeira Liga Portuguesa, o que faz aumentar a controvérsia.

Sinal vermelho nos dois telefones da régie de áudio. São os telespectadores. Ligam constantemente. Querem participar e, sobretudo, dar opinião. Depois de ver como tudo se processa, começo a atender chamadas. Faço o registo os participantes e, de seguida, a seleção. É necessário escolher quem vai entrar em direto e ligar de volta a essas pessoas. À medida que as chamadas são colocadas em linha, aponta-se os nomes dos participantes num papel e entrega-se ao profissional do áudio e à coordenadora. É importante haver um bom controlo das chamadas para saber qual a ordem correta dos participantes e quem está a falar naquele momento. Depois de organizada esta parte, é hora de a pivot do programa chamar o primeiro telespectador. A partir deste momento, o tempo de antena passa a ser partilhado com quem está do outro lado da linha.

Está apresentado e desvendado o mistério. O Opinião Pública. É aqui que vou passar os próximos dois meses do estágio. A fazer parte de um programa de informação. Mas também há quem lhe chame fazer produção. Designações à parte, o importante agora é começar o sonho, porque enquanto a vontade de aprender for maior, o medo de errar, esse, será sempre menor.

12 de janeiro de 2019

“MAKE IT HAPPEN” - O segredo está em acreditar e nunca desistir

Sempre quis experimentar televisão. Era algo que estava nos meus planos e achei que esta era a altura certa para o fazer. Optei pela estação de Carnaxide, localizada no número 119 da Estrada da Outurela. Mas não foi uma escolha ao acaso. Lembro-me de crescer a ver Uma Aventura e o Neco e desde miúda que à hora das refeições, as notícias se veem na SIC. Talvez esta espécie de proximidade me tenha ajudado a decidir.

O que é certo é que, a juntar a estas memórias de infância, contou muito o facto de poder ficar cá durante seis meses. Algo que não acontecia nos outros canais, que apenas davam a possibilidade de ficar por três meses. Contudo, apesar de toda a responsabilidade e exigência que os seis meses poderiam envolver, a escolha foi evidente: o dobro do tempo poderia dar-me o dobro da aprendizagem. Logo, acabava por compensar.

E se o local de estágio foi uma escolha que passou por mim, o mesmo não aconteceu com a primeira equipa que integrei, o Opinião Pública. No entanto, tendo em conta as três opções disponíveis para começar, esta tornou-se, desde logo, a que mais me agradava. Isto porque entre o Opinião Pública, a Agenda e o Online, fazer parte de um programa de informação ganhava a minha preferência. Digamos que foi sorte de principiante. A verdade é que o programa da SIC Notícias tinha, de facto, uma dinâmica diferente.

O OP (Opinião Pública), como muitas vezes é denominado pelos profissionais da estação, é transmitido de segunda a sexta-feira entre as 11h00 e as 12h00 da manhã. Por isso, nos últimos dois meses, o meu horário passava por entrar às 09h00 e sair às 17h00. O dia começa cedo e as tarefas que me estão confiadas também. Chegada à redação, a primeira coisa a fazer é consultar os principais jornais do dia, que estão junto à equipa da Edição da Manhã da SIC Notícias. Dou uma vista de olhos à capa de cada um deles e verifico se existem notícias em destaque sobre o tema do programa.

O OP, sendo um programa televisivo, é preparado de um dia para o outro. O tema é proposto pelos dois coordenadores que, a meio da tarde, fazem uma reunião com os membros da direção para acertar os pormenores finais. Geralmente, o tema decide-se em função de uma notícia que está a ter destaque ao longo do dia ou da semana. Em estúdio, estão sempre um ou mais especialistas para comentarem o assunto em direto, juntamente com as chamadas dos telespectadores.

Depois de ver os jornais, é altura de fazer o dossier com as principais notícias sobre o tema do dia. Para isso, é fundamental ir aos sites online, retirar as respetivas notícias e organizá-las relativamente à relevância ou à data de publicação. O dossier deve ser o mais completo possível. Digo completo não em relação à quantidade de informação, mas, sim, ao facto de ter as notícias mais relevantes e adequadas para o tema. Sempre que existisse um artigo de opinião sobre o assunto, deveria também constar no dossier.

Nesta fase, aprendi a trabalhar com dois programas comuns a toda a redação. O AP ENPS, destinado à produção de notícias, e o SONY XPRI, usado na edição de imagem/vídeo.

O dossier é feito diariamente no software de produção de notícias e enviado para a pivot que vai conduzir o programa até às 10h00 da manhã. O objetivo é para dar tempo à apresentadora de ler o documento antes do programa começar e, desta forma, inteirar-se do que dizem os principais jornais do dia acerca do tema. É lógico que, apesar de simples, esta é uma tarefa que requer alguma capacidade de síntese, principalmente quando a mesma notícia está repetida em três ou mais sites online. No entanto, chegou a ser-me dito por um ou outro jornalista da casa que este dossier “não acrescenta nada” e que a maior parte dos pivots do Opinião Pública nem sequer lia o documento. Basicamente, estavam a dizer-me que só era feito para que nós, estagiários, estivéssemos ocupados. Como é óbvio, ninguém gosta de ouvir tal coisa. Mesmo assim, continuei a fazer o dossier com todo o empenho e profissionalismo. Até porque, se mais ninguém o lesse, havia sempre uma pessoa que eu sabia que lia o documento, de fio a pavio: a minha coordenadora.

Concluído o dossier, é altura de fazer o bloco de imagens sobre o tema do programa. E aqui, o Opinião Pública permitiu-me aperfeiçoar a vertente audiovisual, importante para quem trabalha numa redação. Três minutos é o tempo mínimo que cada bloco de imagens deve ter. E é simples de perceber o porquê. Estas imagens vão para o ar durante o programa, mais concretamente, aquando das chamadas dos telespectadores e são passadas em *loop*. Quer isto dizer que, sempre que o vídeo chega ao fim, volta novamente ao início, repetindo as imagens. Desta forma, quanto mais tempo tiverem as imagens, menos vezes vai repetir o conteúdo e mais interessante se torna para quem está a ver o programa.

Além de todas estas tarefas, era minha função receber, não só, os convidados do Opinião Pública pela manhã, como também os que chegavam para a Edição da Tarde da SIC Notícias. Por norma, até às 17h00, ficava responsável por levar os convidados para estúdio, controlando através do alinhamento a hora a que cada um deles entrava e saía. Talvez esta seja a parte a que alguns profissionais chamam de fazer produção. No entanto, é uma tarefa necessária e que requer alguma atenção para que não haja atrasos nem trocas em relação aos horários e aos convidados. Digo isto porque houve situações em que dois convidados de horários diferentes chegaram praticamente ao mesmo tempo.

Foi o caso de um convidado das 15h00 e outro das 15h30. Neste exemplo em concreto, além de os receber, foi fundamental criar um momento de diálogo para saber os nomes de cada um deles e, desta forma, perceber quem entrava primeiro em estúdio.

E basicamente é isto. Como estagiária do Opinião Pública não havia muito mais a fazer. Foi nesta fase que aprendi a trabalhar com o Invenio, programa que permite a pesquisa de imagens em Arquivo. Esta ferramenta torna-se fundamental quando não existem imagens disponíveis no programa de edição de vídeo sobre um determinado tema. Nesse caso, basta fazer uma pesquisa e rapidamente surgem peças ou off's com imagens adequadas para o assunto.

Termino esta primeira fase do estágio com a sensação de que existem procedimentos que poderiam ser melhorados, como, por exemplo, a questão das chamadas telefónicas dos telespectadores. Numa era cada vez mais digital, não faz sentido estar a apontar os dados do telespectador num papel e depois, caso a chamada seja uma das seleccionadas, entregar esse mesmo papel à coordenadora e ao profissional do áudio. Deveria existir um método mais prático e também mais interativo para executar esta tarefa. A solução poderia passar por criar um documento no sistema de trabalho do computador que estivesse a ser partilhado entre os vários elementos da régie e, assim, todos tinham acesso à informação. Era forma de simplificar e, ao mesmo tempo, rentabilizar o trabalho.

Mas termino também com a noção de que consegui fazer de tudo um pouco no Opinião Pública. Tive funções mais próximas do trabalho jornalístico e tive outras que me deram alguma base em termos de produção. Todos os dias, trabalhei diferentes temáticas desde desporto a sociedade, a temas relacionados com a política e a economia do país e até mesmo conteúdos internacionais, que fizeram aumentar a minha bagagem enquanto jornalista estagiária. Agora, é tempo de viver um novo desafio.

12 de março de 2019

“STEP BY STEP” - A jornada ainda agora começou

Ao longo do meu percurso académico, sempre ouvi os professores dizerem que um jornalista da atualidade deve saber fazer tudo. Que é necessário estar informado sobre o que se passa no país e no mundo. E que já não existem jornalistas só de imprensa, de

rádio ou de televisão. “Multifunções” era o termo mais utilizado nas aulas para definir o trabalho de um jornalista. De facto, isso é algo que se pede no mercado de trabalho. No entanto, é um processo que ainda não está implementado nas redações. Daí existirem jornalistas de diferentes secções/editorias, que realizam a maior parte dos trabalhos numa área específica, como é o caso do desporto, sociedade, economia, política e internacional.

Chegada a altura de optar por uma delas, escolhi dedicar-me aos acontecimentos que se passam fora do país. O Internacional. É aqui que vou dar os próximos passos, naquilo que muitos chamam de “fazer televisão”. Como é natural, uma nova mudança requer sempre uma nova adaptação. A começar pelo horário. Passei a entrar às 11h00 e a sair às 19h00. O acompanhamento continuou a estar presente, embora de uma forma diferente, quando comparado com o Opinião Pública. O ritmo de trabalho mudou e as tarefas que me estavam confiadas também.

Por norma, o meu dia começava com uma ronda às principais páginas online de notícias internacionais. Depois, entrava na página da Reuters, a maior agência internacional de notícias no mundo e, de seguida, passava pela APTN, um programa de notícias da televisão canadense. Estas duas últimas encontravam-se instaladas no programa de produção de notícias e no software de edição de imagem/vídeo. São as mais utilizadas para acompanhar o que está a acontecer no estrangeiro. Sempre que algo de relevante se passa, é recebida uma notificação no computador e passado uns minutos, o *feed* está disponível para ser trabalhado.

A equipa de Internacional era composta por cinco jornalistas e uma editora. Inicialmente, parecia-me uma equipa “grande” para a quantidade de notícias internacionais que pudessem existir. Mas rapidamente percebi que não éramos assim tantos. Aliás, na maior parte das vezes, cada um dos jornalistas tinha duas peças no alinhamento do jornal. Isto porque, como não tinham todos o mesmo horário, era necessário haver ajustes na distribuição de trabalho, ou seja, durante a manhã havia, pelo menos, um jornalista de internacional que trabalhava para o Primeiro Jornal. Já à tarde, estavam escalados dois a três para o Jornal da Noite. Também havia situações em que um dos jornalistas estava fora da equipa, seja a trabalhar em Grande Reportagem, seja na cobertura de algum conflito no estrangeiro. Por isso, a quantidade de notícias acabava por ser abundante para o número de jornalistas a trabalhar.

Os primeiros tempos em Internacional foram passados a fazer off's. Há quem diga que é difícil fazer um bom off, porque em cerca de 30/40 segundos tem de constar a informação mais importante de uma notícia. É necessário ser claro e objetivo, uma vez que não há voz do jornalista. O off faz parte do alinhamento como se fosse uma peça, mas é lido pelo pivot que apresenta o jornal. Durante algum tempo, esta foi a minha principal tarefa.

Alguns dos off's que fiz foram marcados pela editora para o Jornal da Noite. Outros eram feitos por minha iniciativa, de acordo com os *feeds* que chegavam das agências internacionais. Logo que estivesse o off concluído, enviava para a editora para ver se fazia sentido. No caso de ser importante, ela pedia para reencaminhar para o coordenador(a) da Edição da Manhã ou da Tarde da SIC Notícias e, assim, ia de imediato para o ar. Desta forma, consegui pôr em prática aquilo que, muitas vezes, era falado nas aulas: a importância de escrever para as imagens.

Depois desta fase, comecei a fazer peças. Por norma, eram temas mais “leves”. Lembro-me de ter feito uma peça sobre um robot artista que estava a ser desenvolvido por engenheiros no Reino Unido.⁷ Os especialistas esperavam que o protótipo tivesse criatividade para desenhar e pintar e fosse a primeira máquina artista do mundo. Fiz também uma outra peça sobre uma tartaruga gigante que se pensava extinta há mais de 100 anos.⁸ O animal foi encontrado no Equador e os investigadores quiseram abrir caminho para a recuperação da espécie.

Foi também nesta altura que sonorizei a minha primeira peça. E embora pareça simples, este é um processo que requer alguma técnica. Pelo menos, para quem está a começar. A colocação da voz deve ser praticada e melhorada diariamente. Tive jornalistas que me deram algumas dicas neste aspeto. Não é que eu não lesse bem ou não tivesse ritmo. Mas era necessário “ler sem cantar”, como me chegou a ser dito. A leitura do texto deve ser comparada a uma conversa ou uma história que está a ser contada a alguém.

Na editoria Internacional, consegui desempenhar novas tarefas. Lidei com temas importantes que estavam a acontecer no mundo, como por exemplo, a questão do Brexit, o conflito na Venezuela, o protesto dos Coletes Amarelos e, ainda as greves pelo

⁷ Disponível em <https://sicnoticias.pt/mundo/2019-02-25-Robo-desenha-e-pinta-para-ser-artista>, consultado a 21 de junho de 2019

⁸ Disponível em <https://sicnoticias.pt/mundo/2019-03-03-Encontrada-tartaruga-gigante-que-se-julgava-extinta>, consultado a 21 de junho de 2019

Clima. Mas havia algo que em Internacional não teria oportunidade de fazer: sair para o terreno. Esta é a única editoria que não sai em reportagem. Ou então fá-lo muito raramente para uma ou outra entrevista que seja necessário fazer a membros de outros países que estejam em Portugal. A maior parte das saídas acontecia sempre para fora do país quando ocorria algum conflito. Nesse caso, era pedido a um jornalista da equipa que viajasse para o estrangeiro com um repórter de imagem e, juntos, faziam a cobertura do acontecimento. Apesar de toda a aprendizagem, senti a necessidade de ganhar outro ritmo de trabalho. Por isso, escolhi terminar o estágio na equipa do Primeiro Jornal.

11 de maio de 2019

“ONE MOMENT IN TIME” - Há sempre alguém que entende

Entrei para a chamada *pool* do Primeiro Jornal na altura em que a SIC deu a reviravolta nas audiências. Após 12 anos e meio, a estação voltou a liderar nos dias úteis. Uma (re)conquista que tinha tanto de entusiasmante como de desafiante. A informação da SIC (Primeiro Jornal e Jornal da Noite) passou a ser a preferida dos portugueses e era necessário manter esse patamar. Para os telespectadores, passou-se a ideia de que, na SIC, “É com rigor que se traça o futuro; e é da solidez que nasce a confiança; a independência é a nossa imagem de marca; profissionalismo, o segredo do nosso sucesso; somos líderes na diversidade; uma referência na inovação; mexemos consigo, criamos proximidade; porque somos SIC, somos emoção”. Esta tornou-se a publicidade mais atual do canal 3. Para os jornalistas da redação, de vez em quando, lá se ouvia um ou outro elogio pelo trabalho realizado. Criou-se, assim, uma espécie de uma bolha de incentivo e motivação.

Fazer parte da equipa do Primeiro Jornal tornou-se uma descoberta diária. Foi o tempo mais complexo e acelerado que passei na redação, mas também o mais enriquecedor e produtivo. Inicialmente, não foi fácil entrar às 08h30 da manhã e ter uma peça pronta para o jornal da uma da tarde. Apesar de parecer muito tempo, existiam vários fatores que condicionavam o meu trabalho, como, por exemplo, o facto de sair para a rua às 10h00 e só regressar por volta das 12h00. Neste caso, considerava pouco tempo para escrever e editar a peça, tendo em conta a minha experiência. Em contrapartida, também existiam ocasiões em que ficava na redação e, fazia uma peça com base em notícias da Lusa ou da Reuters. Mas, por ser demasiado perfeccionista, acabava por me atrasar.

No entanto, existiam outros motivos que limitavam o meu trabalho. Por exemplo, o facto de estar dependente de alguém que me atendesse uma chamada e me desse uma informação importante, ou da boa vontade das pessoas que encontrava na rua para falar, ou até mesmo da disponibilidade de jornalistas mais experientes para me corrigirem a peça. Digamos que em cada manhã era um vaivém constante pelos corredores da redação. Por um lado, sentia a ansiedade de quem quer corresponder às expectativas; por outro, o sentimento de realização e utilidade naquilo que estava a fazer. Como se aquela equipa também já fosse um bocadinho minha. E era, de facto.

No Primeiro Jornal e à semelhança do que acontecia no Opinião Pública, acabei por fazer um pouco de tudo. Os temas eram diversificados e havia a possibilidade de escrever sobre qualquer assunto que fosse necessário. Desde fazer uma simples peça sobre o estado do tempo, a uma reportagem sobre a greve em escolas de um determinado agrupamento, ou até mesmo, o acompanhamento da libertação de 2000 peixes de água doce. Tudo era possível de me calhar. Tanto podia acompanhar uma equipa de trânsito da PSP como estar presente em celebrações históricas, como foi o caso dos 45 anos do 25 de abril que se comemoraram no Quartel do Carmo, em Lisboa.

A maioria dos trabalhos que realizei foram marcados pelo coordenador do Primeiro Jornal. Por norma, o trabalho ficava definido no dia anterior, após a reunião da tarde entre coordenadores e editores. Quando assim era, bastava ir ao *planning* (local onde ficam agendados os serviços para o dia seguinte) e imprimir o comunicado da agenda relativo ao serviço que ia fazer. Esta marcação antecipada dava-me tempo para preparar entrevistas com possíveis questões sobre o assunto. Cheguei também a fazer trabalhos com base em sugestões minhas, como é o caso de uma reportagem sobre uma mercearia portuguesa de venda a granel que foi distinguida, a nível europeu, por ser a primeira 100% livre de plásticos e apenas com produtos biológicos. Além disso, fiz várias entrevistas para correspondentes locais, que necessitavam de recorrer a fontes de Lisboa.

Mas, nem sempre o trabalho ficava marcado no dia anterior. Existiam ocasiões em que os serviços eram atribuídos no próprio dia entre as 09h00 e as 09h30 da manhã. Algo que fazia despertar um nervoso miudinho, porque basicamente era receber o trabalho e sair para o terreno. Não havia tempo para preparar o que quer que fosse. O melhor a fazer era ler algumas notícias a caminho do local e dar asas ao improviso. Tal como me chegou a ser dito por uma jornalista da SIC Notícias: “Temos de deixar fluir a

reportagem. Não vale a pena sair para o terreno e prever o que vai acontecer. Até porque, nesse caso, já estamos a manipular o trabalho antes sequer de ele estar feito”.

Tal como nas secções anteriores, também aqui existia uma rotina de trabalho e eram possíveis dois cenários. Ou saía em reportagem com um repórter de imagem ou ficava na redação a fazer uma peça com base em notícias de algum site ou jornal. Quando assim era, confirmava a informação que vinha nos meios noticiosos, escrevia a peça, procurava imagens sobre o assunto em questão, pedia a um jornalista para me corrigir e, no final, ia editar. Normalmente, a edição era feita por um editor de imagem e não por mim. Desde que haja disponibilidade por parte dos editores, não é necessário ser o jornalista a editar a peça.

Quanto à sonorização das peças, no Primeiro Jornal, as regras são mais apertadas. Tem a ver com a questão das audiências. Por norma, os estagiários não assumem esta tarefa. No entanto, era algo que eu queria aperfeiçoar, uma vez que já me tinha sido dada a oportunidade na Editoria Internacional. Por isso, na última semana, quando já estava mais à vontade com o ritmo de trabalho, falei com o coordenador sobre essa possibilidade. E, por incrível que pareça, não me fechou esta janela. Pediu-me apenas para sonorizar uma das minhas peças e mostrar-lhe para ele pudesse ouvir e avaliar. O feedback foi positivo. A partir daí, as peças que escrevia passaram a ir para o ar com a minha voz, como foi o caso de uma sobre um minuto de silêncio para agradecer ao Planeta Terra.⁹

Mas a aventura ainda não terminou. Ao longo destes seis meses passei por uma outra experiência. Algo completamente diferente que veio alterar a minha rotina diária. Durante uma semana, trabalhei na redação no turno das madrugadas. Mas não foi uma semana qualquer. Comecei no dia em que a SIC inaugurou a casa nova, em Paço de Arcos. Fui a primeira estagiária a fazê-lo. Era tudo novo. Os equipamentos, as divisões, os lugares e, até o cheiro. Sabia que tinha de entrar à meia-noite e sair às seis da manhã. O que não sabia era que nesse espaço de tempo, a SIC fica dependente de um estagiário e de um repórter de imagem freelancer.

Durante a noite, a minha função era ouvir os noticiários da TSF, estar atenta aos *feeds* de notícias da Reuters e da APTN e fazer um relatório do que estivesse a acontecer para

⁹ Disponível em <https://sicnoticias.pt/pais/2019-05-13-UmminutodesilencioparaagradeceraoPlaneta-Terra>, consultado a 26 de junho de 2019

entregar ao coordenador da Edição da Manhã, responsável pelo primeiro noticiário do dia na SIC e SIC Notícias. A meio da noite era também necessário ligar à GNR, aos Bombeiros Sapadores e à Proteção Civil, para saber se existia alguma ocorrência de relevo. No caso de existir, cabia-me a mim decidir se saía ou não para o terreno para fazer a reportagem.

A maioria das vezes fiquei na redação a fazer off's e a editar imagens, que depois passavam na Edição da Manhã. Uma tarefa importante que assegurava uma parte do alinhamento e me fazia perceber aquilo que era ou não notícia de interesse para o coordenador. Por norma, o primeiro noticiário da manhã é alinhado a partir do trabalho feito no dia anterior, nomeadamente na edição da noite e no jornal da meia noite da SIC Notícias. Com a mudança de casa, mudou-se também o software de trabalho. Havia agora uma nova tarefa: trocar as frases de peças, off's e th's do jornal da meia noite para a Edição da Manhã, uma vez que o formato era diferente. Cabia-me a mim fazer essa tarefa.

A semana foi tranquila, mas o último dia registou a ocorrência de maior relevo e saí em reportagem. Eram 04h30 da manhã. Um deslizamento de terras na freguesia de Mem Martins, concelho de Sintra, provocara a queda de um muro perto de uma zona habitacional. Pediram-me que fosse com o repórter ao local para saber mais pormenores sobre o que tinha acontecido. Quando lá chegámos, as autoridades competentes já tinham ido embora. Ainda fui à esquadra da PSP para saber mais pormenores, mas o agente que estava de serviço não me deu grandes detalhes. De regresso à redação e com a informação disponível foi-me pedido que escrevesse um off para passar no noticiário da manhã.

E, de repente, num abrir e fechar de olhos, a aventura estava a chegar ao fim. Na equipa do Primeiro Jornal, ganhei o ritmo de trabalho que me faltava para fortalecer o meu projeto enquanto jornalista. Cresci muito. Reforcei a resistência e responsabilidade que já tinha. A aprendizagem foi diária, assim como os desafios e as descobertas. Foram meses de dedicação, trabalho e empenho.

Mas como diz o ditado nem tudo é um mar de rosas. Há situações com as quais temos de saber lidar e não é fácil quando uma notícia relacionada com uma tragédia, seja ela de que natureza for, chega a uma estação de televisão. Até porque, há toda uma azáfama que se instala naquele momento. Lembro-me, por exemplo, do caso do ciclone Idai que

atingiu a cidade da Beira, em Moçambique, a 16 de março de 2019. A notícia fez abertura dos jornais da SIC e SIC Notícias durante vários dias. No entanto, entre informação que nos chegava das agências internacionais e ações de solidariedade que estavam a acontecer na capital para ajudar os habitantes da cidade da Beira, a cobertura do acontecimento começou a gerar alguma confusão na redação.

Num dos dias foi-me pedido que fizesse uma peça para o Jornal da Noite a explicar como é que as pessoas poderiam ajudar Moçambique e onde deveriam fazer os respetivos donativos de produtos alimentares, de higiene ou até mesmo para a casa. Mas, logo a seguir surgiu algo mais urgente e pediram-me que fosse ouvir o apelo do embaixador de Moçambique em Portugal, no Quartel dos Bombeiros de Martim Moniz, às 13h. A informação deste serviço foi-me dada 30 minutos antes do acontecimento e ao invés de ser o meu coordenador a pedir-me, a informação veio da agenda. Como era a única estagiária do Primeiro Jornal disponível naquele momento, acabei por ser eu a ir ao local. Comuniquei ao coordenador dos repórteres de imagem que necessitava de um colega que me acompanhasse e rapidamente saímos.

Não fazia a mínima ideia do que ia ser dito ou falado, não me foram adiantados muitos pormenores e isto era, de facto, um dos pontos negativos. Algo que chegou a acontecer em algumas reportagens ou entrevistas que fiz ao longo do estágio. Basicamente passavam-nos a “batata quente” para as mãos e sem sabermos muito bem ao que íamos, lá colocávamos pés ao caminho. Confesso que esta desorganização inicialmente fazia-me um bocadinho de confusão. Até porque, em matérias deste género (fossem eles polémicas ou tragédias) todos os profissionais na redação queriam falar, todos tinham algo a dizer e dava até a sensação que, muitas das vezes, não se ouviam uns aos outros.

No entanto, este ponto negativo acabou por ser um grande desafio. Diria até que, muitas das vezes, se tornava num ponto positivo. É estranho de se dizer, mas o facto de não nos ser dito quase nada sobre um determinado assunto fazia com que o “bichinho” da investigação, da procura e do imprevisto começasse a ganhar mais força. Foi através desta liberdade que (in)voluntariamente me deram que pude fazer trabalhos únicos e diferentes. E o facto de uma reportagem depender do trabalho que fazia em equipa no terreno e posteriormente do meu empenho e concentração na escolha das entrevistas, na escrita do texto e até na forma como poderia editar, tornava tudo mais aliciante e desafiador.

Mas, por incrível que pareça, a parte mais difícil estava prestes a chegar. Tentei preparar-me e encontrar a fórmula perfeita para o último dia. Bem que podiam ter inventado uma fórmula. Afinal de contas, foram seis meses repletos de histórias e reportagens, sempre com as mesmas pessoas e de quem vou sentir realmente saudades. Seis meses, num lugar que vou sempre recordar como sendo um bocadinho meu (porque o é na realidade). Porque fiz parte e porque me deram oportunidade de mostrar que era capaz. Termino esta aventura com a certeza de que fiz a escolha certa. A SIC é, de facto, um exemplo de qualidade na formação de futuros jornalistas. Foi um instante, é certo. Talvez o melhor dos últimos tempos.

CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA

1. O JORNALISMO DE DIREITOS HUMANOS

1.1 – Contexto dos Refugiados na Europa

A questão dos refugiados não é nova. Ao longo da história da Humanidade, os seres humanos sempre se deslocaram, quer fosse por vontade própria ou de forma involuntária. No entanto, trata-se de um fenómeno que está a marcar de forma vincada o século em que vivemos. Com o intuito de analisar a forma como os meios de comunicação social têm feito a cobertura do drama dos refugiados, é fundamental recuar no tempo para compreender os factos.

A crise dos refugiados, como é mediaticamente conhecida, teve a sua origem em meados dos anos 2000 e culminou em 2015 com a chegada à Europa de milhares de migrantes e refugiados, através das ilhas gregas de Lesbos. Atravessaram o mar Mediterrâneo em pequenos barcos sobrelotados, comandados por traficantes, pondo em risco as suas vidas (Peters & Besley, 2015). Relativamente ao contexto geopolítico, os referidos autores destacam o conflito na Síria e a constante volatilidade de países do Norte de África, nomeadamente da Líbia, de onde os migrantes regularmente costumam partir.

O mar Mediterrâneo, embora corredor de acesso a uma Europa em tempo de paz, pode ser hoje visto como a mais perigosa fronteira do mundo (Miltner, 2015). De acordo com a autora, o número recorde de pessoas que cruzaram o Mediterrâneo no final do ano de 2015, com o objetivo de chegar à Europa, transformou-se numa crise de refugiados sem precedentes até então. Este fenómeno acabou por constituir a maior vaga de migração desde a II Guerra Mundial. Partem de países como a Síria, Afeganistão, Eritreia e Iraque à procura de uma nova vida na Europa. No entanto, o sonho de um novo recomeço não é para todos e apenas aqueles que consigam obter o estatuto de refugiado podem permanecer no velho continente.

Os refugiados e migrantes vêm sobretudo de países em conflito, quase sempre associados a contextos de violência, abusos e pobreza. Nos últimos anos, as vias marítimas têm representado a clara maioria das chegadas à Europa. A principal rota é a travessia feita pelo mar Mediterrâneo. A Grécia e a Itália surgem como inevitáveis

pontos de chegada. Em 2015, a Grécia destacou-se com mais de um milhão de refugiados. Além desta rota do Mediterrâneo, existe também a chamada Rota dos Balcãs. A Grécia continua a aparecer como destino final e as partidas são feitas de países como a Turquia, Tunísia ou Líbia. Contudo, apesar da esmagadora maioria fazer a travessia pelo Mediterrâneo, a chegada ao continente europeu pode ser feita também por terra. Na rota terrestre, a Turquia tem sido a principal porta de entrada do continente, embora o objetivo principal passe por chegar a países mais estruturados, como é o caso da Alemanha (BBC, 2016).¹⁰

Os números, esses, falam por si. Em 2014, foram recebidos 626 mil pedidos de asilo pelos membros da União Europeia, um valor que representou o maior número de requerentes registado até então desde o pico de 1992 (Peters & Besley, 2015). O número de migrantes que chegam por mar à Europa aumentou significativamente nos últimos anos. Entre 2010 e 2013, os números variaram entre os 9.700 e os 70.000 mil. Valores que dispararam no ano seguinte, em 2014, quando cerca de 220.000 mil migrantes atravessaram o Mediterrâneo. No entanto, este número acabou por ser novamente superado nos primeiros sete meses de 2015 e, estima-se que até outubro do mesmo ano mais de 670.000 mil pessoas atravessaram o Mediterrâneo para chegar ao velho continente (Miltner, 2015).

A British Broadcasting Corporation (Corporação Britânica de Radiodifusão), mais conhecida pela sigla BBC, também se dedicou à análise destes números. A estação de rádio e televisão britânica baseou-se em dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) que estima que, em 2015, mais de 1.011.700 migrantes chegaram à Europa por via marítima e quase 34.900 por via terrestre. Números que ultrapassam em larga escala as 280.000 chegadas por mar e por terra registadas durante todo o ano de 2014. A estação ressalva ainda que os dados referentes a 2014 não incluem os migrantes que chegaram sem serem detetados pelas autoridades ou organizações locais (BBC, 2016).

De acordo com a mesma fonte, para efetuar a travessia, a maioria dos migrantes recorrem a redes de traficantes que atuam através da rota e, consequentemente facilitam a passagem por mar. A viagem é feita, geralmente, em pequenos barcos de borracha ou madeira, mas o fraco estado das embarcações e as condições atmosféricas adversas

¹⁰ Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-europe-34131911>, consultado a 17 de julho de 2019

tornam este trajeto numa perigosa jornada. Segundo dados da OIM, mais de 3.770 migrantes morreram ao tentar atravessar o Mediterrâneo em 2015. A maioria morreu na travessia do norte da África para a Itália e mais de 800 morreram na travessia do Mar Egeu da Turquia para a Grécia. Os meses de verão correspondem ao maior número de mortes, por ser o período mais movimentado para os migrantes que tentam chegar à Europa. No entanto, em 2015, o mês mais mortal para os migrantes foi o de abril, onde um barco que transportava cerca de 800 pessoas naufragou no mar da Líbia. Acredita-se que a superlotação tenha sido uma das razões do desastre.

Relativamente aos países europeus mais afetados com a chegada dos migrantes, a BBC concluiu que a Alemanha recebeu o maior número de pedidos de asilo em 2015. No entanto, a Hungria foi o país que teve a maior proporção comparativamente com a população total. Isto porque, mesmo tendo fechado a fronteira com a Croácia, na tentativa de impedir o fluxo de migração no mês de outubro, quase 1.800 refugiados por 100.000 habitantes locais reivindicaram asilo na Hungria, em 2015. A Suécia ficou logo atrás, com 1.667 pedidos por 100.000 mil habitantes. Já a Alemanha registou 587 pedidos e o Reino Unido, 60 pedidos por cada 100.000 mil residentes.

Os recém-chegados vêm de vários países e há padrões evidentes no que toca à nacionalidade nos países de chegada. Na Grécia, por exemplo, a grande maioria provém do Afeganistão, Iraque e sobretudo da Síria que vive um desolador estado de guerra há já vários anos. Em Itália destacam-se a Nigéria e a Eritreia, países em contexto permanente de violência e guerra civil, onde os direitos humanos básicos e fundamentais não são respeitados. Em Espanha estão em evidencia pequenas minorias de nacionalidades variadas, como é o caso de Marrocos e Argélia (UNHCR, 2017). António Guterres, atual Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e, à data Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados falou sobre esta questão¹¹ e abordou o problema de forma direta:

“This is a primarily refugee crisis, not only a migration phenomenon. The vast majority of those arriving in Greece come from conflict zones like Syria, Iraq or Afghanistan and are simply running for their lives. All people on the move in these tragic circumstances deserve to see their human rights and dignity fully respected, independently of their legal status.” (Guterres, 2015)

¹¹ Disponível em <https://www.unhcr.org/news/press/2015/9/55e9459f6/statement-un-high-commissioner-refugees-antonio-guterres-refugee-crisis.html#>, consultado a 18 de julho de 2019

Os migrantes e refugiados que chegam à Europa passam por uma longa jornada. Hammond (2015) afirma que os migrantes irregulares que cruzam o Mediterrâneo são originários de diferentes países na África Ocidental, África Subsariana e Médio Oriente. No entanto, o autor destaca os refugiados sírios que representaram 60% de todas as chegadas de migrantes por via marítima para a Europa em 2014. Apesar do elevado número de requerentes de asilo, a Síria possui também o maior número de pessoas deslocadas internamente no mundo - um valor que ronda os 7.600.000 milhões. Os países vizinhos da Síria - Turquia, Líbano e Jordânia - viram o fluxo de refugiados sírios aumentar para mais de 3.000.000 milhões. Estes números são a consequência da guerra que começou em 2011, quando protestos em massa dispararam contra o presidente Bashar al-Assad, na sequência da Primavera Árabe. Uma série de grupos pró-Assad (como é o caso do Hezbollah) e de oposição e milícias (como o Estado Islâmico) passaram a competir pelo controlo ideológico e territorial daquele país, o que culminou numa guerra civil.

De acordo com Yazgan *et al.* (2015), toda a mobilidade humana resume-se a algum tipo de conflito. Estes autores definem o conflito num sentido mais amplo que pode incluir, por um lado, tensões e desacordos latentes e, por outro, confrontos armados e violentos, como é o caso das guerras. Assim sendo, a migração é iniciada por dificuldades, restrições, confrontos, mas também violência e guerras no país de origem. Estes fatores geram um clima de medo e insegurança e, consequentemente fazem com que as pessoas se desloquem para outros países.

A solução de alojamento para estas pessoas passa, muitas vezes, por ficar em campos de refugiados. No entanto, estes espaços não oferecem as condições de vida necessárias e apresentam instalações precárias e carência de cuidados básicos. Além dos problemas de assistência, há a questão da falta de proteção e segurança, já que alguns campos são instalados dentro do país de origem ou nas fronteiras com outro país, onde se desenrola o conflito armado, colocando em risco a população refugiada (Rocha & Moreira, 2010).

Segundo Cindy Horst (2017), um dos fatores principais da migração forçada é a sua natureza política. A autora afirma que os fluxos de refugiados sempre foram uma questão relacionada com esta área. Defende ainda que não é o movimento (por exemplo, o local para onde se deslocam ou a rota que fazem para chegar ao país de destino) que define as histórias de vida dos refugiados. Para a autora, o que realmente marca a

história destas pessoas é o facto de muitas delas sofrerem violações dos direitos humanos e serem tratadas de forma desumana e degradante.

É por esta razão que muitos dos refugiados e migrantes preferem fazer-se ao mar à procura de um lugar mais seguro. O Mar Mediterrâneo é para muitos a luz ao fundo do túnel e, testemunhou inúmeras consequências que surgem quando vários impérios, etnias, religiões e culturas interagem. Hoje, existem diversas realidades socioeconómicas e geopolíticas presentes nos diferentes lados do Mediterrâneo. Realidades essas que são unidas por movimentos populacionais humanos em massa. Os fluxos migratórios intensificaram-se ao longo dos anos e são uma demonstração dramática de como as ocorrências numa determinada extremidade do Mediterrâneo se estendem a todas as suas margens (Hammond, 2015).

1.2 – Refugiado, migrante e deslocado: distinção de conceitos

Quando se fala em políticas relacionadas com os refugiados surgem vários conceitos fundamentais que com o passar dos anos ganharam especial destaque na comunicação social. Um exemplo comum acontece quando lemos ou ouvimos uma notícia que tem como foco principal a atual crise migratória europeia. Após alguns segundos de atenção percebemos que, associada a esta temática, estão outras noções importantes. Importa, por isso, esclarecer alguns dos termos mais mediatizados.

Começemos pelo conceito de “refugiado”. É no artigo 1 da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, que encontramos a informação relativa a este termo. De acordo com o tratado internacional em causa, a designação “refugiado” aplica-se a qualquer pessoa que:

“receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar.”

É então através da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, também conhecida por Convenção de Genebra, que se estabelece a definição universal de “refugiado” e todos os seus direitos e deveres. De acordo com este documento, os

refugiados têm não só o direito de asilo em segurança, mas também outros direitos civis básicos como a liberdade de pensamento e ainda direitos económicos e sociais, dos quais fazem parte o direito a assistência médica, direito ao trabalho para quem atingiu a maioridade e direito a escolarização para as crianças (ACNUR, 2016). Outro direito fundamental que serve de base da Convenção é o princípio de não devolução. Isto é, os refugiados não devem ser expulsos ou devolvidos a países onde a sua vida ou liberdade corra riscos (ACNUR, 2016 rev. 2018).

Aos direitos juntam-se também os deveres. Os refugiados têm o dever de respeitar as leis do seu país de asilo. No entanto, embora uma pessoa que fuja de situações de conflito, violência ou outros motivos que a façam necessitar de proteção internacional seja considerada refugiado, é necessário que haja um procedimento legal. Ou seja, que os governos avancem com o processo para que tudo seja legalizado e, desta forma os indivíduos possam usufruir dos seus direitos. Para isso, o ACNUR desenvolve o seu trabalho em parceria com os governos de modo a agilizar o processo relativo à legislação de asilo e à proteção dos refugiados. Como muitos deles não têm a proteção dos seus países é crucial solicitarem proteção internacional (ACNUR, 2016 rev. 2018).

O regime internacional para refugiados encontra-se diretamente ligado ao regime internacional dos direitos humanos, uma vez que foi no rescaldo da II Grande Guerra que estes direitos começaram a ser debatidos na comunidade internacional (Rocha & Moreira, 2010). A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela ONU em 1948, garantindo a qualquer pessoa sujeita a perseguição o direito a pedir asilo noutro país (McIntyre, 2003). Apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos mencionar o direito de todos na procura de asilo, só com a Convenção de 1951 o ACNUR conseguiu passar a controlar a execução desse direito (ACNUR, 2016 rev. 2018).

Contudo, a definição do termo “refugiado” não é algo que seja totalmente indiscutível, isto é, vai sofrendo alterações conforme os contextos políticos, históricos, sociais e económicos. É neste sentido que Shacknove afirma que uma conceção de “refugiado” não é uma definição, sendo que existem várias definições em vigor tendo como base várias jurisdições (Shacknove, 1985, p. 275). Por sua vez, Novak (2015) acrescenta que a definição de refugiado afirma o conjunto nação/estado/território “como o imperativo hierárquico das atividades da vida (e como a) narrativa da vida política moderna”.

Associado ao termo “refugiado” está, muitas vezes, a palavra “migrante”. No entanto, embora muitos órgãos de comunicação social utilizem o termo refugiado e migrante sem distinção, é importante ter em mente que um refugiado e um migrante são juridicamente diferentes. “Os países tratam os migrantes de acordo com sua própria legislação e procedimentos em matéria de imigração, enquanto tratam os refugiados aplicando normas sobre refúgio e a proteção dos refugiados - definidas tanto em leis nacionais como no direito internacional”¹² (Edwards, 2015).

Segundo a OIM, a definição de migrante não é estabelecida de um modo geral e uniforme em cada um dos países. Apresenta-se como um conceito mais abrangente e depende, em grande parte, da interpretação relativa ao contexto em que a palavra é utilizada. No entanto, na sua origem surgem definições mais específicas que permitem estabelecer critérios próprios para cada uma das legislações e políticas de cada Estado.

“No plano internacional não existe uma definição universalmente aceite de migrante. O termo migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de fatores externos que o forcem a tal. Em consequência, este termo aplica-se, às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades e as das suas famílias” (OIM, 2006, p.43).

Assim sendo, apesar de não existir uma definição jurídica do que é um migrante, sabe-se que este movimento é um processo voluntário de alguém que procura melhores oportunidades económicas. Ou seja, os migrantes escolhem deslocar-se não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar a sua qualidade de vida. Para isso, saem dos países de origem à procura de emprego ou melhores condições no acesso à educação ou até mesmo para se encontrarem com a família. À diferença dos refugiados, que não podem voltar ao seu país, os migrantes continuam recebendo a proteção do seu governo (Edwards, 2015).

Desta forma, quando falamos dos milhares de pessoas que chegam à Grécia ou Itália por via marítima através do mediterrâneo, não podemos nomeá-los somente por migrantes ou refugiados, porque temos presente os dois lados. Isto é, existe de facto quem precise de proteção internacional, mas também existem outras pessoas que se preocupam apenas com questões económicas. Por este motivo, devemos usar a expressão

¹² Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>, consultado a 06 de agosto de 2019

“refugiados e migrantes” quando nos referimos ao deslocamento de pessoas por mar ou outras circunstâncias, onde acreditamos que ambos os grupos possam estar presentes (Edwards, 2015).

Além dos dois termos acima descritos, existe um terceiro que é várias vezes mencionado nos meios de comunicação social e que tem a ver com a questão dos deslocados. Os problemas de desastres naturais, muitos deles decorrentes de variações climáticas, como é o caso das inundações, terremotos, secas e furacões, que vão sendo cada vez mais noticiados em todo o mundo, levam à intensificação dos fluxos migratórios. A esse respeito, a ONU estimou que, em 2010, mais de 50 milhões de pessoas fossem consideradas refugiados ambientais e que o regime internacional de refugiados, tal como estava estruturado na altura, não estivesse preparado para lidar com essa questão (United Nations University, 2005).

No que diz respeito aos deslocados, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2018) define este grupo da seguinte forma:

“São pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um refugiado, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção. Mesmo tendo sido forçadas a deixar seus lares por razões similares às dos refugiados (perseguições, conflito armado, violência generalizada e violação dos direitos humanos), os deslocados internos permanecem legalmente sob proteção de seu próprio Estado – mesmo que esse Estado seja a causa de sua fuga. Como cidadãos, eles devem ser protegidos por seus países e têm seus direitos previstos nos tratados internacionais de direitos humanos e do direito humanitário. Civis afetados por desastres naturais também podem ser considerados deslocados internos” (ACNUR, 2018, p.8).

Contudo, Rocha & Moreira (2010) afirmam que o principal documento elaborado a nível internacional sobre refugiados (ou seja, a Convenção de 1951) não abrange as pessoas que se deslocam em função de catástrofes naturais ou fatores económicos, considerando apenas aqueles que fogem devido a questões políticas.

Nesta linha de pensamento, os mesmos autores defendem que as adoções de novas dinâmicas estão a tornar mais difícil a aplicação dos termos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967 no que diz respeito a situações contemporâneas. Isto porque, os conflitos violentos estão a tornar-se cada vez mais complexos, na medida em que confundem a dimensão nacional com a internacional. O conflito da Colômbia é referido

como um exemplo, porque evidencia um grande problema da atualidade que se prende com a diferenciação entre deslocados internos e refugiados. À primeira vista, deslocados internos são considerados um grupo distinto dos refugiados por se movimentarem dentro dos seus países, visto que não conseguem transpor as fronteiras nacionais, o que acontece não só em situações de conflito, mas também por impedimentos geográficos e ambientais (Rocha & Moreira, 2010).

Zetter (2015) acrescenta que os fatores contemporâneos do deslocamento são complexos e tornam a proteção que tem como base a noção exata de perseguição cada vez mais problemática e desafiadora de implementar. De acordo com o autor, muitos deslocamentos na atualidade são causados por uma junção de conflitos entre os estados, má governação e instabilidade política, mudança em termos ambientais e escassez de recursos. Estas condições, apesar de ficarem fora da perseguição tradicionalmente definida, deixam os indivíduos muito vulneráveis ao perigo e incertos em relação ao futuro, obrigando-os a deixar as suas casas à procura de maior segurança.

Outro aspeto importante e que importa realçar tem a ver com o facto de os atingidos por desastres naturais não serem reconhecidos como refugiados. Isto faz com que não haja garantias de que terão assistência e proteção internacional. Por exemplo, no caso da catástrofe provocada pelos *tsunamis* no final do ano de 2004, que afetou 1,5 milhão de pessoas, o ACNUR decidiu comprometer-se diante da magnitude dessa crise humanitária, beneficiando 145.000 mil deslocados internos na Indonésia e 100.000 mil no Sri Lanka (ACNUR, 2007).

1.3 – Estatuto de Refugiado

A migração seja ela forçada ou involuntária abrange vários níveis relacionados com questões legais e políticas. Todos eles envolvem pessoas que se viram forçadas a fugir das suas casas e a procurar refúgio noutra local. A maioria das vezes, os motivos pelos quais os indivíduos fogem não são reconhecidos pelo regime internacional de refugiados (Castles, 2004). Além disto, a imprecisão entre a migração voluntária e forçada, juntamente com a expansão da migração irregular, tornam o cenário de deslocamento global que se vive nos dias de hoje ainda mais complicado (Zetter, 2015).

A Convenção de 1951 é o documento das Nações Unidas relativo ao Estatuto do Refugiado. Dos 191 países pertencentes às Nações Unidas, 145 assinaram a Convenção

de 1951 ou o seu Protocolo de 1967. Os Estados Membros comprometeram-se a proteger os refugiados e a respeitar o princípio de não repulsão (ou seja, não os devolver para os países onde possam ser perseguidos). Isto significa, em termos práticos, a entrada no país de acolhimento, onde lhes será concedido o estatuto de residência temporária ou permanente. Os refugiados oficialmente reconhecidos estão, na generalidade, em melhores condições que outros migrantes forçados, uma vez que têm um estatuto legal claro e usufruem da proteção de uma instituição poderosa: o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) (Castles, 2004).

No que diz respeito a esta questão, Malkki destaca que as definições do estatuto de refugiado ao nível legal, organizacional e académico não têm obrigatoriamente uma correspondência direta na condição social e na identidade moral dos indivíduos (assim representados). De acordo com a autora, a identidade do refugiado é adaptada não só consoante as circunstâncias históricas e políticas dos países de origem, mas também de acordo com o próprio processo migratório e a vivência individual de cada refugiado no país de acolhimento. De referir que os refugiados reconhecidos como tal atribuem significados diversos ao exílio e à própria condição de refugiado (Malkki, 1996).

No entanto, o mesmo autor afirma ainda que no domínio humanitário o estatuto de “refugiado” não é atribuído como um estatuto legal a que se tem ou não direito, mas sim como uma condição processual na qual a imagem visual é parte integrante. Segundo a autora, os especialistas das organizações humanitárias tendem também a associar o “ser refugiado” à falta de bem-estar económico e material (Malkki, 1996).

Em grande parte das situações de conflito, é difícil distinguir entre uma fuga por motivos de perseguição e uma saída provocada pela destruição da economia ou das infraestruturas sociais necessárias à sobrevivência. No entanto, ambas as razões têm em comum a necessidade incontável de fugir. Os requerentes de asilo vivem num verdadeiro clima de incerteza e por vezes de depressão, já que a decisão sobre o seu pedido de estatuto oficial de “refugiado” não tem uma data estipulada para lhes ser concedido (Castles, 2004).

Importa, por isso, salientar que existe uma diferença entre o estatuto de “refugiado” e o direito de “asilo” ou “proteção internacional”. Castles (2004)¹³ define os “requerentes

¹³ Disponível em <https://www.migrationpolicy.org/article/confronting-realities-forced-migration>, consultado a 20 de agosto de 2019

de asilo” como pessoas que atravessam fronteiras internacionais, à procura de proteção, mas cujo pedido para a obtenção do estatuto de “refugiado” ainda não foi atribuído. Alguns elementos da imprensa e membros de partidos políticos, argumentam que os “requerentes de asilo” não são vítimas reais de perseguição, mas simplesmente migrantes disfarçados por motivos económicos.

Gil-Baz (2015, p. 7) faz uma comparação entre os dois termos afirmando que “asylum is different from refugee status, as the former constitutes the institution for protection while the latter refers to one of the categories of individuals – among others – who benefit from such protection.” Sendo assim, em termos internacionais, o estatuto de refugiado tem sido, concetualmente e juridicamente, aprovado, enquanto asilo, não tendo ainda uma legislação própria nem direitos reconhecidos.

O povo sírio, por exemplo, foge da guerra civil no seu país e é considerado, nos termos acima descritos, como refugiado. Contudo, o estatuto pode não ser atribuído de imediato, o que faz com que estas pessoas possam passar meses ou até mesmo anos enquanto requerentes de asilo, dependendo do país que as acolhe.

O regime de refugiado possui assim um número relevante de falhas institucionais que tem como consequência grupos completamente desprotegidos e sem assistência. A resposta internacional continua a ser repartida, com questões políticas, de desenvolvimento, segurança e humanitarismo, a serem discutidas em diferentes fóruns, cada um com diferentes tipos de ações políticas e, consequentemente diferentes abordagens (Loescher, 2001).

A intensificação da crise dos refugiados na Síria, em conjunto com as tragédias humanas que ocorreram no Mar Mediterrâneo, acabaram por desviar a atenção do público bem como de políticos e legisladores relativamente a este assunto. No entanto, os membros do Governo destacam-se de um modo particular, uma vez que o seu foco principal estava relacionado com o impacto dos refugiados nos seus próprios países. Desta forma, é a partir desta altura que começam a avaliar a questão com um olhar mais humanitário, dando relevo à importância da responsabilidade coletiva de ajuda no terreno (Yazgan et al., 2015).

Apesar desta aparente mudança por parte de altas entidades, os refugiados, solicitantes de refúgio e imigrantes em geral passaram a ser vistos como potenciais perigos e ameaças às sociedades recetoras (especialmente em relação à manutenção da identidade

nacional). Nesse sentido, a ideia de controlo, prevenção e contenção dos chamados indesejáveis foi-se disseminando entre os países que têm fornecido uma resposta reativa aos “invasores” (Goodwin-Gill, 2001). Exemplo disso é a aprovação recente da *Diretiva de Retorno* pela União Europeia, que pode deter por até 18 meses os imigrantes considerados ilegais e, mais tarde, enviá-los de volta para os seus países de origem. A medida corre o risco de atingir potenciais refugiados, o que leva a um aumento das dificuldades das instituições internacionais em defender o acesso ao instituto de refúgio e a sua efetiva aplicação (Rocha e Moreira, 2010).

Ainda sobre o estatuto de refugiado e sobre a ação do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), é importante referir que quando o estatuto surgiu, era dada ao refugiado a decisão de quando e sob que condições regressaria ao seu país. Com o final da guerra fria o repatriamento começou a ser visto como a única solução eficaz para o problema dos refugiados. Nesta altura os governos começaram a exercer pressão sobre o Alto Comissariado para devolver os refugiados aos seus países de origem (Loescher, 2001).

1.4 – O jornalismo de direitos humanos

A compreensão dos direitos fundamentais das pessoas torna-se particularmente relevante quando falamos em crise dos refugiados. Ligado a esta questão, está o jornalismo de direitos humanos sobre o qual nos iremos debruçar de seguida.

Os jornalistas têm o poder de informar e a oportunidade de educar e consciencializar o público para os seus direitos, nomeadamente ajudar a monitorizar os direitos humanos (Beman *et al.*, 2008). Para McIntyre (2003), “all journalists need to apply a human rights agenda in their work”. O conceito, relativamente novo, de *human rights-based approach to journalism* defendido por Rose (2012) passa por melhorar o papel padrão do jornalismo. Esta ideia tem como base o princípio de que a abordagem aos direitos humanos não deve ser um esforço provisório ou apenas com um propósito, mas sim uma função fundamental nas obrigações diárias de um jornalista. Esta noção distancia-se do jornalismo convencional uma vez que transporta consigo o dever de ativismo, levando o jornalista a identificar não apenas a violação, como também a incluir na sua reportagem formas através das quais o abuso pode ser eliminado.

O jornalismo assume, por isso, um papel de destaque nesta matéria. Basta, por exemplo, perceber que o jornalismo se encontra diretamente ligado à liberdade de expressão. Por sua vez, a liberdade de expressão é um direito humano previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁴, no artigo 19.º e compreende o direito à livre expressão e o direito a procurar, receber e difundir informação, embora ainda existam muitos países sem liberdade de imprensa (Dias, 2013). As Nações Unidas salientaram também a importância deste direito quando declararam que a imprensa livre é “a cornerstone of human rights”, responsabilizando, desta forma, os governos pelos seus atos (Annan, 1999, citado por Rose, 2012).

A cobertura a nível global permite que as pessoas assistam a eventos trágicos em qualquer parte do mundo, o que provoca um sentimento de perda, bem como uma noção de responsabilidade e preocupação com o sofrimento distante (Dias, 2013). No entanto, Thompson (2007) defende que o público não é o único a sentir essa responsabilidade. O autor sugere a existência de uma responsabilidade por parte de quem reporta, que se interliga com uma responsabilidade moral em relação aos direitos humanos, argumentando ainda que esta responsabilidade deveria estar em conformidade com a adoção, por parte da comunidade internacional, de garantias para a proteção de genocídio e atrocidades em massa. A propósito desta questão, Dias (2013) evidencia ainda um relatório, com cerca de 15 anos, intitulado “Carnegie Commission on Preventing Deadly Conflict”, que já reconhecia a capacidade dos média em despertar novas ideias e abordagens para os problemas por envolverem especialistas independentes que ajudavam a garantir relatos mais exatos.

Shaw (2012) também dedica a sua análise aos direitos humanos. Segundo o autor, o jornalismo de direitos humanos adota cinco princípios do *rights-based approach to journalism* que têm a ver com ligações com as normas de direitos humanos, participação, responsabilidade, não-discriminação e capacidade, para além de se apoiar em valores como o humanitarismo, o holismo e a verdade. O mesmo autor acrescenta ainda que a ligação entre o jornalismo de direitos humanos e as intervenções humanitárias tem como base a premissa de que se o público, incluindo a classe política, obtiver um melhor entendimento dos problemas através da explicação dos mesmos, é

¹⁴ Disponível em <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>, consultado a 04 de setembro de 2019

mais provável criarem empatia com o sofrimento das pessoas e apelarem à intervenção internacional (Shaw, 2012).

No que diz respeito a intervenções humanitárias, é de realçar o contributo das Organizações Não Governamentais, regularmente apelidadas de ONG's, pelas suas campanhas e pelo papel que ocupam no jornalismo de direitos humanos. As ONG's são, muitas das vezes, a primeira fonte de informação para os jornalistas e órgãos de comunicação social. A informação faz parte do International Council on Human Rights Policy, um relatório publicado em 2002 que revela que as ONG's produzem diversas publicações, destinadas a audiências variadas, com uma grande diversidade de assuntos e têm influência na cobertura jornalística feita aos direitos humanos. Muitas ONG's criaram gabinetes de imprensa para favorecer as relações com os média e algumas experimentaram até desenvolver os seus próprios veículos de informação.

O mesmo relatório refere ainda que quase todas as ONG's publicam documentos, como é o caso de manuais, folhetos e revistas, informando os média, os governos e outras instituições acerca de determinado acontecimento (International Council on Human Rights Policy, 2002). Várias organizações e também as Nações Unidas publicam manuais com o objetivo de treinar os jornalistas para os direitos humanos, identificando os padrões de direitos e os princípios jornalísticos necessários para uma abordagem consistente (Rose, 2012).

Os temas relacionados com os direitos humanos ganharam particular relevância durante a década de 1990. Seja no campo da política ou da opinião pública, verificou-se um consequente reflexo nos meios de comunicação, que levou a um aumento das referências aos direitos humanos, bem como da cobertura jornalística sobre assuntos com estes relacionados (International Council on Human Rights Policy, 2002). Este relatório salienta também que, embora não tenha como foco sugerir que os temas de direitos humanos são mais importantes que outras notícias, os mesmos influenciam diretamente na formulação de políticas públicas, pelo que os média têm o dever profissional de cobrir e explicar tais temas. Na mesma linha de pensamento encontram-se Beman *et al.* (2008) que defendem que o aumento da consciência e do conhecimento sobre os direitos humanos, aumenta também a sensação de segurança das pessoas ao saberem que as violações destes direitos não serão ignoradas.

Portanto, é consensual que os média estão mais recetivos a questões relacionadas com os direitos humanos. No entanto, isso não quer dizer que a cobertura seja bem conseguida (International Council on Human Rights Policy, 2002). O relatório em causa alerta para a necessidade de as questões sobre direitos humanos serem explicadas no que diz respeito ao seu contexto. Ou seja, as reportagens devem ir para além dos acontecimentos pontuais e incluir outros eventos que possam estar relacionados. Outro aspeto relevante prende-se com uma abordagem por vários ângulos, de forma a obter uma boa investigação, com mais credibilidade, para que os repórteres e editores não se limitem a fontes secundárias e possam fazer as suas próprias investigações. Pode também dar-se o caso de se aliarem aos média locais, algo que acaba por reconhecer o valor da análise local e que pode ajudar a impedir a formação de estereótipos.

Assim, a cobertura aos direitos humanos deixa ainda com algumas questões em aberto. Em termos de categorização, Dias (2013) concluiu na sua investigação que em grande parte dos casos os direitos humanos são reportados com nomes de outras categorias de notícias, sendo pouco frequentes os casos em que assumem essa designação específica. No que diz respeito ao conteúdo, uma das falhas geralmente mais apontadas é a falta de contextualização das próprias peças. De acordo com McIntyre (2003), os média usam regularmente casos individuais de crime para apresentar o paradigma de um determinado grupo como criminoso e outro como vítima. No entanto, muitos são os intervenientes que têm uma história para contar, desde os refugiados, às comunidades envolvidas, o ACNUR e também os governos. Até porque o jornalismo não resolve o problema dos refugiados, mas pode ser uma ajuda importante para que as pessoas se compreendam umas às outras.

1.5 – Os efeitos dos media

1.5.1 – A mediatização dos refugiados

A imprensa tem o poder de decidir quais as notícias que merecem cobertura e pode, através da forma como retrata os eventos, moldar as linhas de pensamento que considera aceitáveis sobre um determinado tópico. Tem assim o poder de definir a agenda para o que é política e socialmente importante em relação ao tema da migração, mais concretamente, na questão dos refugiados e requerentes de asilo. Ou seja, quanto mais a

imprensa menciona um determinado assunto e o aproxima de um problema social, mais provável é que essa questão seja considerada uma “crise” e passe a necessitar de ação e resolução política (Caviedes, 2015).

Numa sociedade fortemente estratificada entre ricos e pobres, a chegada de novos grupos, sejam eles migrantes económicos ou refugiados, pode levar a uma grande pressão sobre as áreas mais pobres dessa mesma sociedade, enquanto lutam por recursos já escassos a nível de saúde, alojamento e educação. Este tipo de situações pode criar um clima de medo nas populações e levar à formação de situações preocupantes de xenofobia e racismo, agravadas pela falta de soluções por parte dos próprios governos (Philo et al., 2013).

Com o final da Guerra Fria, a migração voltou a ser uma questão-chave com o medo da chegada de dezenas de milhões de migrantes. Nessa altura, os partidos de extrema-direita, mobilizaram a opinião pública e a violência racista subiu de tom por toda a Europa Ocidental. Vários Estados fortaleceram o controlo nas fronteiras e reforçaram as regras em relação aos refugiados (Castles, 2004).

Consequentemente, o mesmo autor refere que vários jornais sensacionalistas e políticos de extrema-direita passaram a associar consequências negativas, como é o caso do aumento da taxa de criminalidade, terrorismo fundamentalista, o colapso dos sistemas de assistência social e o aumento do desemprego à entrada de imigrantes ilegais, refugiados e requerentes de asilo. Estes pedem um controlo mais rigoroso na entrada de pessoas no país, detenção e também deportação de pessoas que estejam ilegais (Castles, 2004). Philo et al., (2013) acrescenta que alguns políticos o fazem para aumentar o apoio popular aos partidos de direita, populistas ou nacionalistas. Este tipo de retórica funciona também como forma de reduzir a discussão pública sobre o impacto de outros fatores no país, tais como crises financeiras ou económicas, recensões e respostas políticas inadequadas a estes mesmos problemas.

Simultaneamente, existiu também o aumento de um discurso global de compaixão que se desenvolveu no cruzamento entre política, organizações humanitárias, média e audiências/cidadãos. Este cenário acabou por moldar o nosso pensamento – a nível político, jornalístico e quotidiano – em questões relacionadas com violência e conflitos no mundo. Uma das tendências na política ocidental, assim como nos média e também entre os cidadãos, é o foco no sofrimento humano em conflitos e guerras distantes. A

compaixão global é considerada moralmente correta na luta pela democracia e os “crimes contra a humanidade” são condenados pela comunidade internacional (Hoijer, 2004).

De acordo com Martin Bell, repórter de guerra da BBC, a reportagem de crises e conflitos tem mudado fundamentalmente, afastando-se do relato de aspetos militares, tais como estratégias e sistemas de armamento, para se focar nas pessoas. O repórter acredita naquilo a que se chama jornalismo de apego, um conceito definido como: “um jornalismo que se interessa, ao mesmo tempo que produz informação; que está ciente das suas responsabilidades; que não se manterá neutro entre o bem e o mal, certo e errado, a vítima e o opressor” (Hoijer, 2004, p. 516). No entanto, a reportagem jornalística sobre o sofrimento distante pode também fazer parte de interesses comerciais, nos quais os média vendem tragédias humanas num mercado global. Em busca de audiências e leitores, alguns produtores de notícias seguem a lógica de uma cobertura cada vez mais dramática, e os jornalistas perdem alguma da sua sensibilidade. Em ambas as perspetivas e independentemente da agenda, existe uma maior cobertura da pessoa, do refugiado.

Falando de agenda pública, pode dizer-se que a sua formação é um processo complexo e, ao mesmo tempo, interativo em que o campo da receção influencia no resultado do agendamento. Entre outros fatores de influência destaca-se a natureza do assunto. Neste contexto, Zucker distingue dois tipos de questões: as envolventes (questões sobre as quais as pessoas podem mobilizar a sua experiência direta); das não envolventes (isto é, questões que se encontram distantes das vivências dos indivíduos). Segundo o autor, a influência dos media exerce-se sobretudo no segundo tipo de questões (Zucker *cit. em* Traquina, 1993, p.35), cujo exemplo dos refugiados é referenciado por alguns autores, tais como Pearce e Stockdale: “it is increasingly acknowledged that for issues like asylum, where people have little or no direct contact with or knowledge about the subject, the media at the very least provide a framework for debate” (Pearce e Stockdale, 2008, p.143).

Assim sendo, o jornalismo pode ser visto como uma força democrática que representa um diálogo entre aqueles que sabem e aqueles que querem saber, com os jornalistas nos seus novos papéis como organizadores, educadores e facilitadores – ajudando os cidadãos que cada vez mais fornecem também informação, naquilo que podem. Os membros da antiga audiência podem agora conversar uns com os outros, o que

significará “largest increase in expressive capability in human history” (Newman, 2009, p. 5). Deste forma, a imprensa tem um papel decisivo na formação do discurso político europeu no que diz respeito, também, ao tema da migração.

1.5.2 – A (falta de) preparação dos jornalistas para o tema

Alguns críticos argumentam que os média preferem a “flashy audience-grabbing and ratings-soaring image or story” (Lustgarten & Debix, 2005, p. 364), e para isso, é do interesse dos mesmos cobrir temas relacionados com direitos humanos. Porém, escrever sobre questões de direitos humanos pode tornar-se uma tarefa difícil e exigente a nível de recursos. Dependendo do assunto, os jornalistas podem enfrentar diversos desafios éticos e de segurança ao tentar denunciar abusos de direitos humanos, nomeadamente em situações de conflito (Schimmel, 2009).

Heinze e Freedman (2009) referem que os jornalistas raramente recebem treino formal (seja em teoria ou na prática) relativamente aos direitos humanos internacionais, que incluem questões como a criação e interpretação de normas, estrutura e procedimentos de organizações institucionais e regionais, técnicas de apuramento de factos e até mesmo processos sobre direitos humanos. Os mesmos autores constataam que a pressão exercida para atrair o interesse do leitor e responder às questões mais atuais e controversas supera qualquer prioridade que possa ser colocada na cobertura abrangente dos direitos humanos. A propósito desta questão, o International Council on Human Rights Policy (2002) sugeriu que as organizações de direitos humanos oferecessem subsídios aos jornalistas que trabalham em matérias de direitos humanos, com o objetivo de os profissionais conseguirem melhores recursos para se dedicarem a estes temas.

É o caso, por exemplo, da Anistia Internacional que faz divulgação nos média para incentivar os profissionais a informarem as pessoas acerca de questões relacionadas com os direitos humanos nas quais a organização trabalha. De acordo com Bogert (2011), também a Human Rights Watch, uma organização internacional de direitos humanos, trabalha com os média para que estes divulguem publicamente aqueles que violam os direitos humanos. O autor relata que a organização mantém ainda relações próximas com correspondentes estrangeiros e fornece informações aos jornalistas na esperança de que eles transmitam os conteúdos para um público mais amplo.

No entanto, as mudanças nos órgãos de comunicação social nos últimos anos levaram a uma diminuição de correspondentes estrangeiros e, em consequência, as organizações de direitos humanos começaram a gerar notícias por conta própria focadas em direitos humanos. Por exemplo, a Human Rights Watch optou por contratar fotógrafos profissionais, especialistas em vídeo e produtores de rádio para viajar e trabalhar com os seus investigadores, de forma a criar conteúdo multimédia para a divulgação nos sites oficiais da organização. Por sua vez, a Anistia Internacional criou uma unidade de notícias, na qual dá emprego a cinco jornalistas profissionais para escrever histórias de direitos humanos (Bogert, 2011).¹⁵

Apesar disto, não deixa de ser fundamental que estes profissionais tenham uma preparação para lidar com este tipo de questões. Muitas são as recomendações para que os jornalistas tenham treino sobre os temas que estão a noticiar, como é o caso de cursos preparatórios de direitos humanos para alunos de jornalismo, formação profissional para jornalistas inseridos numa empresa, programas editoriais internos que se destinem às reportagens em direitos humanos, bem como ações que promovam o intercâmbio de opiniões entre jornalistas e organizações de direitos humanos a nível regional, nacional e internacional (The International Council on Human Rights Policy, 2002). Rose (2012) também aborda esta questão e defende um treino de longo prazo para os jornalistas, que pode incluir *workshops*, entrevistas individuais e grupos de discussão com jornalistas, académicos e funcionários do estado envolvido como parte de uma análise da situação.

Desta forma, é unânime que os jornalistas devem ter um bom entendimento dos temas chave que estão a abordar nas suas peças, bem como fazer referência às convenções internacionais, tratados e relatórios existentes (Beman *et al.*, 2008). Não obstante, no que diz respeito ao tema dos refugiados (em particular) e das migrações (em geral), verifica-se a falta de jornalistas especializados na matéria, o que consequentemente limita a cobertura. A juntar a este dado, há também falta de vontade em lidar com estas questões (Gemi *et al.*, 2013). As autoras informam ainda que a própria profissão requer investigação efetiva e que o ativismo jornalístico pode permitir a exploração de novos tópicos, incluindo estes que estão relacionados com a migração.

Seguindo a mesma linha de pensamento relativamente à importância do papel do jornalismo ressalta a ideia de que os meios de comunicação são os mediadores entre as

¹⁵ Disponível em <https://www.hrw.org/world-report/2011/country-chapters/africa-americas-asia-europe/central-asia-global-middle-east/north>, consultado a 23 de setembro de 2019

fontes ou objetos representados e os destinatários ou públicos dessas representações (Pöyhtäri, 2014). A autora prossegue o discurso com a lógica de que o jornalismo e as esferas públicas funcionam como uma arena para a formação de opinião pública. Neste sentido, os média, que representam ideias de “nós” e dos “outros”, tanto têm a capacidade de alargar os horizontes do público como de os limitar.

1.5.3 – Os estudos sobre os refugiados

Allen *et al.* (2017), em “World Migration Report 2018”, constata que a maior parte da investigação que é realizada demonstra que existe uma tendência para se associar as más notícias ao tema das migrações. Aliado a este facto, verifica-se também uma tendência em demonstrar tais grupos de forma negativa, como é o caso de algumas expressões utilizadas pelos jornalistas nas suas peças que podem dar aso a interpretações negativas. É neste seguimento que se levanta a questão de como é que os média deverão falar sobre este tipo de assuntos com maior grau de complexidade.

De acordo com o relatório em causa, um dos motivos que tornam a cobertura do tema das migrações tão importante nos dias que correm é o aumento do discurso anti-imigração e o aumento da projeção dos partidos anti-imigração em vários países europeus. Gemi *et al.*, (2013) refletem sobre o tema e expõem que os migrantes costumam ser representados como indivíduos sem voz e na grande maioria das vezes envolvidos em atos negativos, o que leva a um aumento da retórica anti-imigração e promove uma falsa interpretação por parte do público.

O tema das migrações é ainda visto como um problema de segurança. Isto porque, são relatadas histórias de envolvimento de migrantes em crimes, prostituição e até mesmo mercado negro. Além disso, a temática é associada a problemas de cariz económico, uma vez que os migrantes são considerados intrusos no bem-estar dos países que os acolhem. Por exemplo, o facto de receberem pagamentos por parte de entidades de ação social ou simplesmente usufruírem do sistema de saúde é visto como uma ameaça e leva, muitas das vezes, a um “conflito de culturas” Gemi *et al.*, (2013).

Malkki (1995) também aborda esta questão. No seu discurso, a autora refere que enquanto fonte de informação, o saber do refugiado é algo acessório e a sua voz silenciada, o que revela uma incapacidade do indivíduo em se autorrepresentar de forma

assertiva. Este aspeto gera uma espécie de contradição no discurso sobre os refugiados, porque embora o objetivo seja informar, acaba por se negar o conhecimento que provém do testemunho na primeira pessoa. É por esse motivo que Sjöberg e Rydin (2008) mencionam que os media contribuem para a exclusão e segregação simbólica dos indivíduos em causa, impedindo-lhes uma participação ativa no discurso.

Neste seguimento, Malkki identifica três registos discursivos relacionados com a cobertura mediática do tema da migração. Em primeiro lugar, o realce na atrocidade e violência física e material; em segundo, os relatos da tragédia humana em que os contextos históricos e políticos estão em falta e, por fim, as narrativas técnicas e heroicas sobre a intervenção humanitária (Malkki, 1996, p. 392-393). Nos três registos do discurso mediático, verifica-se a representação dos refugiados como, principalmente, uma massa humana que precisa de ser ajudada no que respeita às suas necessidades básicas. Segundo Malkki, a imagem tem uma importância significativa neste tipo de registo discursivo, até porque as fotografias, em silêncio, contam muitas das histórias vividas (Malkki, 1996).

É neste contexto que Malkki acrescenta que a representação do refugiado através da imagem parece ter-se tornado num modo de conhecimento transversal sobre o mesmo, existindo práticas uniformizadas que promovem a presença de determinados símbolos visuais. É por este motivo que a autora refere que “pictures of refugees are now a key vehicle in the elaboration of a transnational social imagination of refugeeeness” (Malkki, 1996, p. 386).

De facto, a imagem do refugiado é construída não só verbal como visualmente, sendo a iconografia fundamental para a construção e consolidação de um imaginário social face à figura do “refugiado” (Malkki, 1996). Pode ainda dar-se o caso de a imagem do refugiado ser usada enquanto vítima e, consequentemente ser utilizada para a angariação de fundos de programas de apoio a refugiados. Como escreve Haddad, “the victim-like definition is necessary for the survival of the concept in theory and the survival of the individual in practice” (Haddad, 2004, p. 16).

Apesar deste quadro, Gemi *et al.*, (2013) defendem que há uma tendência para os média começarem a ir para além da agenda política e tomarem iniciativas para que os refugiados e migrantes possam ser ouvidos. Embora as boas notícias tenham menor cobertura em relação às más notícias, o que é certo é que o panorama está a mudar.

Prova disso são os vários exemplos de notícias positivas que merecem ser analisadas, como as histórias que dão a conhecer o lado humano das migrações (mais concretamente aquele que vai para além dos conflitos), casos de famílias separadas que voltam a reunir-se, histórias em que os refugiados são um contributo positivo para a sociedade onde estão integrados, bem como outras notícias culturais.

Num dos estudos mais recentes de Cunha *et al.*, por exemplo, os autores comprovam que embora o crime continue a ser o principal tema das peças jornalísticas referentes à migração e minorias étnicas em Portugal, o tom do discurso tornou-se “mais neutro, com recurso a uma narrativa factual e a uma argumentação assertiva” (Cunha *et al.*, 2006). Assim, é atualmente possível encontrar o migrante no papel da vítima, com base numa perspetiva de exclusão social em detrimento de um enquadramento policial.

Outra tendência positiva na representação mediática da migração tem a ver com a emergência da temática da integração, das políticas de inclusão e do progressivo interesse pela identidade e cultura do *outro* (Cunha *et al.*, 2004, 2006). Esta evolução é acompanhada por um aumento da especialização da imprensa, nomeadamente nos jornais ditos de referência, o que acaba por permitir um tratamento mais aprofundado da temática.

Por fim, e no que se refere às fontes de informação utilizadas na cobertura mediática do tema, comprova-se uma crescente importância dos migrantes e das minorias étnicas como fontes de informação privilegiadas, também com a presença de Associações de Imigrantes que representam os interesses das diferentes comunidades (Cunha *et al.*, 2004). O crescente “protagonismo e capacidade de auto-afirmação” refletem, de acordo com Cunha *et al.*, a capacidade dos imigrantes e das minorias em construir a sua própria imagem, “o que representa uma conquista do *Outro*, em função de uma consciencialização de um *Nós* mais aberto à diferença” (Cunha *et al.*, 2004, p. 103). Portanto, e para que o tema não seja esquecido, a cobertura deve ser contínua e regular e não apenas para as notícias ditas de maior impacto. Até porque, onde há uma grande história, haverá espaço para outras que com esta estejam relacionadas.

2. AS ESPECIFICIDADES DO JORNALISMO

2.1 - Os desafios do jornalismo contemporâneo

A revolução tecnológica que tem vindo a acontecer desde o início do século fez com que o jornalismo tivesse a necessidade de se renovar. Até porque os progressos tecnológicos sempre condicionaram os avanços e recuos do jornalismo, “por vezes fazendo-o vacilar, outras desafiando-o, ampliando-o” (Coelho e Silva, 2018, p. 75).

A realidade é que informação está agora em toda a parte. A vida das pessoas foi invadida por ecrãs, novas formas de escrita, por smartphones e redes sociais. Os media atravessam uma crise que está longe de atingir somente a imprensa. Por isso, os modelos de negócio têm de ser repensados e adaptados à era digital (Cagé, 2016, p. 16). No entanto, o estado a que o jornalismo chegou não pode ser atribuído apenas à tecnologia (Coelho e Silva, 2018).

Para Júlia Cagé (2016, p. 17), esta crise que os meios de comunicação estão a viver não começa apenas com o aparecimento da Internet ou com a crise do *subprime* em 2008. Sempre que surgia uma inovação, o conjunto de media que acabava de chegar concorria com os que já existiam. Aliás, o aparecimento da Internet veio aumentar a competição entre as plataformas, colocando em causa a sobrevivência da imprensa escrita (Coelho e Silva, 2018). Para Cagé (2016, p. 59), “a informação está em perigo” e não é apenas o digital e o gratuito que a podem matar. Ou melhor, o debate tem-se direcionado para a morte do papel, porém para a autora o importante não é o suporte, mas sim o conteúdo. Isto porque, se os jornalistas desaparecerem, a informação que eles produzem vai igualmente desaparecer (Cagé, 2016, p. 59).

Na linha de pensamento da mesma autora, o que está a acontecer agora é que a publicidade já não sustenta os media e como consequência os meios de comunicação já não conseguem viver das receitas publicitárias (Cagé, 2016, p. 63). O principal objetivo é fornecer “uma informação de qualidade, livre e independente, indispensável ao debate democrático, e não à maximização do lucro e à distribuição de dividendos aos seus acionistas” (Cagé, 2016, p. 112). O que Cagé sugere é que, mesmo com a quebra da publicidade nos meios de informação, o jornalismo não esqueça “o seu principal objetivo: o fornecimento de uma informação independente e de qualidade” (Cagé, 2016, p. 116).

Por isso, o foco do jornalismo deve estar centrado na necessidade de gerar lucro social. Contudo, essa premissa está hoje fortemente condicionada pela dificuldade em obter lucro financeiro que consiga proteger o jornalismo, o seu quadro de valores e missão (Coelho e Silva, 2018). Ao invés disso, o risco, o incerto e as ameaças estão a condenar o trabalho jornalístico. A tarefa do jornalista tornou-se mais complicada a partir do momento em que passou a existir várias formas de transmitir informação e diversas alternativas às notícias. Coelho e Silva (2018, p. 76) defendem que o aumento da concorrência e o aparecimento de novos *players* no mercado, em vez de aumentar a competitividade e a diversidade de oferta e qualidade, contribuiu para a degradação do jornalismo.

De acordo com Kovach e Rosentiel (2001), os cortes nas redações, as equipas de trabalho cada vez mais reduzidas e a quantidade a sobrepor-se à qualidade fazem com que o público esteja “cada vez mais céptico em relação ao jornalismo” (p. 154). Posteriormente, a dificuldade em gerar receitas deu origem a um jornalismo menos vigilante e que corre o risco de se tornar indistinto (Coelho e Silva, 2018, p. 77). O jornalismo sentou-se à secretária, perdeu o contacto com a reportagem e “ficou refém das fontes oficiais”. O desafio que se coloca hoje, e que vários autores querem ajudar a solucionar, é o de resgatar o jornalismo da crise de sustentabilidade em que imergiu (Coelho e Silva, 2018, p. 81).

Assim, a orientação para o diálogo e a integração do público no processo produtivo prevê um “novo tipo de jornalismo”, unicamente direccionado para servir o público. Kovach e Rosenstiel entendem que esse novo jornalismo, associado à tecnologia, exige dos jornalistas “mais capacidade e maior responsabilidade”. Desta forma, cumprindo certas funções, a tecnologia pode produzir “um jornalismo melhor”, “mais comprometido com o público” e com potencial para “cavar mais fundo” (Kovach e Rosenstiel, 2010, p. 182). Nas raízes do “jornalismo do futuro” deve estar, portanto, a preocupação com a forma como o público “usa as notícias” e a antecipação daquilo que o público espera dos jornalistas com vista à plena satisfação das suas necessidades (p. 175).

Deste modo, o jornalismo para um público ativo, participativo e mais exigente acaba por se tornar um jornalismo mais completo e produtor de contexto. Elizabeth Corrêa prevê, por isso, que “Será necessário reaprender a construir e a disponibilizar o

contexto, a sair da fragmentação noticiosa e a rumar para uma condução da audiência na busca de mais e mais informações correlacionadas" (Corrêa, 2006, p. 60).

Neste seguimento, Kovach e Rosenstiel (2010, p. 175-181) associam oito funções ao novo jornalista. A essência do jornalismo está presente em todas elas, embora, para os autores, a necessidade de um novo jornalismo torna-as mais urgentes. As oito funções provam ainda que o jornalismo “não é uma atividade obsoleta, pelo contrário, torna-se mais complexa” (p. 182).

Autenticador é a primeira função, ou seja, a partir do momento em que o jornalista deixa de ser a única porta de acesso à informação, o público necessita que o jornalista o ilumine, apresentando-lhe a informação em que pode confiar. A pluralidade de fontes leva ao surgimento de interesses privados, muitas vezes disfarçados de informação, o que torna a missão de autenticação “mais importante do que nunca”.

O jornalista deve assumir, também, a função de *construtor de sentido*, que significa atribuir contexto à informação e procurar ligações. Deve, por isso, fornecer ao cidadão elementos que lhe permitam compreender inteiramente a notícia e responder às questões que ela coloca na atualidade, sem esquecer também, o dever de auxiliá-lo na apreensão de factos futuros que possam estar relacionados. Neste ângulo, os jornalistas devem olhar para o valor da informação e não apenas para aquilo que é novo.

A função de *investigador*, associada ao clássico papel de *cão de guarda*, alcança novo destaque. O jornalista deve seguir o vestígio do que permanece escondido e por deslindar. Isto porque, o jornalismo deve ter uma agenda própria e não apenas seguir a corrente.

Ao jornalista cabe também o papel de *monitorizar a própria comunidade* procurando evitar que alguns dos seus elementos, que colaboram no processo produtivo da notícia, atuem em prol de interesses individuais, desprezando o interesse geral. Devido à escassez de recursos, Kovach e Rosenstiel sugerem que os jornalistas organizem redes, apoiadas por novas tecnologias, onde cidadãos vigilantes assegurem a monitorização necessária.

A função de *dinamizador* tem a ver com a vontade, revelada pelos autores, de dotar o público com instrumentos que lhe permita alcançar novas formas de conhecimento. Este mecanismo do jornalista estabelece a total integração do público no processo produtivo.

Jornalista e público executam diferentes papéis, mas que acabam por ser complementares e devem respeitar-se mutuamente, ou seja, o jornalista evidencia factos que ajudam o cidadão a agir por si próprio; por sua vez, o cidadão deve ser capaz de descodificar a informação e, se for o caso, ir mais além.

O jornalista do futuro deve ser, também, um *agregador inteligente* que consiga sobrevoar a pluralidade de informações na rede, identificando as que possam ter interesse e utilidade para o público.

Na qualidade de líder de um fórum (*organizador de um fórum*), o jornalista deve incentivar a discussão e participação dos cidadãos. Para isso, é necessário que os meios informativos, clássicos e novos, funcionem como um palco onde os cidadãos possam monitorizar vozes e opiniões de diversos lados.

Nesta distinção de papéis entre jornalista e público, que os autores apontam, o jornalista tem de desempenhar o *papel modelo*, isto é, a conduta dos jornalistas é tão pública como as notícias que relatam. Logo, um público atento deteta falhas de carácter.

Assim sendo, o total cumprimento das oito funções do jornalista da era digital torna mais urgente e mais necessário o reforço dos valores que sempre formaram a essência do jornalismo. Kovach e Rosenstiel concluem que o cumprimento desses valores “são o trilho que orienta os consumidores e que lhes permite distinguir uma informação de confiança” de outras que circulam na rede (p. 172). Na obra conjunta escrita em 2010, os autores insistem no desfecho que tinham assinalado na primeira edição dos *Elementos do Jornalismo*: a tecnologia “não altera a natureza humana, nem os imperativos que enquadram o que as pessoas precisam de saber”. Na nova era tecnológica, “o maior desafio consiste em perceber que mudanças terá o jornalismo de sofrer para continuar a cumprir a função que lhe está destinada” (Kovach e Rosenstiel, 2010, p. 173).

Bill Kovach e Tom Rosenstiel refletem, ainda, sobre os efeitos da tecnologia no jornalismo. Para os autores, a mais-valia da tecnologia está na promoção de uma alteração do papel do cidadão consumidor de notícias, ou seja, “de consumidores passivos de notícias, feitas por profissionais”, a tecnologia dá-lhes a possibilidade de se tornarem “participantes ativos”. Desta forma:

"Estamos a assistir ao nascimento de uma nova cidadania, mais ativa, assumindo novas responsabilidades (...) O jornalismo do século XXI deve reconhecer isso e

participar no processo de formação do público, fornecendo-lhe as ferramentas necessárias para desempenhar essa forma mais ativa de cidadania" (Kovach e Rosenstiel, 2007, p. 19-20).

Por outro lado, e sem aprofundar um juízo crítico, Mark Deuze (2005) parece caracterizar a existência da tecnologia associada à Internet de uma outra forma: "Chegámos à era da individualização, da audiência fragmentada, onde a atenção se dissolve: se antes dedicávamos minutos a ver notícias, agora, enquanto navegamos, a atenção prende-se por escassos segundos" (Deuze, 2005, p. 455).

Ramón Salaverría acrescenta que "O público deixa de ser mero recetor passivo da informação para assumir um papel de interlocutor ativo". Por sua vez, os jornalistas são desafiados a "responder às exigências de um novo público, muito mais participativo e exigente" (p. 135-136).

Para Mark Deuze (2006, p.27), a integração do público no processo produtivo determina a reconfiguração da própria identidade profissional do jornalista, ou seja, a forma como o jornalista integra a participação do público irá influenciar, de forma decisiva, a identidade de cada profissional. O jornalismo da era da Internet depende, portanto, cada vez mais, da "crescente interatividade" e do "esbatimento das relações hierárquicas entre produtores e consumidores de notícias" (Deuze, 2005, p. 454-455).

Desta forma, caso não exista confusão de papéis ou, até mesmo, equiparação de estatutos entre produtor e consumidor, a incorporação dos destinatários no processo produtivo fortalece a vigilância crítica, podendo, em teoria, reforçar a transparência da notícia e o grau de credibilidade da mesma. Como reconhece Barbie Zelizer (2004), a verificação é, exatamente, uma das práticas jornalísticas que promove a dimensão colaborativa do jornalismo, impondo-lhe uma marca distintiva que não tinha expressão no jornalismo tradicional.

Nesta linha de pensamento, o jornalismo tem o papel fundamental de formar um público cidadão, que, na realidade, adote um papel no processo de produção da notícia que, sendo diferente do papel do jornalista (porque o estatuto de ambos também é diferente), não deixa de ser, igualmente, importante. Aliás, um público empenhado acaba por acrescentar valor ao processo produtivo da notícia, amplia o campo dos factos, estipula novas cadeias de inter-relação entre eles e cria também novas notícias. No entanto, essa participação construtiva do público necessita de um jornalismo mais vigilante,

disponível para constituir os novos factos no processo produtivo, ficando sujeito à aferição dos valores que moldam a profissão (Coelho, 2013, p. 160).

A Internet conserva, portanto, um potencial que facilita a interação social, abrindo espaço a um “vasto universo de novas e complexas teias de relações sociais”, em que “o apelo (necessidade) aos próprios participantes para formarem as suas opiniões é muito maior” do que aquele que é gerado pelos meios clássicos (Esteves, 2003, citado por Coelho, 2013, p. 160-161). Coelho acrescenta ainda que das diversas redes sociais, aos fóruns de discussão, organizados por áreas de interesse, grupos profissionais, causas comuns, passando ainda pelas conversas online em tempo real ou pelo clássico correio eletrónico, “uma vasta gama de dispositivos de interação rompeu o grilhão da unidirecionalidade, demonstrando a existência de um impulso participativo por desbravar” (Coelho, 2013, p. 161).

Assim, um jornalismo que tenha como foco principal o público e que promova a comunicação que lhe irá permitir agir, formar opinião e conquistar autonomia é um jornalismo em que o jornalista deve “posicionar-se entre o público, ouvi-lo, refletir com ele, aceitar a sua participação no processo produtivo da notícia, exercendo sobre ela um compromisso jornalístico, de forma a que os novos factos possam ser integrados, acrescentando valor à informação” (Coelho, 2015, p. 168).

2.2 – Alguns conceitos fundamentais

Figuring out the most useful role a journalist can play in the new news ecosystem requires asking two related questions: What can new entrants in the news ecosystem now do better than journalists could do under the old model, and what roles can journalists themselves best play?
(Anderson et al., 2013)

2.2.1 – Os valores-notícia

São os critérios de noticiabilidade que fazem com que determinado acontecimento seja ou não mediatizado. E são vários os autores que tentaram colocá-los numa lista, todos partindo do estudo pioneiro de Galtung e Ruge (1965). São 12 valores-notícia, que de

acordo com os autores, quanto mais estiverem presentes em determinado assunto, mais hipótese ele tem de se tornar notícia:

1. *Frequência* retrata uma espécie de sintonia entre a periodicidade do acontecimento e a periodicidade jornalística;
2. *Amplitude* refere-se à dimensão e intensidade de um acontecimento;
3. *Clareza* corresponde à falta de ambiguidade dos factos;
4. *Significância* resulta da junção de duas interpretações: proximidade e relevância;
5. *Consonância* remete para a capacidade de inserir a novidade numa ideia velha;
6. *Inesperado* é sinónimo de imprevisibilidade do acontecimento;
7. *Continuidade* representa as atualizações de acontecimentos que já tenham sido notícia;
8. *Composição* tem a ver com a escolha dos acontecimentos para que haja algum equilíbrio temático.

Juntamente com estes oito primeiros valores notícia, existe ainda a referência a *nações de elite* e a *pessoas de elite*, que estão relacionados com a proeminência do acontecimento. E por fim, seguem-se a *personificação*, que tem a ver com as pessoas envolvidas na ação e a *negatividade* associada ao lema “bad news is good news” (Correia, 2011, p. 149-151).

Apesar desta tipologia continuar a ser das mais utilizadas, há também quem já lhe tenha dado um retoque de modernização. McGregor (2002, p. 3-6) sugere a junção de quatro novos valores-notícia aos 12 já existentes de Galtung e Ruge. São eles: o *visual*, a *emoção*, o *conflito* e a *celebrização do jornalista*. Desta forma, o acontecimento ganha uma maior probabilidade de ser noticiado se houver a hipótese de obter imagens, juntamente com elementos como a tragédia, a sobrevivência, as crianças ou os animais. Da mesma forma, também os factos mais controversos, como é o caso da política têm uma boa possibilidade de ser mediatizados. Por fim, existe a colocação do jornalista como figura central, fazendo uma alusão à personificação de Galtung e Ruge, com a diferença que neste caso, a figura é o repórter e não as fontes.

Mais recentemente, Harcup & O'Neill (2016) apresentaram no artigo “What is News?” uma listagem de valores-notícia que dizem ser mais moderna. Entre esses valores estão: a *exclusividade*, ou seja, histórias ou documentos a que somente um órgão de comunicação social tem acesso; o *conflito*, isto é, quando existe discussão ou

controvérsia à volta de determinados temas; o *audiovisual*, que está ligado a factos que foram ou podem vir a ser ilustrados com fotografias, vídeos ou até mesmo infografias; o poder de *partilha*, que está relacionado com as histórias que têm potencial de serem partilhadas e comentadas nas redes sociais; o *drama*, como é o caso de tragédias, fugas, assédios ou resgates; a *elite de poder*, que tem a ver com eventos relacionados a pessoas ou instituições com poder na sociedade; a *fama*, como por exemplo as histórias de figuras públicas; o *entretenimento*, que diz respeito a acontecimentos leves, como é o caso de desporto, animais ou showbusiness; a *surpresa*, ou seja, factos que tragam algo de inédito; as *más notícias*, que retratam histórias de morte, doença ou derrota; as *boas notícias*, que por sua vez representam eventos de vitória, cura ou celebração; a *magnitude*, isto é, a dimensão do impacto de um acontecimento; a *relevância*, como é o caso de eventos históricos ou culturais que sejam familiares para o público; o *follow-up*, que diz respeito ao acompanhamento dos acontecimentos já noticiados e, por último, a *agenda do próprio órgão de comunicação social*.

No presente trabalho, optar-se-á por utilizar a visão clássica de Galtung e Ruge, porque, embora tenham surgido tipologias mais modernas e atualizadas, as mesmas não estão tão implementadas nos estudos do jornalismo como está a dos dois autores. Para além disso, alguns dos critérios que fazem parte das novas tipologias não se aplicam a este estudo ou, então, não vão ao encontro daquilo em que aqui se acredita. Por exemplo, no caso de McGregor (2002), o valor-notícia da *celebrização do jornalista* não pode ser considerado, uma vez que (salvo raras exceções), o jornalista não poder ser o protagonista da notícia e mesmo que algum dia isso possa vir a acontecer, esse facto não pode nunca ser um critério. Já no caso de Harcup & O'Neill (2016), os autores falam no valor do poder de *partilha* e, embora ele conste nas novas listas, especialmente nas aplicáveis aos meios online, neste caso é algo que ainda não acontece da forma que deveria. Isto é, apesar do site da SIC Notícias pensar num determinado artigo para gerar visualizações e clicks, ainda não se chegou à fase de se pensar uma história para televisão, com a finalidade de que esta seja muito partilhada e comentada nas redes sociais.

2.2.2 – Os géneros jornalísticos

Na tentativa de categorizar os diferentes conteúdos realizados, são vários os autores que se dedicam a esta disciplina. Contudo, e tendo em conta o que é abordado nas faculdades, a grande parte dos estudos que existem remetem-nos para géneros do jornalismo escrito que, embora possam ser aplicados aos restantes meios de comunicação, não se encaixam de forma perfeita. Uma das noções mais genéricas do tema em causa e que poderia ter sido utilizada para o estudo de caso deste relatório provém do Manual de Jornalismo, redigido por Anabela Gradim.

Tirando os géneros que só se aplicam ao papel e considerando também os que são aplicáveis ao audiovisual, existe a *notícia*, não em sentido técnico, mas no sentido de género informativo que dá a conhecer conteúdos “relativamente curtos, claros, directos, concisos” (Gradim, 2000, p. 41). A *reportagem*, para além de informar (tal como a notícia), aborda o tema de forma mais profunda, “com o máximo de pormenores possíveis, incluindo muitas notas de cor local, procurando levar os leitores o mais próximo possível do acontecimento”, o que exige mais tempo em termos de preparação e requer “a recolha de informação in loco” (Gradim, 2000, p. 67-68). Os *fait-divers*, como o próprio nome indica são pequenas notícias de temática muito diversificada. Tanto podem ser sobre factos curiosos, originais, insólitos, aberrantes e até mesmo irónicos, que servem “fundamentalmente para distrair e desanuviar os leitores” (Gradim, 2000, p. 73-74). A *opinião*, na qual o autor exprime pontos de vista subjetivos, é um género informativo em que o objetivo continua a ser “lançar o debate, e esclarecer o público” (Gradim, 2000, p. 75). Por fim, a *entrevista*, num sentido mais restrito é vista como conteúdo onde, exclusivamente, é realizada a interseção pergunta-resposta, sem que haja “uma composição ou arranjo”, como acontece, por exemplo, na notícia ou reportagem (Gradim, 2000, p. 76).

No relatório em causa, optou-se por utilizar a nomenclatura da SIC, órgão de comunicação alvo de estudo, porque embora existam outros conceitos adaptados a este meio, em termos práticos até nos vários canais portugueses os termos acabam por ser diferentes. Entre os géneros mais simples encontra-se o *off*, que normalmente tem uma duração inferior a um minuto. Neste caso específico, apenas o pivot tem a palavra e em simultâneo é emitido um bloco de imagens relacionadas com o tema para que os telespectadores possam acompanhar o que está a ser dito. Seguidamente, existe o *talking head*, mais conhecido por *th* que, por norma tem menos de 60 segundos. Tal como o próprio nome sugere, corresponde a um testemunho solto de alguém, que é precedido

por uma entrada do pivot. Muitas vezes, juntam-se *ths* de diferentes fontes num único bloco sobre o mesmo assunto. Outro género que faz parte da categoria dos mais simples é o *direto*. Abrange apenas o discurso do jornalista, que pode ser acompanhado por entrevistas em tempo real de uma ou mais fontes relevantes no local.

Depois de apresentados os géneros mais simples, segue-se a *peça*, que se caracteriza por ser o termo que possivelmente gera mais confusão. De acordo com Godinho, a *peça* reside naquilo que se chama de “conflito entre a notícia e a reportagem” (Godinho, 2011, p.56). Ou seja, tanto pode fazer referência à notícia, nomeadamente sobre “um feito, um facto, um acontecimento” (Godinho, 2011, p.57), como a um misto entre a notícia e a reportagem ou até mesmo a uma reportagem mais curta que “segue a notícia, ilustra-a, testemunha-a e é por esta justificada” (Godinho, 2011, p. 53). Regra geral, tem até um minuto e cinquenta segundos (se olharmos para o primeiro caso) e até três minutos (se for um dos últimos dois casos). Na SIC quase tudo é designado por *peça*. Seja uma notícia sem vivos, por exemplo, a dar conta do estado do tempo para os próximos dias, seja uma notícia com dois/três vivos sobre uma ação de fiscalização da PSP com o objetivo de alertar os condutores para o perigo do uso do telemóvel ao volante, ou até para uma pequena reportagem que mostra a libertação de peixes de água doce às suas origens, de forma a proteger a espécie e a promover a reprodução em ambiente natural. Descrevendo desta forma, podem até notar-se diferenças, mas a verdade é que em televisão verificam-se quase sempre notas de reportagem e, por uma questão de evitar essa confusão, utiliza-se o termo *peça*.

De seguida, aí sim, existe a *reportagem*, que por norma dura entre três a dez minutos e é utilizada para temas de maior importância, como, por exemplo, um balanço dos danos causados por um fogo de grandes dimensões. Há ainda a *reportagem especial*, com uma duração entre dez a 30 minutos, onde ambas reportam temas de elevada importância e questões atuais ou de certa forma ligadas à atualidade. Existem também as *rubricas*, inseridas nas mais variadas categorias que se caracterizam por uma espécie de coleção de reportagens com um ponto comum e a duração de cerca de 15 minutos. Por último, existe a *entrevista* ou *grande entrevista*, tendo em conta o tempo de duração. Na SIC, tanto podem ser de opinião como de informação.

2.2.3 – As fontes de informação

Sobre este conceito, Jorge Pedro Sousa (2001) afirma que “são um capital imprescindível do jornalismo e dos jornalistas. Não existiria investigação jornalística sem fontes de informação. Mais: grande parte da informação jornalística não existiria sem fontes de informação” (p. 63).

O jornalismo de qualidade depende, por isso, de vários aspetos relacionados com as competências profissionais e a sensibilidade de cada jornalista, mas também com as próprias determinações organizacionais de cada órgão de comunicação. Contudo, poucos fatores estarão revestidos da mesma predominância que deriva das fontes de informação. Tal como evidencia Correia (2011, p. 93), consideram-se fontes de informação todos os agentes sociais que se dispõem a colaborar com os jornalistas no fornecimento de material informativo considerado de interesse para os profissionais.

Assim, a primeira fase da atividade jornalística corresponde à procura de informação. Para produzir notícias, os meios de comunicação usam as informações que lhes chegam diariamente através de cartas ou telefonemas dos telespectadores; de e-mails; da consulta a outros órgãos de comunicação social; das conferências de imprensa; de contactos pessoais com fontes de informação; da ronda telefónica que alguns órgãos informativos fazem pelos bombeiros, hospitais, polícia ou outras entidades; das pesquisas pessoais dos jornalistas na Internet, entre outras. E se toda esta informação chega em bruto, é necessário haver um enorme processo de seleção, ou seja, se aceder às fontes de informação é um direito do jornalista, seleccionar a informação que chega a uma redação e escolher as melhores fontes passa a ser um dever do jornalista. Aliás, é na capacidade de recolha e na seleção de informação e de cultivo de fontes que está um dos indicadores da competência jornalística (Sousa, 2001, p. 63).

No que diz respeito às fontes propriamente ditas, elas podem ser de vários tipos. Anabela Gradim (2000) afirma que, normalmente, as fontes de informação dividem-se segundo a relação que estabelecem com o jornal e aqui podem ser internas ou externas; ou em relação ao seu próprio estatuto: oficiais ou oficiosas; e ainda em relação às suas características e neste caso são humanas ou documentais. As fontes internas podem ser jornalistas da própria publicação; o arquivo ou centro de documentação do órgão de comunicação e as delegações e correspondentes que a maioria dos meios de comunicação possui em localidades importantes afastadas da sede. Por sua vez, as

fontes externas referem-se às agências (por exemplo, a Reuters e a APTN), que são especializadas na produção de notícias e imagens e que depois vendem a informação a outros meios de comunicação, sejam eles jornais, rádios ou televisões e a outros órgãos de comunicação social que se tornam uma fonte de informação através das notícias que publicam. Como fontes externas (mas relacionadas com o estatuto) estão as entidades oficiais, tais como a Assembleia da República, ministérios, juntas de freguesia, câmaras municipais e forças policiais, por serem locais onde sucedem acontecimentos potencialmente noticiáveis. Relativamente às fontes não oficiais, fazem parte as coletividades, sindicatos, empresas, associações e clubes desportivos, ou seja, todas as instituições não estatais que contribuem para a vida social e cultural do país, mas que produzem um número considerável de notícias que têm como objetivo serem divulgadas pelos media. Em suma, os contactos pessoais do jornalista (como por exemplo, fontes que conquistou ao longo do tempo) e o público em geral (através de cartas, alertas ou telefonemas) contribuem também como fontes de informação diárias para órgão de comunicação (Gradim, 2001, p. 79-82).

Jorge Pedro Sousa (2001) também aborda a questão das fontes humanas e sugere que estas devem ser escolhidas pela sua qualificação quando falam sobre um determinado assunto, mas também pela sua competência e credibilidade, pela oportunidade e pertinência do contacto e, claro, pela disponibilidade que apresentam para falar com o jornalista (Sousa, 2001, p. 63-64). O mesmo autor refere que a relação entre as fontes humanas de informação e os jornalistas é, muitas vezes, uma relação de luta ou de negociação. Isto porque, as fontes tentam divulgar apenas o que lhes interessa e omitir o que não lhes interessa, dando aos acontecimentos um determinado significado. Por sua vez, o jornalista está tão ou mais interessado naquilo que a fonte não lhe diz do que naquilo que lhe está a dizer. Desta forma, se for competente o jornalista irá procurar desviar-se do significado inicial que a fonte dá ao acontecimento para encontrar outros significados diferentes (como, por exemplo, aqueles que não interessam à fonte). Todavia, deve saber aproveitar as informações que a fonte lhe está a dar, procurando encontrar pistas para novas informações (Sousa, 2001, p. 65).

A propósito deste conceito, Henke et al. (2019), no recente artigo intitulado “How can Journalists Promote News Credibility? Effects of Evidences on Trust and Credibility” abordam uma questão importante relacionada com a adoção de estratégias eficazes para combater a desconfiança e a integração do jornalismo em certas partes da população.

Para isso, os autores deste estudo sugerem que os jornalistas devem concentrar-se em melhorar a qualidade dos seus produtos (notícias) e terem como base para os seus relatórios factos investigados de forma clara e transparente. De acordo com os autores, o público valoriza a verificação dos factos e a transparência na publicação e, por isso, espera-se que os jornalistas verifiquem as informações de forma profissional, incluam factos (como é o caso das estatísticas), mas também fontes confiáveis na produção das notícias. Além disto, tendências como a evolução do jornalismo de dados, o uso de infografia e diferentes provas dos respetivos factos contribuem para uma melhoria da credibilidade noticiosa perante o público. Isto porque, para a maioria das pessoas, os meios de comunicação social são uma fonte crucial de informações sobre as mais variadas questões sociais e políticas (Henke et al., 2019, p. 2).

Os mesmos autores referem ainda que testemunhos como é o caso das fontes humanas ou de dados são considerados elementos-chave nos relatórios jornalísticos. Por um lado, são necessários para que os jornalistas possam recolher informações sobre um determinado acontecimento e, por outro, são importantes para que estes mesmos profissionais tenham provas do que estão a reportar. Desta forma, o jornalista passa a ideia de que os factos e avaliações relatados são comprovados e podem ser verificados através das fontes de informação (Henke et al., 2019, p. 5). A propósito desta questão, estudos em diferentes campos de pesquisa da comunicação analisaram o papel das evidências usadas para comprovar um acontecimento, bem como a forma como essas evidências influenciam a avaliação das informações nos media e chegou-se à seguinte conclusão: as fontes têm um relacionamento positivo com as notícias, na medida em que promovem a credibilidade e a qualidade do artigo (Henke et al., 2019, p. 7).

2.2.4 – As notícias falsas

O termo *notícias falsas* (em inglês, *fake news*) não é novo. No entanto, esta expressão tornou-se popular no ano de 2016 aquando das eleições presidenciais dos Estados Unidos da América (Allcott e Gentzkow, 2017, p. 212). Os autores Tandoc et al. (2017) partilham da mesma ideia de que o conceito não é novo, mas referem que o seu aparecimento remonta ao ano de 2003 após terem realizado uma revisão de 34 artigos em que se definiam e preparavam as *fake news*. Os mesmos autores afirmam que “O termo *fake news* não é novo. O discurso contemporâneo, particularmente a cobertura

dos media, parece definir *fake news* como referindo-se a mensagens virais baseadas em relatos fictícios feitos para parecer notícias.” (Tandoc et al., 2017, p. 138).

Botei (2017) revela que, embora o termo não seja novo, o impacto do mesmo só foi notado devido à disseminação de informações falsas com o objetivo de manipular e desinformar os indivíduos. Acrescenta ainda que este fenómeno passou a ter um lugar de destaque no ecossistema da sociedade atual devido ao facto de se tratar de uma escala sem precedentes de disseminação de notícias inventadas e partilhadas em sites, redes sociais e nos tradicionais meios de comunicação.

Allcott e Gentzkow (2017) definem o fenómeno das *fake news* como “artigos noticiosos que são intencionalmente falsos e aptos a serem verificados como tal e que podem enganar os leitores” (p. 213). Já Guess et al. (2018) falam de “um novo tipo de desinformação política” marcada por uma “incerteza factual e finalidade lucrativa” (p. 2-3). Por sua vez, Aymanns et al. (2017) distinguem *fake news* que se identificam claramente como sátiras e que são muitas vezes partilhadas pelo seu valor humorístico, daquelas cuja ausência de base factual não é óbvia e levanta uma certa incerteza sobre a veracidade de seu conteúdo. Estas últimas são classificadas pelos autores como sendo “preocupantes” (p. 1).

No entanto, as definições de *fake news* têm vindo a sofrer transformações no seu significado. Isto porque o termo foi anteriormente usado para definir tipos de conteúdo relacionados, mas distintos, como é o caso de paródias de notícias, sátiras políticas e propaganda de notícias. Porém, atualmente o termo é sobretudo utilizado para assinalar as histórias falsas que se espalham nas redes sociais, com objetivos bastante específicos de atuação, como por exemplo, casos em que as informações foram apontadas com o propósito de desacreditar os relatórios críticos de algumas agências noticiosas (Tandoc et al., 2017, p. 138). Além da paródia, da sátira e da propaganda, os mesmos autores dizem existir mais três tipos de notícias falsas: a produção (de notícias), a manipulação (por exemplo, de fotografias) e a publicidade (como por exemplo, o uso de materiais publicitários sob o disfarce de notícias genuínas) (Tandoc et al., 2017, p. 141).

As denominações mais conhecidas como o termo *fake news*, pós-verdade e desinformação têm desencadeado uma recente preocupação com a veracidade e a confiabilidade das informações difundidas na Internet. Estas acabam por formar opiniões e noções perigosas, baseadas em informações falsas ou imprecisas. A Ethical

Journalists Network definiu as notícias falsas como “informações deliberadamente fabricadas e publicadas com a intenção de enganar outras pessoas, a fim de acreditarem em falsidades ou duvidar de fatos verificáveis”¹⁶ (White, 2017, p. 1).

A propósito desta questão, o avanço da Internet também fez aumentar a disseminação de notícias falsas e o seu alcance global (Burkhardt, 2017). Este facto faz com que haja um problema para os formadores de opinião e os consumidores de notícias, uma vez que a plataforma da Internet tornou muito mais difícil visualizar pistas óbvias sobre o que é uma fonte de notícias respeitável e uma não respeitável. Neste sentido, a autora advertiu para este ponto: “As notícias falsas existem no mesmo contexto que as notícias reais na Internet. O problema parece ser distinguir entre o que é falso e o que é real” (Burkhardt, 2017, p. 8).

No recente estudo intitulado “Best Practices for Journalistic Balance: Gatekeeping, Imbalance and the Fake News Era”, Benham (2019) refere que todos os participantes entrevistados expressaram a opinião de que a Internet aumentou a propensão para a publicação de histórias desequilibradas, seja por intermédio de canais impróprios (como por exemplo, o chamado *gateway*) ou por meios online não tradicionais. A maior mudança detetada pelos jornalistas foi em termos de velocidade de partilha e publicação de notícias e aqui o papel da Internet em permitir que qualquer plataforma possa exercer a partilha de notícias, sem verificar a fonte dessas notícias, tornou-se numa das principais preocupações dos participantes entrevistados neste estudo. Um dos participantes afirmou mesmo que “O processo de verificação é infinitamente mais valioso e importante nesta era da Internet do que antes, porque qualquer coisa pode ser qualquer coisa”. Porém, também existem opiniões divergentes, alegando que a Internet não tem apenas consequências negativas no equilíbrio. Foi o caso de um dos participantes que expressou a opinião de que o aumento de plataformas permitiu que existissem vozes inéditas, levando a que a Internet se tornasse num espaço mais aberto (Benham, 2019, p. 14).

Tandoc et al. (2017) consideram o processo jornalístico moderno como uma característica essencial no que diz respeito às fake news. Os autores descobriram que “O que é comum nessas definições é como as notícias falsas se apropriam da aparência de notícias reais; de como os sites são exibidos; como os artigos são escritos; como as fotos

¹⁶ Disponível em <https://ethicaljournalismnetwork.org/fake-news-bad-journalism-digital-age>, consultado 12 de novembro de 2019

incluem atribuições. As notícias falsas escondem-se sob um verniz de legitimidade, à medida que assumem alguma forma de credibilidade ao tentar parecer notícias reais” (p. 147).

As notícias falsas representam também vários perigos, entre eles o facto de poder prejudicar as pessoas que estão expostas a elas. Por exemplo, um website de notícias falsas convincente pode induzir várias pessoas a acreditar que determinado item é genuíno. Isto porque, os meios de comunicação legítimos que implementam o processo jornalístico moderno tendem a ser fontes de informação bastante confiáveis, daí esta ser uma crença que pode levar as pessoas a acreditar na história do website em questão, dado como um exemplo (Fallis and Mathiesen, 2019, p.11).

Neste seguimento, os mesmos autores alertam que a maioria dos fornecedores de notícias falsas parece estar motivado a enganar ou a ganhar dinheiro através do número de cliques. Fazem-no de forma intencional, uma vez que é mais barato criar histórias inventadas para um site de notícias falsas do que procurar factos que sustentem determinado acontecimento. Exemplo disso são as histórias que geram mais cliques e partilhas, acabando muitas vezes por serem falsas (Fallis and Mathiesen, 2019, p.12). Também Vosoughi et al. (2018) descobriram num estudo recente que, na internet, informações falsas espalham-se mais longe e mais rapidamente do que informações precisas.

Desta forma, à medida que aumenta a quantidade de notícias falsas em circulação, o valor das notícias verdadeiras tende a diminuir. Posteriormente, como é difícil distinguir falsificações de notícias ditas genuínas, as pessoas passam a ter menos confiança nos meios de comunicação tradicionais. Por esta mesma razão, Fallis and Mathiesen (2019) concluem que as notícias falsas representam uma séria ameaça ao conhecimento e à democracia. Para lidar com essa ameaça, é importante entender exatamente o que são notícias falsas. Ou seja, uma história é uma notícia falsa, se e somente se não passou pelo processo jornalístico moderno padrão, mas é apresentada como se tivesse sido, com a intenção e propensão a enganar (Fallis and Mathiesen, 2019, p. 16).

2.2.5 – As ferramentas multimédia

Na sua essência, os valores do jornalismo são imutáveis. Tal como defendem os autores Bill Kovach e Tom Rosenstiel, a verdade, imparcialidade, equilíbrio, transparência e verificação não podem ser postas de parte ou eliminadas do universo jornalístico, somente porque as tecnologias e a internet tornaram mais rápido e barato o acesso, a partilha e a produção de notícias (Carson e Farhall, 2018).

Por outro lado, o jornalista tem também de saber associar as possibilidades criadas pelo digital a estes valores fundamentais. Para isso, é necessário saber onde pode inovar e compreender as potencialidades das novas ferramentas multimédia, como é o caso da interatividade e do jornalismo imersivo.

Seguindo esta linha de pensamento, de acordo com Coelho e Silva (2018), o futuro do jornalismo parece ter contornos e sinais cada vez mais claros que apontam para:

“um jornalismo de qualidade, verdadeiramente distintivo, a impor-se no entrecruzamento do velho e do novo, recuperando o melhor de ambos os mundos - a credibilidade dos velhos meios de referência e a versatilidade, oportunidade, agilidade e acessibilidade propiciadas pelas novas plataformas” (Coelho e Silva, 2018, p. 90).

A tecnologia provocou, assim, mudanças na forma como se faz jornalismo e os jornalistas tiveram de acompanhar esse processo. As novas ferramentas tecnológicas deram origem a novas formas de *storytelling*, que é o mesmo que dizer, de contar histórias.

A propósito desta questão, Kevin Kawamoto, citado por Silva (2015), identifica seis características do jornalismo digital: hipertextualidade (que tem a ver com links que conduzem a outros conteúdos); interatividade (ou seja, o envolvimento do público no processo de pesquisa e partilha de informação); não-linearidade (que se refere à dinâmica e flexibilidade dos conteúdos); multimédia (isto é, o uso de mais de um tipo de plataforma); convergência (que está relacionada com a fusão de diferentes meios num só) e, por último, a personalização (que é a capacidade de moldar necessidades de quem lê) (Silva, 2015, p. 100).

Apesar destas características, para Neveu (2014), seria imprudente sugerir que as narrativas digitais seriam o futuro da profissão. Segundo o autor, as narrativas jornalísticas centradas na parte de investigação são uma oportunidade de renovação do

jornalismo, que pode gerar uma objeção relacionada com o risco de se criar um jornalismo de nicho. Contudo, Neveu (2014) acredita não existir um “melhor caminho” para o futuro do jornalismo, ou seja, a investigação jornalística requer iniciativa e imaginação jornalísticas (Neveu, 2014, p. 540).

Por sua vez, Jacobson (2011) argumenta que a interatividade que o digital trouxe não estava incorporada na origem do jornalismo impresso. Porém, neste momento tudo é digital, incluindo mesmo o processo de produção de um jornal. Assim, é possível perceber que o jornalismo se tornou dependente do digital e a partir desse instante é necessário tirar partido das vantagens que possa trazer.

Pavlik (2013) vai mais longe e defende que a inovação é a chave para o desenvolvimento das notícias na era digital e que este facto é demonstrado em quatro dimensões. São elas: a criação, entrega e apresentação de notícias de qualidade; o envolvimento do público no discurso interativo de notícias; o crescente número de novos métodos de geração de relatórios para uma era digital em rede e o desenvolvimento de novas estratégias organizacionais para um ambiente móvel e em rede (2013, p. 183).

Já Ribeiro e Resende (2017) referem que o atual cenário de inovação trouxe novos desafios à prática jornalística “ao ter induzido alterações na noção de tempo e de espaço” (Ribeiro e Resende, 2017, p. 141). Desta forma, conseguimos apreender que esta dupla de autores recorre a vários estudos para demonstrar as limitações trazidas pelo digital. Começam por apresentar a noção de Becker e Vlad (2009) de que, para ser eficaz, a notícia tem de chegar ao público de modo quase instantâneo. Tal processo, segundo os autores, vai alterar de modo significativo as práticas de produção noticiosa, reduzindo o tempo de mediação entre o acontecimento e a sua transmissão. De seguida, recorrem a Quandt & Singer (2009) que mencionam outra dificuldade relacionada com as limitações temporais, uma vez que “os jornalistas que gerem as edições online trabalham em ciclos de preparação consideravelmente mais curtos que os seus outros colegas, estando sujeitos a uma pressão constante” (Ribeiro e Resende, 2017, p. 142). Com isto, os mesmos autores concluem que “Na prática, tal leva a que reste pouco tempo para a investigação ou a pesquisa que são o cerne do jornalismo” (2017, p. 142).

De acordo com Coelho (2015), as características e os desafios do digital passam pela diluição das fronteiras entre as plataformas. Neste sentido, o jornalista é obrigado a

conhecer as especificidades de cada meio. No entanto, Coelho acredita ser necessário continuarem a existir “jornalistas especializados numa determinada plataforma que, pelo conhecimento das especificidades que a moldam, possam acrescentar valor ao produto final” (Coelho, 2015, p. 186).

Não obstante, no digital é importante que a escolha do formato seja a melhor tendo em conta a história, ou seja, desde áudio, imagem, vídeo, texto, infografia e 360° (Stevens, 2014).¹⁷ Todos estes elementos devem ser complementares e não funcionar apenas como acessórios do texto. Por exemplo, o vídeo, o áudio e os mapas podem apresentar testemunhos; já o contexto e o texto são o fio condutor. Estes elementos acabam por proporcionar uma experiência não-linear, que faz com que uma história com tais características não seja possível de contar noutra plataforma. Em suma: a chave é usar todos os elementos, de forma a apresentar uma história mais atrativa e informativa.

Para Pavlik (2013), a tecnologia exerceu uma grande influência no trabalho dos jornalistas. Com isto, o digital além de alterar a natureza do *storytelling*, alterou também a apresentação das notícias, que resultou numa grande vantagem: a conjugação de várias plataformas numa só.

Neste contexto, falar em inovação nos média significa também fazer referência a algumas tipologias. Storsul & Krumsvik (2013), por exemplo, aplicam quatro tipos de inovação: produto, processo, posição e inovação paradigmática.

A inovação de produtos está relacionada com mudanças em produtos ou serviços oferecidos por uma organização de média, como é o caso de novas plataformas (por exemplo, smartphones ou tablets), novos serviços (como TV na Web ou aplicações) e até mesmo novos padrões ou géneros de comunicação.

A inovação de processo faz referência a mudanças nas maneiras pelas quais os produtos ou serviços são criados e entregues. Tal método inclui inovação na forma como os média se envolvem com os seus utilizadores ou organizam as suas atividades. Silva (2015) acrescentou nesta tipologia o exemplo da gamificação, que embora não seja mencionado pelos autores, é válido neste tipo de inovação. Segundo a autora, a estratégia de usar o design e o mecanismo do jogo em contextos não relacionados com o

¹⁷ Disponível em <https://multimedia.journalism.berkeley.edu/tutorials/starttofinish/>, consultado a 25 de novembro de 2019

jogo foi usado, por exemplo, para fins relacionados com a educação, marketing e informação (2015, p. 92).

A inovação de posição envolve mudanças na forma como os produtos ou serviços são posicionados. As empresas de média reposicionam habitualmente as suas marcas, produtos ou serviços para segmentar novos públicos.

Por fim, a inovação paradigmática inclui mudanças na mentalidade, nos valores e nos modelos de negócio de uma organização, onde o foco principal está no conteúdo digital.

Contudo, para Storsul & Krumsvik (2013, p. 17), os quatro Ps não são suficientes para descrever todos os tipos de inovação dos média. Por isso, acrescentaram mais uma tipologia: a inovação social, que abrange novas formas de usar os serviços dos média para fins sociais, mas também para interagir com o público, de modo a usar o seu poder para promover a partilha de informações, por exemplo, através de plataformas.

Também Pavlik (2013) realça três grandes inovações nos média. São elas: o surgimento de tecnologias móveis e a crescente adoção por parte dos cidadãos que as usam para aceder e partilhar informações via Internet; as oportunidades relacionadas com o conteúdo de notícias, como é o caso de plataformas de contar histórias que usam imagens com base em vídeo, localização e realidade aumentada; o crescimento dos próprios médias sociais, bem como o envolvimento do público e, por último, o desenvolvimento de ferramentas digitais que ajudam a assegurar a precisão em relação àquilo que o público descreve.

Para Ramón Salaverría (2014, p. 25), “A comunicação humana é multimédia. Sempre o foi”. Por isso, nos dias de hoje e devido ao potencial do formato digital, o conteúdo multimédia pode ser constituído por oito elementos diferentes. São eles: 1) texto; 2) fotografia; 3) gráficos; ícones e ilustrações estáticas; 4) vídeo; 5) animação digital; 6) discurso oral; 7) música e efeitos sonoros e 8) vibração. Sobre este último elemento, o autor interpreta que a vibração é importante nos alertas de novas mensagens em dispositivos móveis, pois avisa os utilizadores sobre informações básicas, como por exemplo, a receção de uma mensagem, um alerta silencioso a uma determinada hora ou até mesmo, um erro num determinado processo. Desta forma, acaba por ser um elemento com possibilidades narrativas (Salaverría, 2014, p. 38).

Assim, Silva (2015) conclui que o jornalismo digital exige novas formas de pensar em relação ao público, ao conteúdo e à sua distribuição, aos modelos de negócio e aos limites entre o jornalismo e não jornalismo. Tal conclusão advém do facto de os utilizadores receberem uma mistura diária de idiomas, formatos e fontes, nas quais podem participar ativamente (Silva, 2015, p. 86). Por sua vez, Zelizer (2019) acrescenta que o modo digital do jornalismo é o canal mais recente, mas não o único, para criar uma ligação ideal entre as notícias e a comunidade mais ampla. Seguindo esta linha de modalidades tecnológicas que ofereceram ao jornalismo a oportunidade de efetuar a sua viabilidade contínua, o “digital” no jornalismo digital é uma modalidade e não um ambiente; um primeiro plano e não um fundo; um palco e não uma realidade. É neste sentido que a autora afirma que o digital oferece ao jornalismo a oportunidade de este desempenhar as suas contínuas lutas existenciais, bem como as suas constantes definições (Zelizer, 2019, p. 348).

3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS REFUGIADOS

3.1 - Os refugiados representados como os Outros

Tendo em conta que uma das subquestões de investigação do presente estudo tem como objetivo analisar a cobertura dos refugiados ao nível das suas representações sociais, este ponto torna-se um importante objeto de compreensão. E se a questão dos refugiados não é nova, o mesmo acontece com as representações sociais que são feitas acerca destes indivíduos.

Fehrenbach & Rodogno (2015) referem que desde a década de 1980, jornalistas, fotógrafos e missionários usavam fotografias de refugiados em contextos humanitários com o objetivo de estimular respostas a nível emocional, mas também para desencadear algum tipo de ação face a uma determinada situação. Também Kisiara (2014) acrescenta que os apelos das organizações de ajuda humanitária fazem uso de imagens de sofrimento para apelar à sensibilidade do público, numa tentativa de desafiar determinadas noções de que os refugiados são indignos de apoio financeiro ou proteção. Desta forma, para alguns autores a figura do refugiado do século XXI foi construída através discursos políticos, humanitários e também jornalísticos como sendo uma figura ambivalente, ou seja, com valores opostos. De acordo com Tazzioli (2018, p. 9) e Chouliaraki (2012, p. 14), o refugiado tanto era “um sujeito arriscado” como “um sujeito em risco”, simultaneamente sofredor de conflitos geopolíticos e uma ameaça à ordem global.

Por sua vez, Austin (2019) menciona que à medida que o neoliberalismo e a austeridade fazem aumentar a insegurança económica e social, e que a soberania dos estados-nação é desgastada pela globalização, os refugiados (várias vezes comparados a migrantes económicos ou imigrantes ilegais na linguagem de alguns políticos e comentadores) têm sido constantemente responsabilizados por essas incertezas. De acordo com o autor, tal aconteceu durante a chamada “crise dos refugiados”, ocorrida entre 2015 e 2016, quando mais de um milhão de pessoas fizeram pedido de asilo a vários países da União Europeia. Nessa altura, o mesmo autor refere que políticos como Viktor Orbán e David Cameron usavam uma linguagem imprópria que rotulava os refugiados como “massas desconhecidas” ou um “enxame”, que ameaçava engolir o continente europeu (Austin, 2019, p. 251).

A propósito desta questão, Žižek (2016) caracteriza a Europa e o Norte como um globo fechado que separa o seu privilegiado interior daquele que se encontra no exterior. Tal afirmação significa que o alcance global do capitalismo se baseia na maneira como o mesmo introduz uma divisão de classe radical em todo o mundo, separando aqueles que estão protegidos pela esfera daqueles mais vulneráveis que se encontram fora dela. O autor adianta ainda que o crescente número de refugiados, requerentes de asilo e migrantes que tentam chegar à Europa não são apenas uma consequência de casos particulares de guerra, fome ou desastre ambiental. Para o autor, os seus movimentos são o resultado de uma divisão dessa mesma classe em todo o mundo. Por isso, Žižek (2016) chega à conclusão de que “Uma coisa é clara: em casos de turbulência, a soberania nacional terá que ser radicalmente redefinida e novos níveis de cooperação global inventados (p, 102).

Em contrapartida com os beneficiários da globalização, a mobilidade do grupo demográfico acima referido caracteriza-se por ser altamente vulnerável, sendo associado ao carácter destes indivíduos padrões de discriminação, violência e trauma. Representados de várias formas na esfera mediática europeia, estes “Outros absolutos para o sonho de um mundo móvel” provocaram simpatia, piedade, ressentimento e raiva (Andersson, 2014, p. 4). De acordo com Matthew Carr (2015), “o confronto entre a Europa e os seus intrusos indesejados é específico da Europa; mas também é um reflexo de um fenómeno muito mais amplo” (2015, p. 7). Para o autor, é necessário esclarecer esse contexto para que hajam mudanças nas políticas e atitudes na Europa, mas também nos restantes países a nível mundial. Já em 2004, Zygmunt Baumann tinha argumentado que as reações negativas e violentas por parte dos eleitores e membros dos governos a refugiados e imigrantes, frequentemente vistos como “estranhos no nosso meio”, eram em parte uma resposta indireta à revolta e insegurança económica e social criada pela globalização (Bauman 2004, p. 66).

Blomfield and Lenette (2018) abordam um outro exemplo em que os refugiados aparecem representados como os Outros: a Arte. Por norma, os artistas representam a história humana em narrativas de conflito, deslocamento, exílio e reassentamento por meio de expressões artísticas com o objetivo de desafiar as perceções negativas que envolvem refugiados e requerentes de asilo. As autoras reconhecem que essas representações visuais influenciam de forma mais ampla as perceções do público sobre

os refugiados e os requerentes de asilo e estão presentes sob a forma de fotografia, obras de arte, teatro, música ou até mesmo filmes (2018, p. 323).

Existem, por isso, alguns exemplos em que projetos artísticos colaborativos alcançaram com sucesso o objetivo de promover tropas mais subtis, considerando diversas experiências de refugiados. Por exemplo, na Austrália, o *Refugee Art Project*, com sede em Sydney, tem como objetivo facilitar a atividade e a autoexpressão de pessoas refugiadas ou requerentes de asilo através de oficinas de arte e exposições, usando a própria arte como meio para defender os direitos dos refugiados. Também no Reino Unido, o *Platforma Festival* reúne artistas, artes, organizações culturais e educacionais e ativistas da sociedade civil que trabalham com refugiados e migrantes para apoiar, produzir e promover as artes sobre migrantes e refugiados (Blomfield and Lenette, 2018, p. 323).

Mas nem sempre as representações acima descritas (nomeadamente no parágrafo anterior) correspondem à realidade das representações sociais dos refugiados. Eleana Yalouri (2019), no seu recente artigo intitulado “Difficult representations. Visual art engaging with the refugee crisis”, aborda esta questão, baseando-se essencialmente em obras de arte. A autora realizou um estudo onde investiga em que medida a arte contemporânea pode funcionar como um meio de criticar estereótipos e certos clichês sobre a crise dos refugiados e as suas representações sociais, mas também como pode intervir ou agir para melhorar esta questão.

Yalouri (2019) descreve que imagens de crianças assustadas e idosos desamparados a afogarem-se ou a serem resgatados, bem como de indivíduos a olhar através de cercas de campos improvisados circulam quase diariamente nos órgãos de comunicação social e, por isso, tornaram-se familiares aos olhos dos telespectadores. A autora faz ainda um balanço da cobertura fotográfica da crise dos refugiados na Europa e no Médio Oriente, dando como exemplo uma equipa de fotojornalistas da agência de notícias britânica Reuters que venceu o Prémio Pulitzer, em abril de 2019, na primeira de duas categorias relativas ao jornalismo: “Breaking news”, ou seja, “Notícias de última hora”. Segundo Yalouri (2019), entre as imagens vencedoras estão “algumas fotos de refugiados a caminho da fronteira ou de ter acabado de alcançá-la, de pessoas na água, nadando de forma agoniada em direção à costa e desmoronando ou rezando quando chegam a terra firme” (p. 223).

3.2 - Os refugiados representados através de *Newsgames*

O crescimento da Internet e as possibilidades cada vez mais atualizadas de distribuição da informação (por exemplo, através de dispositivos móveis) geraram mudanças tanto na forma como se acede ao conteúdo informativo, como também na própria divulgação. Sturm (2013) menciona que as empresas de comunicação tiveram de se adaptar a esse desenvolvimento, procurando novas formas de contar histórias em formato digital, de modo a manter o público interessado.

Mas nem sempre é um processo simples. Para Allen (2016) e Georgiou & Zaborowski (2017), a experiência real do que significa ser refugiado é muitas vezes abafada pela cobertura de notícias sobre questões políticas, económicas, jurídicas ou de segurança para o público alvo dos meios de comunicação a nível nacional. No entanto, para colmatar esta questão e superar algumas lacunas surgiu um novo tipo de conteúdo: os jogos de notícias, também conhecidos por *newsgames*. Bogost et al. (2010) referem que esta inovação funciona como um híbrido de narrativa interativa e conteúdo informativo, que permite que o jogador acompanhe não só as notícias, mas também possa envolver-se interativamente com o próprio conteúdo para obter uma maior compreensão do mesmo.

Seguindo esta linha de pensamento, Christoph Plewe & Elfriede Fürsich (2017) realizaram um estudo que se propõe a avaliar se os jogos de notícias são suplementos significativos para as formas de jornalismo já existentes. “Are Newsgames Better Journalism?” é o título do artigo em que os autores abordam questões relativas aos refugiados. Neste mesmo estudo, questiona-se como os *newsgames* transmitem informações sobre questões de refugiados no jogo interativo e como é que os refugiados e a sua situação acabam por ser representados nesses mesmos jogos. Para chegar a uma conclusão, os autores avaliam subquestões relativas à empatia, objetividade, complexidade e representação do sofrimento distante. Por essa mesma razão, a questão principal do artigo é saber como os jogos de notícias resistem ao jornalismo tradicional quando se trata de ajudar o público a entender eventos políticos de preocupação global.

Zehle (2012) reforça que dada a popularidade e o impacto cultural dos jogos de computador, fazia sentido que as notícias se adaptassem a essa forma de contar histórias digitais para transmitir informações. E foi o que acabou por acontecer. Alguns jornais de renome começaram a apresentar *newsgames* nos seus websites. Plewe & Fürsich

(2017) dão especial atenção a três desses jogos com foco na vida e no destino dos refugiados: “The Refugee Challenge” (“O Desafio dos Refugiados”), do jornal britânico The Guardian (2014); “Against All Odds by the United Nations Refugee Agency” (“Contra todas as probabilidades da Agência das Nações Unidas para os Refugiados”), que como o próprio nome indica foi realizado pela ACNUR, em 2005 e “The Migrant Trail” (“A Trilha Migrante”), desenvolvido pelo estúdio de software Gigantic Mechanic em cooperação com o cineasta Marco Williams, em 2013 (p. 2473).

O jogo “O Desafio dos Refugiados”, criado em 2014, no site do jornal britânico The Guardian é caracterizado como sendo um pequeno recurso interativo. Os autores referem que não é um jogo digital no sentido tradicional, ou seja, não envolve gráficos ou mecânica complexa de jogo, mas caracteriza-se por ser semelhante ao gênero de literatura do “livro de jogos”. O que quer dizer que neste tipo de livro, o leitor em vez de seguir uma história predefinida, é-lhe apresentada uma infinidade de caminhos para escolher, o que leva a resultados diferentes da narrativa dependendo das escolhas feitas pelo leitor. No caso prático do jogo em questão, a narrativa assemelha-se à estrutura de um labirinto, o que faz com que o leitor tenha especial atenção aos links e aos locais para evitar encontrar fragmentos de texto repetidos (Plewe & Fürsich, 2017, p. 2474).

De acordo com os mesmos autores, no “Desafio dos Refugiados”, o jogador tem como missão reconstituir o papel de uma mulher sunita de 28 anos, natural da Síria, cujo marido foi morto durante um ataque com morteiros, deixando-a com uma filha de 8 anos e um filho de 10. Com a guerra instalada, ela decide fugir do país para proteger os seus filhos. Nessa fase do jogo, cabe ao jogador decidir como o processo será feito, tendo em conta que as opções são limitadas aos caminhos dados pelos autores. Não obstante, as diferentes combinações de opções de caminho originam um complexo labirinto de fragmentos de texto que estrutura a narrativa da história (2017, p. 2474).

Relativamente às informações sobre os refugiados da Síria, elas são transmitidas pelas escolhas, bem como links para conteúdos tradicionais ligados aos média. Ao não tornar acessíveis todas as informações do texto de uma só vez, o jogador é obrigado a descobrir quais as ações que levam ao sucesso e quais as que podem não funcionar ou acabar em fracasso. No jogo são ainda divulgadas certas informações, como por exemplo, que a Suécia oferece residência permanente para refugiados, mas estas informações serão perdidas se o jogador optar por viajar para a Turquia logo no início. Os jogadores também enfrentarão os contratempos dos refugiados no caminho para a

Grécia, Itália ou Turquia, tornando necessário repetir as escolhas ou repensar a sua estratégia ou até mesmo mudar o próprio caminho (Plewe & Fürsich, 2017, p. 2474-2475).

Em suma, este tipo de jogos acaba por partilhar traços comuns no que diz respeito à mecânica de jogo, ajudando a retratar a situação dos refugiados. O motivo principal pelo qual os jogos são construídos é essencialmente defensivo e emocional, isto é, fazer com que o jogador simpatize com os refugiados e migrantes, mas também incentivar ao desenvolvimento de empatia para que os cidadãos comuns entendam melhor a posição destas pessoas. Além disso, uma característica fundamental dos três jogos analisados pelos autores é que todos convidam o jogador a assumir o papel de um ou mais refugiados e a reencenar situações pelas quais eles devem passar (Plewe & Fürsich, 2017, p. 2477). Em relação a esta questão, também Schrape (2012) tinha referido que os *newsgames* normalmente desafiam os seus jogadores a assumir um determinado papel e/ou executar certas ações dentro da estrutura do jogo, criando um certo suspense "lúdico" e incentivando a identificação dos jogadores com os personagens que estão em jogo.

3.3 - Os refugiados representados pelo Jornalismo em Rede/Colaborativo

As zonas de guerra e conflito caracterizam-se por serem locais onde a informação é escassa e os rumores acabam por dar lugar à desinformação, o que faz com que haja uma consequente substituição da produção de notícias e informações precisas. Numa tentativa de contornar esta situação, vários jornalistas profissionais com organizações de notícias saltaram de paraquedas em zonas de guerra com o objetivo de obter notícias credíveis e verdadeiras, mas acabam por se ir embora. Isto faz com que sejam os jornalistas locais, geralmente jornalistas cidadãos, a fornecerem as notícias sobre os assuntos do dia a dia nas próprias zonas de conflito (Harkin et al., 2012).

Wall et al. (2015) referem que, no caso particular do conflito na Síria, são os jornalistas cidadãos que fornecem a maior parte das notícias e informações acerca do que está a acontecer no terreno. Segundo os autores, eles incorporam um modelo de jornalismo em rede que se concentra na colaboração entre jornalistas profissionais, editores e produtores de conteúdo amador para, desta forma, conseguirem partilhar as suas histórias com o mundo.

Mohammad Yousuf and Maureen Taylor (2016), no seu artigo “Helping Syrians Tell Their Story to The World”, utilizam os modelos de jornalismo em rede e conectivo para analisar parcerias entre jornalistas profissionais e cidadãos e assim contar histórias de um país assolado pela guerra ao mundo. De acordo com os autores, as principais suposições do jornalismo conectivo estão enraizadas no jornalismo em rede. No entanto, o jornalismo conectivo concentra-se em garantir que a colaboração entre jornalistas e cidadãos não afeta os valores-base do jornalismo e que o principal objetivo deste modelo passa por procurar conexões lógicas e consistência enquanto integra cidadãos no trabalho de jornalistas (p. 302-304).

Os mesmos autores defendem que os jornalistas cidadãos desempenham um papel importante ao contar ao mundo sobre a situação na Síria. Quem o fazia anteriormente eram os jornalistas internacionais que contavam e relatavam a história síria, mas devido a ameaças, sequestros e até decapitações de jornalistas internacionais, como é o caso de James Foley e Steven Sotloff, reduziram a cobertura da maioria dos jornalistas internacionais da guerra civil síria. Nessa ausência, foram os ativistas de direitos humanos que assumiram o papel de jornalistas e começaram a contar a história através dos meios de comunicação tradicionais e sociais. Assim, foram os jornalistas cidadãos que preencheram a lacuna quando os jornalistas internacionais tiveram acesso negado à Síria ou deixaram o país devido ao agravamento da situação de guerra e conflito (Yousuf and Taylor, 2016, p. 309).

Num artigo escrito no site do Comité para a Proteção dos Jornalistas, Holmes (2013) refere que os jornalistas cidadãos sírios costumam ser a única fonte de informação nas zonas de guerra. Contudo, esses mesmos jornalistas, ao estarem por sua conta em risco, pagaram um preço demasiado alto: de acordo com a Repórteres Sem Fronteiras, “quase 80% dos jornalistas mortos na Síria eram jornalistas cidadãos” (Klepke and Olsson, 2014, parágrafo 7).

A maior parte destes jornalistas cidadãos sírios trabalha de forma independente e tem como objetivo partilhar as histórias do seu país com o mundo. A informação é divulgada através do *The Damascus Bureau*, ou seja, o Departamento de Damasco. O site do Departamento é uma das poucas fontes de notícias credíveis escritas por sírios sobre a guerra civil. O site relata os “assuntos sociais, políticos e económicos” da Síria e a “diáspora síria nos países vizinhos” como parte de um programa de treino contínuo em habilidades jornalísticas. O Departamento de Damasco é um fórum bilingue, onde a

maioria dos artigos publicados na página inicial em inglês são traduções editadas da versão original em árabe. Esta plataforma permite ainda que os visitantes pesquisem por tópico ou local (Yousuf and Taylor, 2016, p. 310).

O Departamento de Damasco desempenha, por isso, um papel conectivo na ligação de jornalistas cidadãos com os meios de comunicação profissionais. Para Yousuf and Taylor (2016), o facto de ser uma das únicas fontes de informação sobre o que realmente está a acontecer na Síria, acaba por levar várias organizações de notícias a nível internacional a visitar regularmente o site para obter conhecimento sobre os conflitos e também para gerar ideias de histórias para seus próprios meios de comunicação.

No entanto, estes jornalistas cidadãos não vão para o terreno sem antes terem indicações de como se processa a produção de uma notícia. Começam como estagiários e frequentam oficinas básicas de jornalismo impresso. Esta espécie de “treino” dura aproximadamente cinco dias e em cada dia são realizadas oito horas de acompanhamento e orientação. Segundo Yousuf and Taylor (2016), a semana é dividida da seguinte forma:

“No primeiro dia, os estagiários aprendem sobre o processo de produção de notícias. Aprendem a criar leads e esboços para os artigos que querem escrever. (...) No segundo dia, os estagiários aprendem a conduzir entrevistas. (...) Saem para a comunidade para entrevistar indivíduos e ajudar a criar conteúdo para os seus artigos. No terceiro dia, os estagiários começam a elaborar as suas histórias de longa-metragem e também aprendem a escrever relatórios mais curtos. O quarto dia apresenta os estagiários à escrita de relatórios investigativos, à construção de manchetes e ao apoio à média visual. (...) No último dia de formação, o instrutor fornece feedback sobre a história existente. (...) O objetivo é que todos os participantes tenham completado rascunhos de artigos até o final do quinto dia” (p. 311).

Uma parte fundamental deste processo de produção de notícias é que os jornalistas cidadãos recebam orientação editorial e apoio financeiro após o fim da formação. Até porque, ao concluírem a sua segunda história entram em contato direto por e-mail com os jornalistas profissionais e editores de língua árabe da IWPR (Institute for War and Peace Reporting).

No entanto, este processo pode ser lento e nem todas as pessoas treinadas na formação enviam uma segunda história ou concluem um conjunto de histórias. Yousuf and Taylor

(2016, p. 311) mencionam que existem muitas razões para o desgaste, entre elas o facto de às vezes, a Internet não estar disponível na Síria durante várias semanas. Isto faz com que os jornalistas cidadãos não possam sair de casa para obter entrevistas e em alguns casos, acabam mesmo por deixar o país, saindo em direção à Europa. Também existem situações de alguns jornalistas cidadãos que acabam por ser detidos pelo regime de Assad, sequestrados ou até mesmo mortos no conflito.

CAPÍTULO III: DESENHO DO ESTUDO EMPÍRICO

1. OBJETIVO E PERTINÊNCIA DO TEMA

O número de indivíduos forçados a fugir de guerras, perseguições e conflitos continua a aumentar. De acordo com dados registados em junho de 2019, estima-se que existam atualmente mais de 70 milhões de refugiados e deslocados em todo o mundo. É o maior número de sempre registado pela ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Segundo o *Global Trends* – relatório anual da ACNUR - divulgado em junho de 2019, existem 70,8 milhões de pessoas em todo o mundo em situação de deslocamento forçado. Um número que representa um aumento de cerca de 2,3 milhões em relação ao ano de 2017. As estatísticas mostram ainda que o número de deslocados forçados corresponde ao dobro daqueles que existiam há 20 anos. O ano de 2018 foi igualmente dramático. E os números continuam a ser a prova da dura realidade que o mundo enfrenta. Só em 2018, cerca de 13,6 milhões de pessoas tiveram de se deslocar devido a conflitos e perseguições. Isto significa que, por dia, aproximadamente 37 mil pessoas abandonaram o lugar onde residiam à procura de segurança e proteção.

Esta questão tornou-se ainda mais evidente ao longo do período de estágio. A passagem pela editoria Internacional e também pela equipa do Primeiro Jornal, além de proporcionar uma grande aprendizagem com o trabalho realizado, tornou evidente que a questão dos refugiados continua a fazer parte do nosso quotidiano. Trata-se de um verdadeiro flagelo que teve o seu ponto mais alto em 2015, altura em que o mundo assistiu à imagem de uma criança síria morta numa praia da Turquia. A fotografia de Aylan Kurdi, de três anos, que morreu afogado na sequência de um naufrágio no Mediterrâneo, tornou-se símbolo do drama dos refugiados¹⁸. Uma fotografia que vários jornais e televisões a nível mundial, incluindo a SIC, decidiram mostrar, porque na perspetiva, por exemplo, da estação de Paço de Arcos, se trata de “uma imagem capaz de pressionar uma solução”. Solução essa que continua à deriva. E porquê? Porque passados quatro anos, os números continuam a subir dia a dia.

De acordo com a publicação do ACNUR, mais de dois terços dos refugiados em todo o mundo vêm de cinco países. Com cerca de 6,7 milhões, a Síria continua a ser o país

¹⁸ Disponível em <https://sicnoticias.pt/especiais/crise-migratoria/2015-09-03-A-historia-de-Aylan-e-Galip-as-criancas-sirias-que-morreram-afogadas>, consultado a 10 de dezembro de 2019

com maior número de refugiados. Segue-se o Afeganistão, que no último ano produziu mais de 2,7 milhões de refugiados. Em terceiro lugar está o Sudão do Sul com 2,3 milhões, seguido de Mianmar com 1,1 milhão e da Somália com 900 mil refugiados. Em contrapartida, a Turquia é o país que acolhe o maior contingente de refugiados, com cerca de 3,7 milhões. Em segundo lugar está o Paquistão que acolhe 1,4 milhão e, em terceiro o Uganda, com 1,2 milhão. Seguem-se o Sudão e a Alemanha, que acolhem o mesmo número de refugiados, com 1,1 milhão.

Estes são os números reais. Números alarmantes a que o mundo vai assistindo e que também eu fui acompanhando durante o período de estágio. Neste sentido, desenvolveu-se na SIC um enorme trabalho de investigação, na área da Grande Reportagem sobre o tema dos refugiados, nos primeiros seis meses de 2019. O foco foi o Afeganistão, um país que está em guerra (quase) constante desde 1979 e que viu o número de refugiados e deslocados aumentar de forma dramática. De acordo com o site da SIC Notícias¹⁹, plataforma que serve de apoio a esta investigação, a Europa aceitou os sírios, mas recusa a entrada de afegãos. O Afeganistão tornou-se, assim, na “capital dos errantes”. O termo é utilizado pelo jornalista de investigação da SIC, Pedro Coelho, para descrever todos aqueles que foram obrigados a deixar tudo e a fugir. E, depois de uma breve pesquisa consigo perceber esta ligação. Errante significa “algo ou alguém que anda a vagar, que não tem destino certo”.

Foi com base neste especial, iniciado pela SIC em novembro de 2018, que surgiu a ideia de analisar o tema dos refugiados. O jornalista Pedro Coelho, que também é professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH) decidiu juntamente com a sua equipa criar algo inovador. Trata-se de uma parceria entre a faculdade e a SIC, que tem como objetivo dar oportunidade aos alunos da área de jornalismo da NOVA FCSH, de participar na cobertura de um dos grandes temas que marcam a atualidade. A ideia passou por alimentar o micro-site do projeto, coordenado por ex-jornalistas e docentes da faculdade, e pela restante equipa do projeto. O objetivo maior é dar voz às vítimas deste conflito.

Assim sendo, escolheu-se o site da SIC Notícias como ferramenta de análise de todas as peças que foram publicadas sobre os refugiados. O objetivo principal deste relatório de estágio é analisar a cobertura jornalística da temática dos refugiados pela SIC Notícias.

¹⁹ Disponível em <https://sicnoticias.pt/especiais/afeganistao-capital-dos-errantes>, consultado a 12 de dezembro de 2019

Esta plataforma online tem vindo a crescer e a ganhar especial destaque. Ultrapassou, em abril deste ano, os sete milhões de visitas, tornando-se no segundo melhor mês de sempre da plataforma. Esta conquista aconteceu depois da mudança da estação para Paço de Arcos. Algo que tem contribuído para uma aproximação entre a redação de informação e a plataforma online da SIC Notícias, que completou em maio de 2019, 18 anos de existência.

Parte-se, então, para a análise com a seguinte pergunta de partida:

- Em que circunstâncias e respetivas estratégias editoriais são os refugiados notícia numa plataforma como a SIC NOTÍCIAS?

1.1. Questões de Investigação

Para encontrar respostas para a pergunta de partida, o presente estudo pretende responder às seguintes subquestões de investigação:

1. Que representatividade têm os conteúdos informativos relacionados com os refugiados na SIC, nomeadamente no site da SIC Notícias?
2. Que representações sociais dos refugiados gera essa cobertura?
3. Quais são as características desses conteúdos jornalísticos, relativamente às fontes de informação, valores-notícia, ângulo de abordagem e género?
4. Que ferramentas multimédia são utilizadas para fazer cobertura deste tipo de conflitos?

2. METODOLOGIA

Para responder a estas questões, optou-se por conciliar uma análise de conteúdo e entrevistas semi-estruturadas realizadas a jornalistas da SIC, em particular os que estiveram envolvidos na cobertura desta temática.

A seleção das peças a analisar foi feita com base na pesquisa por três palavras-chave: refugiado, refugiada e refugiados. A introdução destas palavras permitiu encontrar todos os conteúdos jornalísticos que utilizassem estes vocábulos. Para esta análise, definiu-se um período de seis meses, com início em janeiro de 2019 e término em junho de 2019.

Este espaço de tempo foi também coincidente com as eleições europeias que poderiam, porventura, decidir estratégias futuras em relação aos refugiados.

Variáveis de análise

No que diz respeito à análise de dados, neste trabalho de investigação foi feita uma análise de forma e conteúdo, através de métodos quantitativos (ou seja, recolha e criação de uma base de dados e, posteriormente criação de tabelas e gráficos) e qualitativos (que tem a ver com a interpretação da base de dados obtida e das entrevistas para cruzar toda a informação e dados). O objetivo desta investigação foi entender de que forma a SIC NOTÍCIAS apresenta e representa os refugiados e migrantes.

Entrevistas semiestruturadas

A entrevistas realizadas nesta investigação tiveram como objetivo permitir que os participantes articulassem as suas perspetivas pessoais e profissionais sobre o papel dos media na representação dos refugiados e migrantes. Para isso, deu-se particular relevância à equipa de profissionais envolvidos na Grande Reportagem da SIC “Afeganistão: Capital dos Errantes”, por terem contactado de perto com esta temática, por exemplo, nas várias saídas que fizeram para o terreno.

Foram entrevistados os seguintes profissionais: Pedro Coelho, Jornalista SIC (08 de agosto de 2019), Mariana Cruz, na altura estagiária de jornalismo na SIC (14 de agosto de 2019), José Silva, Repórter de Imagem SIC (06 de agosto de 2019), Ruben Tiago Pereira, Jornalista SIC (23 de agosto de 2019) e Cristina Boavida, Editora de Internacional SIC (21 de agosto de 2019). Neste âmbito, os jornalistas da redação foram questionados para refletirem sobre as suas práticas profissionais e também as práticas da estação onde trabalham relativamente à cobertura do drama dos refugiados. As entrevistas foram realizadas por chamada telefónica e via e-mail.

2.1. Corpus

Relativamente à sistematização dos dados, a análise foi realizada durante seis meses, num período compreendido entre janeiro e junho de 2019. No total, foram recolhidos 137 conteúdos jornalísticos publicados no site da SIC NOTÍCIAS durante o espaço de tempo anteriormente assinalado. O total de 137 conteúdos indica que, em média, neste

intervalo de seis meses, foram publicadas cerca de 23 peças por mês relacionadas direta ou indiretamente com a questão dos refugiados.

A escolha de um corpus de análise que englobasse exatamente a primeira metade do ano de 2019, resultou do facto de o período em questão coincidir com a realização da Grande Reportagem levada a cabo pela SIC, mas também por ser o espaço de tempo em que decorreram as eleições europeias. Além disso, esta escolha temporal foi também pensada com base na falta de artigos que pudesse porventura existir relativamente ao tema da investigação, o que poderia resultar numa amostra pouco representativa da realidade. No entanto, embora o número de conteúdos ainda represente um valor baixo, os seis meses já permitem uma investigação mais próxima da realidade com mais material para analisar.

É importante notar que fazem parte dos conteúdos jornalísticos publicados no site da SIC NOTÍCIAS, peças de televisão (referentes aos noticiários da Edição da Manhã, Edição da Tarde e Edição da Noite da SIC NOTÍCIAS e do Primeiro Jornal e Jornal da Noite da SIC) e digital (artigos publicados pela equipa do Online, que faz a gestão do respetivo site). Nesta análise, não foram considerados conteúdos associados ao entretenimento.

2.2. Variáveis de Análise

A base de dados foi construída com 14 variáveis, agrupadas em duas categorias: Forma e Conteúdo.

A análise da forma é constituída pelas seguintes variáveis:

<i>ID</i>	<i>Data</i>	<i>Dia da semana</i>	<i>Género jornalístico</i>	<i>Proveniência</i>	<i>Autor da notícia</i>	<i>Secção</i>

- *Data* (perceber quais os meses da primeira metade do ano de 2019 que tiveram um número mais abrangente de notícias);

- *Dia da semana* (entender quais os dias da semana que têm mais notícias sobre os refugiados);

- *Género jornalístico* (que caracteriza o género – notícia, reportagem, peça, talking head, debate, etc. – mais utilizado);
- *Proveniência* (refere se existem mais artigos assinados pela agência LUSA ou pela própria SIC);
- *Autor(a) da Notícia* (quando a notícia é da SIC, perceber se o autor costuma ou não assinar a mesma);
- *Secção* (identifica a secção onde se encontra a peça).

A análise de conteúdo é realizada mediante as seguintes variáveis:

<i>ID</i>	GR Afeganistão	Formato (imagem/vídeo)	Definição refugiado	Ângulo de abordagem	Fonte da Notícia	Valor Notícia	Relevância refugiados	Representação social

- *Grande Reportagem (GR): Afeganistão Capital dos Errantes – Sim/Não* (perceber através da análise, quais as notícias que fazem parte ou não do especial criado no próprio site da SIC NOTÍCIAS pela equipa da GR e do Online);
- *Formato* (verificar se a notícia apresenta vídeo, imagem, ambos os formatos ou nenhum deles);
- *Definição refugiado* (confirmar na informação da notícia se existe a preocupação de explicar quem são os refugiados);
- *Ângulo de abordagem* (perceber que ponto de vista é mais escolhido pelos media para abordarem a notícia – ou seja, ver se a maior parte das peças diz respeito a reações de políticos, ao próprio acontecimento ou à vida dos refugiados);
- *Fonte da notícia* (analisar quais as fontes que o jornalista tenha contactado ou acedido para escrever a notícia e se os refugiados fazem parte dessas fontes, se lhes é dada voz);
- *Valor-notícia* (entender o que motivou o jornalista a escrever a notícia, tendo como base os critérios de noticiabilidade criados por Galtung & Ruge);
- *Relevância dada aos refugiados* (verificar se a comunidade em questão aparece como foco principal ou secundário na peça);

- *Representações sociais* (identificação de palavras/frases que, ao longo da notícia, possam descrever os refugiados. bem como o lugar de onde vêm).

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. Análise referente à forma

Variação ao longo dos primeiros seis meses de 2019

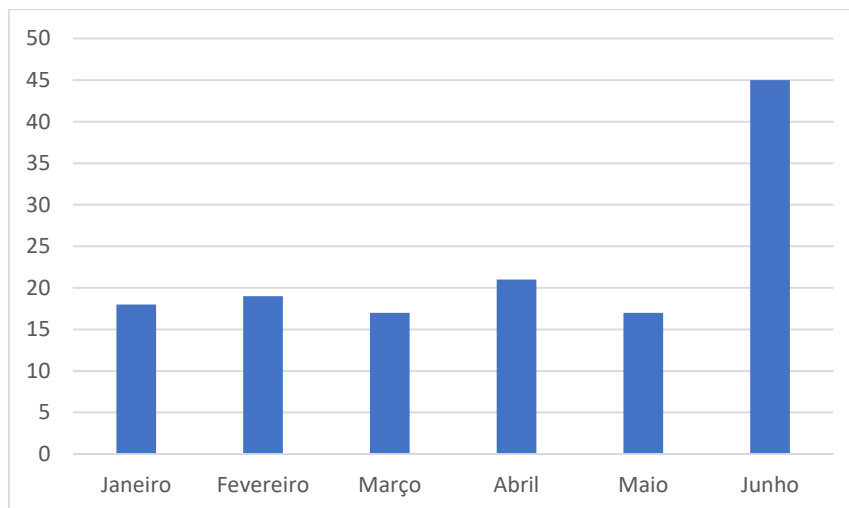
Do *corpus* de análise fazem parte 137 conteúdos jornalísticos sobre a questão dos refugiados, publicados na primeira metade de 2019 no site da SIC NOTÍCIAS. De acordo com a editora de internacional da SIC, Cristina Boavida, quando questionada sobre “a cobertura de notícias relacionadas com os refugiados, na SIC e SIC NOTÍCIAS, é suficiente? Porquê?”, afirma que “a cobertura de temáticas internacionais nunca são suficientes, porque muitas vezes o espaço dado a este tipo de notícias depende muito de acontecimentos nacionais que, às vezes, não têm assim tanta relevância”. A editora de internacional refere que, apesar de a SIC e os seus profissionais tentarem “informar as pessoas sobre estas matérias”, existem sempre barreiras como “as audiências e a necessidade de falar muito de futebol e do espaço que isso ocupa nos jornais” e isto leva a que às vezes questões importantes de foro internacional fiquem “um bocadinho para segundo plano”.

Também Pedro Coelho, jornalista especializado em grande reportagem da SIC, afirma que a cobertura “não é suficiente”. De acordo com o coordenador de “Afeganistão: Capital dos Errantes”, os temas de internacional “não têm o tratamento extraordinário ao nível dos órgãos de comunicação social, a não ser que haja uma tragédia natural ou um atentado ou qualquer coisa verdadeiramente bombástica”. Caso isso não aconteça, para o jornalista de investigação, “o internacional é menos valorizado, muito mais ainda a sub-temática das migrações e dos refugiados”. Pedro Coelho reforça o seu ponto de vista dando o exemplo da grande reportagem emitida pela SIC sobre o Afeganistão, que era uma temática que nunca tinha sido verdadeiramente tratada pela estação de televisão:

“A maior parte das pessoas desconhecia tudo o que há para conhecer sobre o Afeganistão e de facto ao nível da SIC, o nosso trabalho veio colmatar uma fragilidade. Eu acho que a temática dos refugiados começou a ter algum impacto

sobretudo com as reações que vieram de algumas geografias europeias, nomeadamente aquelas mais expressivas que colocavam em causa as migrações, como a Hungria, a Itália, a Suécia, a Noruega. Mas claramente, há aqui um défice de cobertura sobretudo positiva da temática dos refugiados”.

Gráfico 1 – Variação ao longo dos meses



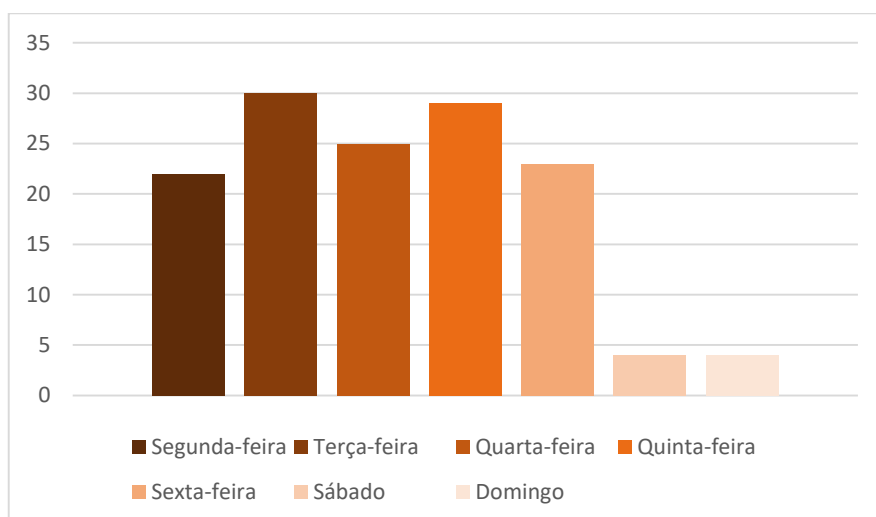
Com base no Gráfico 1, ao longo dos primeiros seis meses de 2019, o número de notícias teve uma ligeira subida. Os meses de abril e junho tiveram o maior número de publicações, com 21 e 45 conteúdos jornalísticos, respetivamente. Por sua vez, os meses de março e maio registaram o menor número de peças, ambos com um total de 17 publicações.

Durante o espaço de tempo com mais notícias e aqui destaca-se o mês de junho (com mais do dobro das peças em relação aos meses anteriores), o crescente número pode ser justificado pela chegada do verão. Por norma, os meses de verão são, em geral, aqueles que registam maior número de travessias, mas também de vítimas mortais, uma vez que é o período mais comum em que os refugiados e migrantes tentam chegar à Europa.

Para José Silva, repórter de imagem da SIC, a cobertura de acontecimentos relacionados com a questão dos refugiados na SIC poderia ser melhor:

“Eu penso que a cobertura por parte da SIC e da SIC Notícias dentro da média das restantes televisões está muito boa. Mas acho que ainda poderia ser melhor. Porque parece que isto é um bocado moda, ou seja, sai uma notícia que a SIC lança a dizer que a marinha portuguesa apanhou 10 refugiados e todas as televisões durante aquele período de tempo dão as notícias e depois parou. Mas sendo este um problema que está tão em voga, nós poderíamos dar mais um bocadinho”.

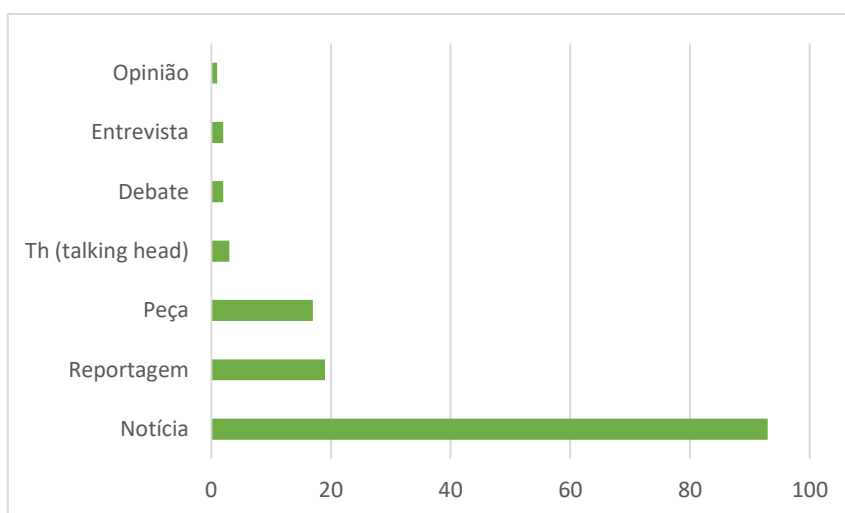
Gráfico 2 – Variação ao longo dos dias da semana



De acordo com o Gráfico 2, durante a primeira metade de 2019, os dias da semana com mais artigos foram Terça-feira (30 artigos), Quarta-feira (25 artigos) e Quinta-feira (29 artigos). Com menos publicações estão os restantes dias: Segunda-feira (22 artigos), Sexta-feira (23 artigos) e, por último Sábado e Domingo (ambos com 4 artigos cada um).

Notícia é o género jornalístico dominante

Gráfico 3 – Géneros jornalísticos dominantes



De acordo com o Gráfico 3, do total da amostra de 137 conteúdos, publicados na SIC NOTÍCIAS sobre os refugiados, a notícia (93 peças) foi o género jornalístico dominante. Em certas publicações, este género tem a particularidade de surgir

acompanhado por peças de televisão provenientes do Primeiro Jornal ou Jornal da Noite. Este facto acontece numa minoria de publicações (ou seja, em apenas 5 peças das 93 correspondentes ao género notícia), mas acaba por ser um complemento/reforço de informação relativamente à notícia/assunto em questão.

Seguidamente com maior número de publicações encontram-se a reportagem (19 conteúdos) e a peça (17 conteúdos). A reportagem é um género jornalístico que se caracteriza por revelar um maior número de pormenores comparativamente à notícia. Já o género peça (termo usado na SIC para designar aquilo que se situa entre a notícia e a reportagem) engloba todas aquelas que são emitidas em televisão, nomeadamente nos jornais principais da SIC (Primeiro Jornal e Jornal da Noite), mas também nas edições da SIC NOTÍCIAS (Edição da manhã, Edição da tarde ou Edição da noite). Os géneros com menor expressão na presente análise são o th (talking head), com 3 publicações, o debate e a entrevista, ambos com 2 conteúdos e, por último, a opinião com apenas 1 publicação.

De acordo com Cristina Boavida, em termos de géneros jornalísticos, na SIC “faltava muito a reportagem, a ida a esses locais, falar com as pessoas para aproximar esses dramas das pessoas que veem televisão em Portugal”. “Às vezes falta um bocadinho de explicação e não ficarmos só pela rama”, acrescenta.

Quando questionado sobre “Qual tem sido a estratégia editorial para cobrir o tema dos refugiados?”, Pedro Coelho declara que “não há propriamente uma estratégia”. O jornalista da SIC esclarece: “Dada a escassez de recursos humanos, estamos muito sensíveis à atualidade. É a atualidade que comanda as grelhas informativas dos canais seja televisões, seja rádios, seja jornais, seja online. (...) Não existe uma estratégia para cobrir temas em concreto”.

Ruben Tiago Pereira, jornalista que integrou a equipa da grande reportagem “Afeganistão: Capital dos Errantes”, também deixa um comentário em relação à cobertura do drama dos refugiados:

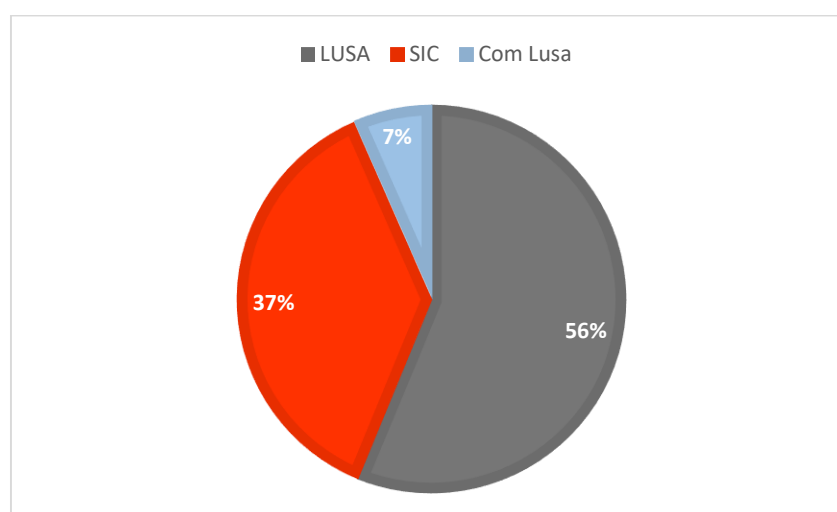
“O tema dos refugiados não tem muita cobertura em Portugal e sinceramente essa é uma das grandes questões que tenho. Não consigo entender como é que histórias incríveis, comunidades vulneráveis e instituições incompetentes não chamam a atenção de mais jornalistas. Jornalisticamente, são coisas mesmo muito valiosas”.

Quase 60% das peças são assinadas pela LUSA

As peças presentes no site da SIC NOTÍCIAS são assinadas pela LUSA e pela equipa do Online da estação de Paço de Arcos.

De acordo com o Gráfico 4, relativamente à proveniência dos artigos, 56% das peças (77 artigos) são assinados pela agência LUSA em comparação com 37% (51 artigos) assinados pela SIC. Existe ainda uma pequena percentagem de publicações com 7% (9 artigos) assinados Com Lusa. Esta pequena minoria surge quando o texto proveniente da LUSA foi muito alterado pela equipa do Online comparativamente ao texto inicial a que tiveram acesso.

Gráfico 4 – Proveniência dos artigos



Algumas das publicações assinadas pela SIC sobre o drama dos refugiados, entre janeiro e junho de 2019, foram escritas por alunos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, devido a uma parceria realizada entre a SIC e a FCSH. Pedro Coelho foi o impulsionador daquilo a que chama “espécie de parceria”:

“Como professor na NOVA e a minha tese de doutoramento está basicamente relacionada com a criação de uma aliança estratégica entre o mundo profissional e o mundo académico, entendi que esta seria claramente uma boa temática para desenvolver do lado de cá e do lado de lá, ou seja, do lado da academia e do lado do jornalismo. Forma-se então uma espécie de parceria. Informo o diretor de informação da SIC da minha intenção, informo o diretor da faculdade da minha intenção, ambos concordam e junto-me a outras duas professoras da NOVA e desafiamos um conjunto de alunos a trabalharem para este projeto”.

Posteriormente, o jornalista de investigação da SIC começou a fazer reportagens associadas à temática dos refugiados e falou com a coordenadora da SIC Online para ficarem com uma “rede montada”. Essa rede acabou por envolver a SIC Online, a Grande Reportagem da SIC e os alunos da NOVA FCSH, do Departamento de Ciências da Comunicação.

A propósito desta questão, José Silva concorda com a participação de alunos das faculdades nas redações. O repórter de imagem diz que é um trabalho “saudável” e uma forma de os profissionais de comunicação abrirem os seus “horizontes com novas maneiras de ver o mundo”. No entanto e como em todos os trabalhos também existem aspetos menos positivos, mas que são superados se cada um tiver em atenção certos pormenores:

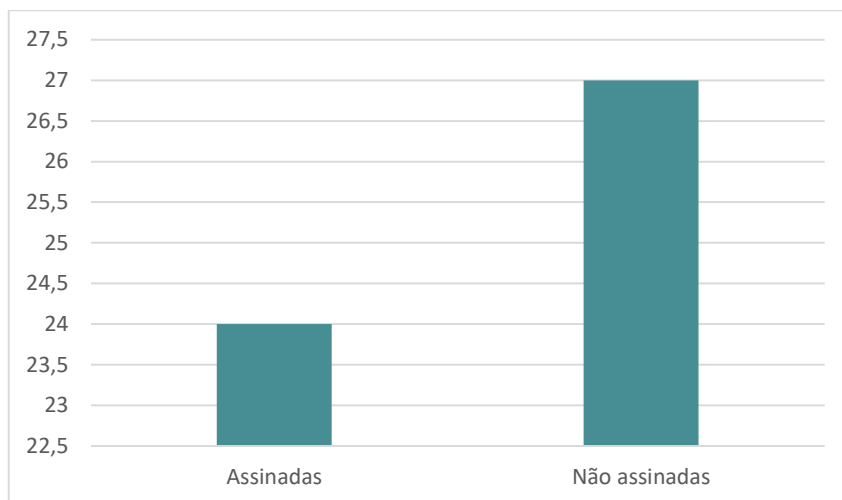
“É mais complicado, por exemplo, na parte da captação no terreno, porque implica mais pessoas no terreno, é mais ruído, mas passando essa dificuldade e se cada um de nós souber onde é que há de estar e como se comportar o trabalho corre lindamente”.

Mariana Cruz, na altura membro da equipa da grande reportagem “Afeganistão: Capital dos Errantes”, refere que a participação dos alunos “tornou o projeto muito mais rico e diversificado”. A ex-jornalista SIC acrescenta que já existia por parte dos jornalistas que integraram o projeto a vontade em tornar esta experiência ímpar “Desde o início gostávamos que fosse possível alargar o ângulo a nível do online e com a participação de alunos foi possível. Acredito ter sido uma experiência pioneira para a SIC e para a NOVA FCSH”.

Mais de metade das publicações escritas pela SIC não são assinadas

Além da LUSA e da equipa do Online, existem publicações feitas no site da SIC NOTÍCIAS que são da autoria de jornalistas da redação de informação da SIC. No entanto e de acordo com a análise em questão, da amostra de 51 publicações provenientes da SIC, 24 delas foram assinadas por jornalistas em comparação com 27 que ficaram sem assinatura. Assim, pode concluir-se que mais de metade dos artigos escritos nos primeiros seis meses do ano de 2019 para o site da SIC NOTÍCIAS não foram assinados.

Gráfico 5 – Assinatura autor(a) das peças



É também notório que, das 24 publicações assinadas, 9 delas foram escritas por alunos da NOVA FSCH a propósito da parceria feita entre a SIC e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e as restantes 15 foram escritas por jornalistas da redação. No entanto, olhando para a amostra é possível concluir também que a maior parte dos jornalistas que assinaram os 15 artigos pertence à equipa que esteve envolvida na Grande Reportagem “Afeganistão: Capital dos Errantes”. Isto significa que sem a parceria com os alunos da faculdade e sem iniciativa por parte dos membros envolvidos neste projeto, o número de artigos assinados seria praticamente inexistente.

Tal facto pode dever-se a um conjunto de fatores, entre eles: o reduzido número de profissionais, recursos e tempo para que possam investigar mais sobre assuntos relacionados com o drama dos refugiados; um possível desinteresse por parte da estação no que diz respeito a temáticas associadas aos migrantes e refugiados, por não se tratarem de questões que geram grandes níveis de audiência; o facto de existirem assuntos emergentes no que toca à atualidade ou até mesmo a falta de jornalistas especializados em questões relacionadas com esta comunidade.

Questionada sobre a questão da cobertura dos refugiados na SIC, Cristina Boavida explica o que acaba por acontecer no dia a dia de uma redação de informação:

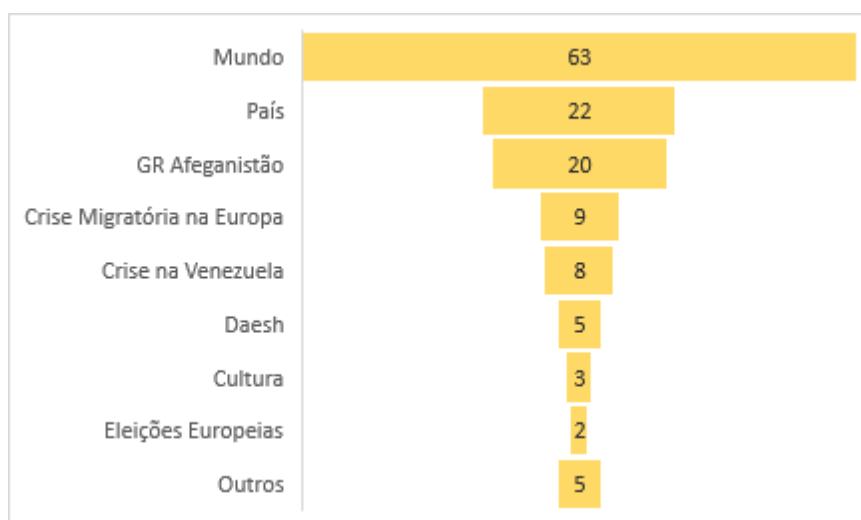
“Muitas vezes em Internacional, por falta de recursos não fazemos reportagem, ficamos restringidos àquilo que as agências internacionais nos enviam e para além disso, fazemos muitas vezes as peças para o jornal com muito stress, com muita

pressa e restringidos com dois minutos de imagem e ter de explicar e aprofundar os temas é extremamente difícil”.

“Mundo” é a secção com mais artigos

Segundo a distribuição da plataforma online da SIC NOTÍCIAS, os conteúdos jornalísticos estão divididos em quatro categorias principais: Notícias (que engloba as sub-categorias últimas, país, mundo, economia, desporto, saúde e bem-estar, cultura, fotogalerias e especiais); Opinião (onde constam rubricas e espaços de opinião, como é o caso do espaço “As Causas”, de José Miguel Júdice, às terças-feiras ou “O Tabu”, de Francisco Louçã, às sextas-feiras, ambos emitidos na Edição da Noite da SIC NOTÍCIAS); Programas (do qual fazem parte, por exemplo, o Governo Sombra, Polígrafo SIC, Contas Poupança ou Jogo Aberto) e, por último, Guia TV (que é uma categoria onde pode consultar-se a grelha diária de alinhamento da SIC NOTÍCIAS, com os programas/jornais daquele dia e os horários a que foram ou serão emitidos).

Gráfico 6 – Artigos por secção



Através desta investigação e como demonstra o gráfico 6, pode concluir-se que a categoria Mundo (63 artigos) engloba a maior parte do corpus em análise. Seguidamente, encontra-se a categoria País (22 artigos), Grande Reportagem “Afeganistão: Capital dos Errantes” (20 artigos), Crise Migratória na Europa (9 artigos), Crise na Venezuela (8 artigos), Daesh (5 artigos), Cultura (3 artigos) e, por último, Eleições Europeias (2 artigos).

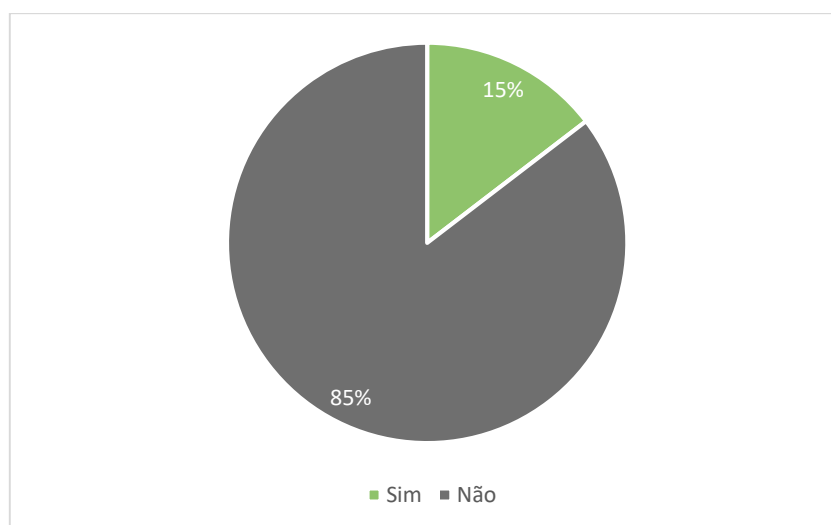
Optou-se por colocar a categoria Outros no final de todas as anteriores por conter 5 artigos e todos eles estarem relacionados com uma categoria diferente, nomeadamente:

Wikileaks (1 artigo), Cardeal Antonio Tagle (1 artigo), Desporto (1 artigo), Opinião (1 artigo) e Reportagem Especial (1 artigo).

3.2. Análise referente ao conteúdo

Apenas 15% das peças fazem parte da Grande Reportagem “Afeganistão: Capital dos Errantes”

Gráfico 7 - Grande Reportagem “Afeganistão: Capital dos Errantes”



De acordo com o Gráfico 7, conclui-se que 85% dos artigos publicados durante os primeiros seis meses de 2019 (ou seja, o equivalente a 117 publicações das 137 que representam o total da amostra) não fazem parte do especial “Afeganistão: Capital dos Errantes”.

Um número que se revela elevado se tivermos em conta alguns pormenores. Por exemplo, neste espaço de tempo foi criado na página principal do site da SIC NOTÍCIAS um destaque/especial destinado a esta grande reportagem, onde constavam todas as reportagens especiais e entrevistas que iam sendo feitas a propósito deste projeto. O objetivo foi reforçar a parceria com o Online, de forma a que mais conteúdos fossem criados e posteriormente divulgados para os telespectadores.

No entanto, acabou por não ter a repercussão desejada, uma vez que apenas 15% dos artigos publicados entre janeiro e junho de 2019 (valor que equivale a 20 publicações das 137 que correspondem ao total da amostra) estão integrados neste especial.

A propósito do reduzido número de publicações associadas à grande reportagem, Ruben Tiago Pereira afirma que “O projeto passou despercebido da agenda mediática” e menciona que aquilo que foi descoberto durante a investigação “era e é gravíssimo: um grupo de pessoas extremamente vulneráveis que está a ser votado ao mais absoluto esquecimento por parte das instituições que se propõem a acolhê-lo”. Na opinião do jornalista:

“CPR (Conselho Português para os Refugiados), ACM (Alto Comissariado para as Migrações) e SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) falham todos os dias, por insuficiência e sobrelotação dos serviços. O governo continua a aceitar mais refugiados. Este assunto merecia ter sido picado por outros jornais e, dentro da SIC, devia ter tido mais destaque nos jornais com mais audiência, através de peças de abertura e debates”.

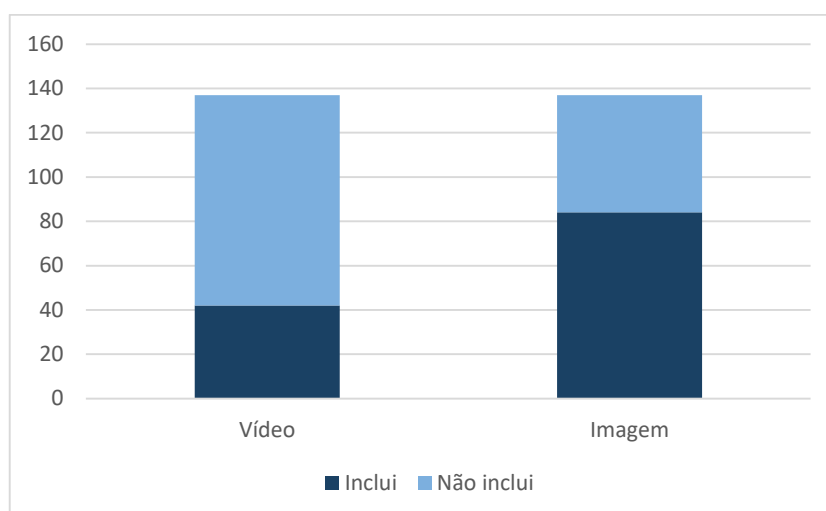
Formato predominante: imagem ou vídeo?

A editora de internacional da SIC defende que em termos de cobertura jornalística “Tudo evoluiu e tudo nos dá mais acesso imediato ao que está a acontecer”. Além disso, faz a comparação entre o presente e o passado, destacando ferramentas digitais que vieram revolucionar a forma como se faz e transmite informação:

“Antigamente, por exemplo, estava a acontecer qualquer coisa e não tínhamos informação das agências. Agora basta abrir o Twitter e conseguimos ter informações de pessoas que estão nesse momento no local a relatar o que está a acontecer. Temos o Skype que é extremamente importante porque nos permite falar e até entrevistar pessoas noutros países usando a internet e além disso, podemos estar a ver coisas em direto seja no Facebook, seja no Instagram”.

No que diz respeito à utilização de ferramentas multimédia que acompanham os artigos, foram analisados com detalhe os formatos imagem e vídeo, como se pode verificar no Gráfico 8. De um modo geral, na maior parte das publicações, apenas é utilizado um destes formatos por artigo.

Gráfico 8 - Formato predominante nas peças



Relativamente à imagem, que de acordo com os dados da amostra é a principal ferramenta multimédia utilizada pela SIC, existem 84 artigos que têm fotografia em comparação com os restantes 53 que não incluem este formato. Contudo, algumas das imagens utilizadas nos artigos podem não representar a 100% o acontecimento que está a ser retratado. Muitas vezes, trata-se de fotografias de arquivo que estão disponíveis no site da SIC NOTÍCIAS para serem utilizadas mediante um determinado assunto ou então correspondem a outras situações que já tenham sido notícia anteriormente.

Os vídeos, por sua vez, são a forma multimédia mais rica para apresentar questões relacionadas com o drama dos refugiados, uma vez que é possível englobar três aspetos: a imagem, o áudio e o texto. Desta forma, os vídeos que normalmente constam nos artigos foram retirados de jornais televisivos da SIC e da SIC NOTÍCIAS ou de redes sociais, como é o caso do Facebook, Twitter ou Youtube. Do total de 137 publicações analisadas nesta amostra, apenas 42 peças utilizam vídeo em comparação com 95 que não incluem este formato.

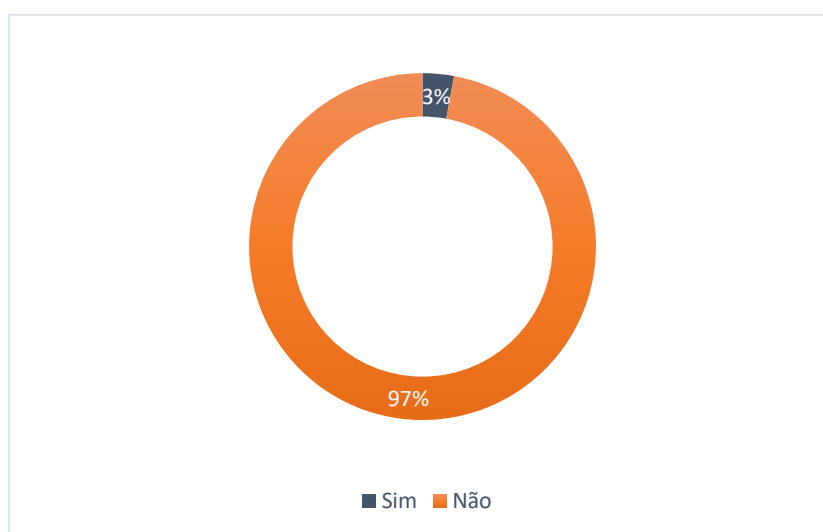
Cristina Boavida realça a evolução das ferramentas multimédia, no sentido em que basta um telemóvel com internet num determinado local e “tudo o que lá está a acontecer pode ser visto em direto sem precisar da intervenção de um jornalista, de um repórter, de uma câmara e isso é extremamente importante”. No entanto, deixa uma salvaguarda relativamente a esta questão: “Mas é também extremamente perigoso, porque temos a visão de uma pessoa que não é jornalista e que na maioria dos casos não é imparcial, portanto é preciso usar essa informação com cuidado”.

Contudo, apesar notória evolução há certos comportamentos que continuam inalteráveis, por exemplo, no que diz respeito em ir para o terreno e investigar mais sobre questões relacionadas com os migrantes e refugiados. José Silva resume que “Basicamente, nós fazemos aqui um bocado a coisa da secretária. Recebemos as imagens, escrevemos um textinho para aquilo e pronto vai para o ar. Não há aquela preocupação de tentar saber mais um bocadinho sobre a história”. Para o repórter de imagem, essa é a parte que continua a faltar nas televisões, em geral e no caso da SIC, em particular e acrescenta que “Bem sei que as televisões não têm dinheiro para ir todos os dias para o terreno, mas nós aqui em vez de recebermos só os feeds, podíamos tentar saber um bocadinho mais daquilo junto de organizações”, referindo-se às instituições que existem em Portugal que têm números e informações relevantes que poderiam ser acrescentadas a certas peças como forma de complementar a informação.

Através da investigação foi também possível perceber que existem poucos exemplos de infografia ou outras ferramentas multimédia com foco virado para a questão dos refugiados, presentes no corpus em análise. No entanto, dentro de cada uma das peças jornalísticas existe a possibilidade de partilhar diretamente no Facebook, Twitter, WhatsApp, Messenger, Email e LinkedIn.

Mais de 95% das peças não define quem é o refugiado

Gráfico 9 - Definição de refugiado



De acordo com o Gráfico 9, a esmagadora maioria das peças em análise nos primeiros seis meses de 2019, ou seja, 97% das publicações (valor que corresponde a 133 artigos

do total de 137 da amostra) não define quem é o refugiado. Apenas 3% das publicações feitas durante este espaço de tempo (ou seja, 4 artigos do total de 137 em análise) definem quem é o refugiado.

Quando questionada sobre a preocupação por parte da SIC em distinguir os conceitos de refugiado, migrante e deslocado e o conhecimento dos telespectadores relativamente a esta matéria, Cristina Boavida afirma que “as pessoas não têm bem noção” e explica que:

“O refugiado só é considerado refugiado depois do país que o acolhe lhe dar esse estatuto. No início todos são migrantes ou pessoas que estão deslocadas e é óbvio que o reconhecimento desse estatuto, que tem regras internacionais, também é interpretado de formas diferentes pelos vários países e isso gera alguma complicação”.

De acordo com a editora de internacional, é necessário dar mais atenção a esta questão. “Acho que devia-se investir um bocadinho mais nisso, porque as pessoas tendem a pôr tudo no mesmo saco”, acrescenta.

Pedro Coelho também aborda esta questão e esclarece aquilo que leva os refugiados a fugir, fazendo uma comparação:

“São pessoas que temem pela segurança deles e dos filhos e têm de fugir e procurar abrigo noutra lugar e nós, Europa, que durante tanto tempo andamos à procura de melhores lugares, inclusivamente os portugueses que nos anos 60 do século passado terão fugido para França - mais de um milhão fugiu nessa altura. Quer dizer, nós andamos sempre à procura de melhores mundos para nós próprios e para a nossa família e estes desgraçados fogem da morte. Não há razão maior do que fugir da morte para procurar abrigo em lugares mais seguros”.

Para o jornalista de investigação da SIC, ao contrário do que muitas pessoas possam pensar, os refugiados “não fogem para vir prejudicar. Fogem porque têm de viver e acho que a Europa ainda não percebeu essa mensagem”. Refere ainda que “Os extremismos europeus que se alimentam sobretudo da vinda destes migrantes são a prova absoluta de que nós não aprendemos com o passado. A história parece que nada nos ensina e isso é a parte mais negativa”.

O repórter de imagem que participou no projeto “Afeganistão: Capital dos Errantes” sublinha que o acompanhamento continuado deve ser visto como um critério fundamental à integração dos refugiados que chegam a Portugal:

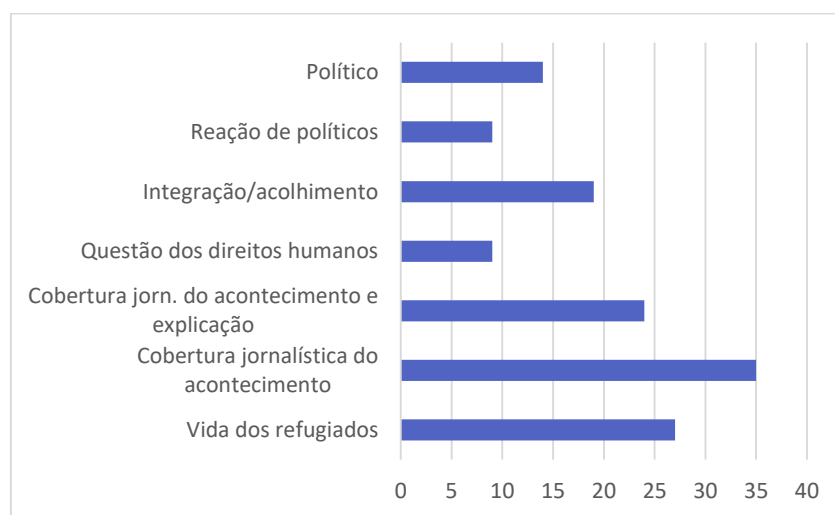
“São pessoas que não estão a par da língua, precisam de acompanhamento e não é dar-lhes uma habitação e depois deixá-las ao deus dará e vai só lá uma técnica uma vez por dia e resolve a coisa. Estas pessoas precisam de muito mais. Isto não é só dar casa, roupa, comida para a dispensa e já está. E o resto?”

José Silva expõe que “é preciso perceber as necessidades”, ou seja, além de “ensinar português, porque a língua é extremamente importante, também podemos integrá-los num programa onde eles trabalhem e se sintam úteis”. Para concluir propõe que “nesse processo todo ainda ganhem algum dinheiro para os manter motivados”. Desta forma, talvez as integrações alcançassem um maior nível de sucesso.

“Cobertura jornalística do acontecimento” como principal ângulo de abordagem das peças

Ao considerarmos o Gráfico 10, verificamos que os três principais ângulos de abordagem dos artigos publicados entre janeiro e junho de 2019 foram: Cobertura jornalística do acontecimento (35 peças), Vida dos refugiados (27 peças) e Cobertura jornalística do acontecimento com explicação (24 peças).

Gráfico 10 - Ângulo de abordagem da notícia



Os ângulos de abordagem menos frequentes foram: Integração/acolhimento (19 peças), Político (14 peças) e, por último Questão dos direitos humanos (9 peças) e Reação de políticos (também com 9 peças).

O facto de o ângulo de abordagem “Cobertura jornalística do acontecimento” liderar em relação aos restantes ângulos acima descritos pode ser explicado devido à maior parte

dos artigos em análise nesta amostra ser proveniente da LUSA. Ou seja, nestes casos o jornalista do Online que publica o artigo apenas transcreve aquilo que a agência envia e, na maior parte dos casos apenas existe uma cobertura do acontecimento em si, não havendo muito espaço para o aprofundamento do mesmo.

Optou-se por criar esta variável com o objetivo de perceber que ponto de vista é mais escolhido pelos media para noticiar determinado acontecimento. Assim teve-se em conta as seguintes variáveis: vida dos refugiados (no sentido de perceber quais são as histórias dos refugiados, se existem testemunhos ou perfis destas pessoas nos artigos); se os artigos fazem somente a cobertura jornalística do acontecimento ou se também tem explicação; se diz respeito à reação de políticos ou ao ângulo político no geral; se apresenta o tema como de direitos humanos e, por fim, se o artigo aborda algo relacionado com a integração/acolhimento destas pessoas nos países de origem ou chegada.

Quando questionado sobre a dificuldade em tratar temas de investigação inseridos na grande reportagem, Ruben Tiago Pereira confirma que existem vários entraves. Para o jornalista, “No fundo, estamos a expor a vida de pessoas vulneráveis que precisam de tudo menos atenção mediática. E elas próprias não se apercebem disso. Acham que os jornalistas vão resolver todos os seus problemas. E não vão”. Desta forma, o que acaba por acontecer é que estas pessoas “Entregam-se de alma e coração, desesperadas, contam-nos tudo, abrem a porta das suas casas, revelam onde vivem, as suas rotinas”. Enquanto profissional de comunicação, o jornalista do Grupo Impresa acrescenta que:

“Nós, por outro lado, temos de estar num constante e ténue equilíbrio entre contar as suas histórias sem as sacrificar ou expor demasiado”. (...) “Também temos de lidar com a possibilidade sempre presente de que estas pessoas possam estar a mentir. Não por maldade, mas a fim de dramatizarem as suas histórias e conseguirem mediatismo - para elas, isto pode representar a melhoria das suas condições de vida”.

Ruben Tiago Pereira conclui que “Nestes trabalhos, como em todos os outros, o jornalista não se pode transformar num peão ou no veículo de um dos lados da história”.

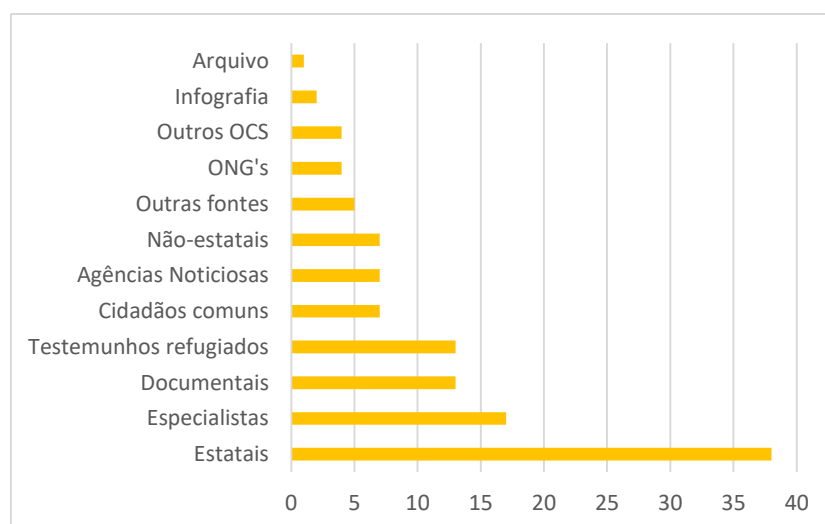
No que diz respeito à cobertura do drama dos refugiados, a ex-jornalista SIC Mariana Cruz acredita que “o fator proximidade continua a marcar as notícias que nos chegam, ora porque a equipa de resgate é portuguesa ou há algum português envolvido em determinada questão ou os migrantes vão ser recolocados ou reinstalados em Portugal”.

Fontes estatais são as mais usadas nos artigos

A variável *fonte da notícia* divide-se em várias categorias de análise. Trata-se de uma variável importante, porque permite perceber se, por exemplo, os refugiados têm voz ou se o jornalista apenas segue aquilo que já foi publicado noutros meios de comunicação.

Nesta variável, apenas são analisadas as peças que não vieram diretamente da LUSA, ou seja, a atenção está nos artigos publicados pela SIC. Isto porque nos casos em que a peça está assinada por LUSA, o jornalista apenas transcreveu e publicou a notícia, a maior parte das vezes sem qualquer alteração relativamente ao feed original que chega da agência.

Gráfico 11 - Fonte da notícia



Na presente investigação, com o objetivo de obter um maior esclarecimento das fontes utilizadas pela SIC, na primeira metade de 2019 sobre o drama dos migrantes e refugiados foram consideradas as organizações não governamentais, a existência ou ausência de especialistas, as fontes estatais e não estatais, os testemunhos de refugiados e de cidadãos comuns, fontes documentais, agências noticiosas, infografia, arquivo, outros OCS (órgãos de comunicação social) e outras fontes.

Das 51 peças provenientes da SIC, juntamos também as 9 peças que foram assinadas “Com Lusa”, por serem artigos que sofreram alterações significativas em relação ao artigo original que a agência enviou e, por isso, segundo os jornalistas do Online acabam por pertencer também à SIC.

De acordo com o Gráfico 11 e tendo em conta o total de 60 peças provenientes da SIC, pode concluir-se que 38 artigos usam fontes estatais, 17 apostam na existência de especialistas, 13 usam fontes documentais e outros 13 dão voz aos refugiados com testemunhos dos mesmos, 7 publicações têm cidadãos comuns nas suas fontes, outras 7 recorrem a agências noticiosas e mais 7 fazem uso de fontes não-estatais. Com os valores mais baixo do gráfico estão a utilização de outras fontes com 5 artigos (e aqui são exemplos fotos, vídeos ou trailers de filmes), o contacto com ONG's com 4 artigos, o recurso a outros órgãos de comunicação social igualmente com 4 artigos e, por último estão o uso de infografia com 2 artigos e o recurso ao arquivo com 1 artigo.

Ruben Tiago Pereira, do Expresso, em resposta à questão “O drama dos refugiados é considerado um dos grandes temas da atualidade. Contudo, é também um tema sensível e que mexe com grandes instituições, sejam elas organizações independentes ou ligadas ao Governo. Na sua opinião, o que é que foi mais difícil em todo o processo?” afirma que o mais difícil foi “Pôr essas instituições a falar. Muitas delas recorrem ao silêncio perante os jornalistas”. Acrescenta que “No caso do Pedro Coelho, muitas dessas instituições tentaram mesmo eliminar provas e chantagear os protagonistas da reportagem Via Sacra. Sabotaram-lhe a história, que acabou por não sair como ele queria”. Também Mariana Cruz aborda esta questão “O mais difícil neste processo foi o silêncio das instituições. Remar contra a maré é o mais difícil destes projetos”.

Já José Silva destaca situações específicas que presenciou na elaboração da grande reportagem “Afeganistão: Capital dos Errantes” e fala na dificuldade extrema em trabalhar o tema:

“O caso da Segurança Social, todos os organismos estatais por onde os miúdos passaram, por onde o Foad e os amigos dele passaram ninguém quis falar connosco e depois não era só isso. É que para além de não quererem falar connosco, ainda puseram uma providência cautelar no Tribunal de Setúbal para nós nem sequer estarmos em contacto com as crianças. Ou seja, para além de não quererem dar declarações ainda dificultavam o trabalho, porque perante o tribunal diziam que nós estávamos a gravar os miúdos assim à rebeldia, que estávamos a aproveitar-nos dos miúdos”

Pedro Coelho, autor da grande reportagem, declara que “a maior dificuldade deste trabalho foi contrariar esta decisão do Estado Português de os esconder. Porque escondeu igualmente a verdadeira incapacidade do Estado em lidar com este problema”.

Refere também que neste momento da história “a reportagem com muito esforço conseguiu contornar essa imensa fragilidade do Estado Português e a forma diria absurda com que lidou com esta questão dos cinco jovens afegãos”. De acordo com o jornalista de investigação cada passo que era dado pela equipa da SIC era percebido por parte dos órgãos/instituições e aí fechava-se imediatamente uma porta. Pedro Coelho dá um exemplo concreto do que acabou por acontecer com estes cinco jovens:

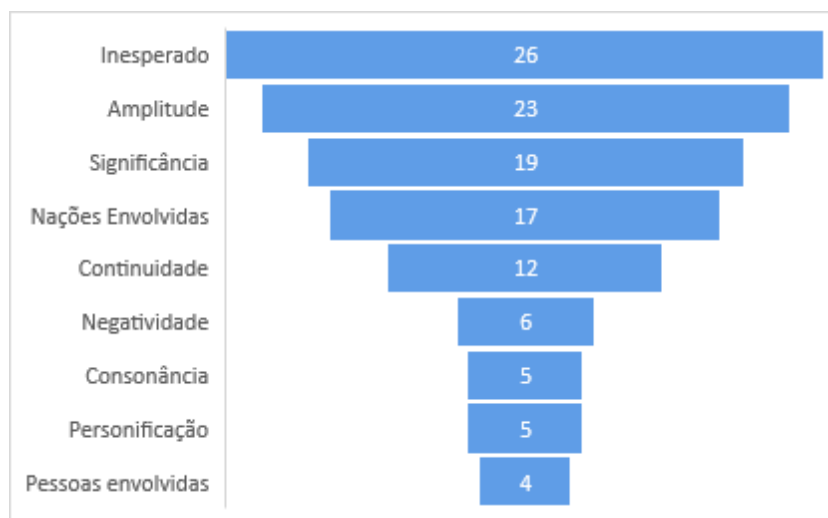
“Estavam disponíveis quatro deles para nos darem entrevista. Um deles nós já tínhamos entrevistado e o trabalho estava mais ou menos concluído com esse jovem. Os outros quatro, um deles disse logo que não queria dar entrevista. (...) Mas estavam dois deles disponíveis para nos darem entrevista e estava tudo combinado com eles. No dia em que nós íamos começar o trabalho com eles, eles próprios muito atarantados nos veem dizer que a Segurança Social lhes tinha dito que eles não nos podiam dar entrevista sob pena de lhe cortarem os subsídios. É uma maldade enorme que foi feita e eles ficaram sem direito a ter voz basicamente”.

Inesperado é o valor-notícia dominante

O valor-notícia é um critério de noticiabilidade criado por Galtung & Ruge que faz com que determinado acontecimento seja ou não mediatizado. Quanto mais presentes esses valores estiverem em determinado assunto, mais hipótese ele tem de se tornar notícia.

De acordo com o Gráfico 12, o valor-notícia mais presente nesta amostra é o inesperado com 26 artigos. De seguida, encontram-se a amplitude (23 artigos), a significância (19 artigos), as nações envolvidas (17 artigos) e a continuidade (12 artigos) como os valores-notícia mais encontrados nas publicações em análise. Já os menos presentes são a negatividade (6 artigos), a consonância (5 artigos), a personificação (igualmente com 5 artigos) e as pessoas envolvidas (4 artigos).

Gráfico 12 - Valor-notícia



Esta variável foi criada com o objetivo de perceber o que motivou o jornalista a escrever a notícia. Dos 137 conteúdos jornalísticos em análise nesta investigação, apenas foram consideradas as 117 publicações correspondentes às notícias que vão surgindo todos os dias de uma forma natural e que correspondem à atualidade daquilo que está a acontecer no país e no mundo. As peças inseridas no especial Afeganistão: Capital dos Errantes (20 publicações) não foram consideradas porque podem não ter um valor-notícia dominante, uma vez que não são notícias, mas sim peças de longo formato.

No que diz respeito à questão dos feeds das agências internacionais que vão chegando à redação de informação da SIC e que são vistos como um elemento fundamental para a construção de peças sobre os migrantes e refugiados, Cristina Boavida reconhece que “ultimamente o relato até tem sido mais das organizações que os ajudam (Organizações Humanitárias e Não Governamentais) do que dos próprios jornalistas, porque é um fenómeno mais ou menos recente”. A editora de internacional deu como exemplo um navio humanitário que esteve vários dias ao largo da costa italiana sem autorização para desembarcar os migrantes e refere que “Nós o que temos, embora alguns jornalistas lá tenham ido, são imagens e relatos feitos nas redes sociais, em vídeo, pelos próprios elementos das organizações humanitárias”. Acrescenta que “muitas vezes aquelas pessoas não sabem falar inglês, nem francês, nem aquelas línguas mais comuns na Europa. Então digamos que o ponto da situação vai sendo feito pelos elementos das organizações”. No entanto, deixa uma ressalva:

“Não é que os jornalistas não queiram falar com os refugiados, mas para isso têm que ir ao local, não basta estarem aqui a fazer peças. Por isso, neste momento as

organizações têm tido um papel extremamente importante porque rapidamente põem nas redes sociais o que se está a passar, mesmo que lá não estejam jornalistas. São os porta-vozes, no fundo, dos refugiados”.

Questionado sobre a dificuldade em tratar temas de investigação, José Silva diz que a grande barreira nestes casos é a confiança. Segundo o repórter de imagem “Quando vamos fazer este tipo de trabalho, estamos a trabalhar com pessoas que à partida vão estar desconfiadas de nós, ou seja, não vão falar connosco, não se vão abrir facilmente para uma conversa, vão fechar-se muitas portas”. Para este profissional, “Isto é um assunto ainda um pouco tabu, principalmente aqui em Portugal e eu senti muita dificuldade em gravar cá”. No entanto, o mesmo não aconteceu, por exemplo, na Grécia, como relata o próprio:

“Quando chegamos lá à Grécia foi o oposto. Abriam-nos as portas das casas de acolhimento e sentimos, desde logo, uma abertura muito maior no estrangeiro do que cá em Portugal. Nós aqui em Portugal é tudo muito escondido, as associações não querem falar porque têm medo e receio de falar às televisões. Falam tudo em off”.

Mariana Cruz, na altura estagiária na SIC refere que o melhor ensinamento que se pode adquirir em temas relacionados com investigação e grande reportagem é “o dia-a-dia alucinante no terreno”. Para a jornalista estagiária, “Não há livro ou cadeira que se possa comparar com o enfrentar da realidade”. Refere que os meses de trabalho foram “duros” e que “É preciso uma predisposição inata que nem toda a gente tem” para investigar temas inseridos na grande reportagem.

Relevância concedida aos refugiados nas peças

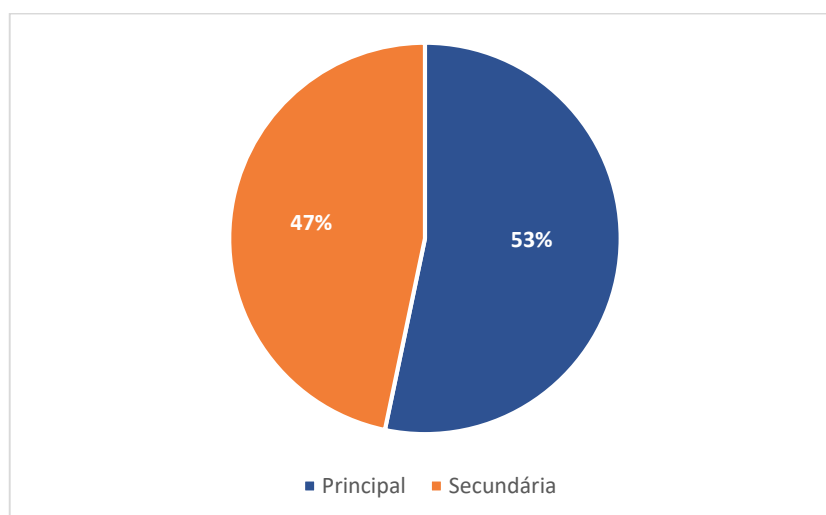
Na análise ao drama dos migrantes e refugiados, é importante entender qual a relevância dada à comunidade na peça. Desta forma, o objetivo é perceber se a comunidade aparece como destaque principal ou secundário na publicação. Embora determinados conteúdos jornalísticos do *corpus* de análise façam menção a refugiados, migrantes ou até mesmo deslocados, muitas vezes estes são apresentados de forma secundária ao longo do texto.

De acordo com o Gráfico 13, pouco mais de metade, 53% das publicações (73 artigos) têm como foco principal o objeto de estudo da presente investigação, ou seja, os

refugiados e migrantes. Isto significa que nestes artigos, a comunidade vem apresentada, por exemplo, por testemunhos dos próprios refugiados ou cidadãos da comunidade envolvidos em projetos de integração/acolhimento destas pessoas, dados de relatórios e organizações humanitárias e não-governamentais, análise por parte de especialistas que estudam o tema ou até mesmo órgãos estatais que intervêm para comentar o tema ou apontar possíveis soluções.

Por outro lado, em 47% das publicações (valor equivalente a 64 artigos), a comunidade é apresentada em peças que se relacionam, por exemplo, com questões de direitos humanos ou com a cobertura jornalística de determinado acontecimento. Contudo, nestes casos, a comunidade não aparece como foco principal, mas em ângulos de abordagem relacionados com a política ou reação de políticos.

Gráfico 13 - Destaque dado aos refugiados nas peças



No que diz respeito aos critérios tidos em conta na escolha de temas internacionais que são diariamente notícia na SIC, Cristina Boavida confirma que “Os critérios são sobretudo a importância para o mundo e a proximidade aos portugueses também” e explica o porquê de isso acontecer:

“É obvio que nós falamos mais, por exemplo, dos migrantes que vêm para a Europa do que dos outros que se refugiam no Bangladesh, porque a Europa é uma realidade que nos é mais próxima. Mas para além de termos de informar as pessoas sobre as questões mais importantes do mundo, temos também sempre que ter em atenção a forma como isso vai afetar a nossa vida”.

Quando questionado sobre os critérios a ter em conta numa grande investigação como foi o projeto “Afeganistão: Capital dos Errantes”, Pedro Coelho fala num “tema extraordinariamente difícil de tratar” e justifica que “estávamos a lidar com uma população muito sensível. Menores não acompanhados, vindos de um país em guerra, cuja identidade segundo o estado português deveria estar protegida”. O jornalista declara que “O estado português levando à letra esta atitude toma a decisão de esconder este jovem”. No entanto, esta é uma decisão que tem outra situação associada e que é explicada pelo coordenador deste especial: “eles por esconderem os jovens, tiraram-nos do olhar da opinião pública, logo do olhar dos jornalistas e nós ficamos sem saber o que é que tinha acontecido a estes jovens que Portugal voluntariamente foi buscar à Grécia”. Para Pedro Coelho, a conclusão é simples:

“Se tudo estivesse a correr bem não havia nenhum problema, o Estado estaria a exercer o seu direito de proteger o mais que pudesse estes jovens. O problema é que as coisas estavam todas a correr mal e a partir do momento em que o estado os esconde através da Segurança Social está também a esconder a própria fragilidade do Estado, o facto do Estado não ter feito nada para que eles tivessem uma vida diferente daquela que já tinham tido até então”.

O caso específico do projeto “Afeganistão: Capital dos Errantes” é o exemplo de um trabalho jornalístico onde foi dada voz aos protagonistas da história. Nesse sentido, pode concluir-se que foi um especial onde os refugiados tiveram relevância principal nas reportagens que iam sendo transmitidas. No entanto, apesar desse facto, Mariana Cruz faz uma comparação e afirma que uma coisa é “ler ou ver uma história de um migrante que chega a Portugal, saber que o processo de integração é difícil, a língua um entrave em todos os aspetos e que eles próprios não sabem em quem confiar” e, outra coisa completamente diferente é “assistir e relatar”. Acrescenta ainda que durante quase dois meses acompanharam um dos jovens e nesse tempo viveram os “impasses e frustrações com ele”.

Ruben Tiago Pereira recorda uma situação que o marcou de forma particular quando entrevistou refugiados para este especial:

“O que mais me impressionou foi saber que o Syiar e a Zozan tinham estado 6 meses sem gás, a aquecer água numa placa de indução elétrica vetusta, comprada por eles sabe-se lá com que dinheiro. Mas há mais: tinham uma conta de 111€ de eletricidade para pagar porque o Conselho Português para os Refugiados se havia atrasado no envio das faturas”.

Para o jornalista, “aquelas pessoas já tinham acabado os seus programas de recolocação e estavam tudo menos integradas”

Representação social

Tendo em conta os temas escolhidos para publicação, a variável *Representação Social* agrupa quatro principais categorias onde a comunidade pode ser associada após a leitura dos artigos: Intolerância, violência ou discriminação; Falta de direitos; Apelos à união e entreaajuda; Avanço de direitos e soluções.

Para esta variável foram tidos em conta alguns exemplos de palavras ou expressões utilizadas para descrever a comunidade de migrantes e refugiados, tendo em consideração a amostra do *corpus* de análise. Na tabela 1, encontram-se três a quatro exemplos para cada categoria.

Tabela 1 - Principais categorias de representação social

CATEGORIA	EXEMPLOS
Intolerância, violência ou discriminação	"violação e agressão sexual", "proibição de desembarque", "ficam à deriva", "associava a imigração à criminalidade", "situações de exploração", "absoluto esquecimento"
Falta de direitos	"sem terem suficiente comida, água e saneamento", "falta de financiamento", "colocados em sítios remotos, sem acesso a serviços, transporte ou trabalho", "raramente lhes é dada uma voz"
Apelos à união e entreaajuda	"salvar vidas não pode ser crime", "não é apenas um problema ideológico, é uma preocupação humana, porque são pessoas", "pessoas que carecem de proteção internacional", "pessoas precisam de assistência"
	"uma solução europeia integrada, estável e

Avanço de direitos e soluções	permanente para responder ao desafio migratório", "receber de forma calma, serena, pacífica", "programas de recolocação, de reinstalação e de resgates no mar Mediterrâneo", "É importante redefinir a palavra refugiado"
--------------------------------------	---

Dos exemplos acima descritos, conclui-se que existe um misto de expressões utilizadas para representar os refugiados em termos sociais. Ou seja, na primeira e segunda categoria observa-se uma utilização de expressões associadas a sentimentos mais negativos e pesados. Já na terceira e quarta categoria, o tom e as expressões utilizadas transparecem um cariz mais positivo e leve, com o objetivo de alertar para as necessidades desta comunidade e incentivar na procura de soluções.

Outra questão relevante a ter em conta na análise desta variável é que as expressões utilizadas correspondem a citações utilizadas nas peças. Nesse sentido, pode não refletir a opinião dos profissionais da SIC ou da agência LUSA.

Procurou-se também ter em conta nesta variável se cada uma das publicações analisadas fazia ou não referência ao país/lugar de onde os refugiados normalmente vêm. De acordo com os conteúdos jornalísticos analisados, os países mais referenciados são a Síria, a Grécia, a Líbia, o Afeganistão e a região do Médio Oriente.

Neste seguimento, as entrevistas que estão integradas no especial “Afeganistão: Capital dos Errantes são importantes para perceber algumas questões relativas à representação social dos próprios refugiados. Questionado sobre como se consegue a confiança destas pessoas, principalmente para falar em frente a uma câmara, Pedro Coelho diz que “é difícil. (...) Fizemos muita coisa sem filmar. Conversamos muito antes de começar a filmar”. No entanto, há imprevistos que acontecem e que podem comprometer o desenvolvimento do trabalho:

“No caso do jovem que nos deu a entrevista (...) Ele estava muito convencido que nós podíamos ser uma ajuda extraordinariamente relevante para ele. De repente, ele por uma razão que nós não soubemos nunca identificar, já tínhamos feito muita coisa com ele, ele começa a pedir-nos dinheiro para continuar a trabalhar connosco. Nós, obviamente não lhe pagamos e criou-se ali um fosso enorme entre nós e ele e esse fosso nunca foi superado”.

O jornalista de investigação afirma que o comportamento deste jovem é fruto de uma revolta enorme causada por “mudanças de posição permanentes”: “Ele estava muito bem disposto num dia, no dia seguinte estava muito triste, no dia seguinte estava muito nosso amigo, queria estar connosco e depois de repente inventava histórias para fugir de nós. Quer dizer, ele estava completamente transtornado”.

José Silva também fala num processo “difícil”, principalmente no que se refere à captação de imagem:

“O que eu senti mais dificuldade e eu sabia que era uma grande barreira é a parte da captação de imagem. É nós termos a confiança das pessoas para tirar a imagem delas, para captar os ambientes onde elas estão, onde elas vivem”.

O repórter de imagem dá um exemplo concreto de uma das reportagens que foram realizadas: “Por exemplo, nós antes de começarmos lá a gravar em casa dos pais da Amina, nós fomos lá para aí umas três ou quatro vezes em que não levamos câmara, só tivemos lá com a família”. Explica ainda que há situações em que a calma e a paciência são cruciais para levar o barco a bom porto:

“Há aqui uma questão cultural, por exemplo, nós repórteres de imagem, estamos a ver uma determinada situação acontecer à nossa frente e eu sei que se naquele momento pegasse na câmara era um grande momento televisivo, porque era um ponto de reportagem tremendo, era o pai dela a rezar. E quando eu vi aquilo pela primeira vez eu até tinha a câmara em baixo, estávamos a quebrar o gelo com ele e eu sabia que se levantasse a câmara e começasse a gravar aquele momento que em termos de reportagem era muito importante, (...) ia trair ali a confiança deles e já não ia fazer mais nada”.

CONCLUSÃO

A expressão “drama dos refugiados”, como tantas vezes se ouve ou lê nos meios de comunicação social, não é nova. No entanto, é uma questão que continua a fazer parte do nosso quotidiano e que está a marcar de forma vincada o século em que vivemos. Trata-se de um verdadeiro flagelo que teve o seu ponto mais alto em 2015, altura em que o mundo assistiu à imagem de uma criança síria morta numa praia da Turquia. Aylan Kurdi, de três anos, morreu afogado na sequência de um naufrágio no Mediterrâneo. A imagem chocou o mundo e tornou-se símbolo do drama dos refugiados. Uma fotografia que vários órgãos de comunicação a nível mundial, incluindo a SIC, decidiram mostrar e que representa o peso da Humanidade ferida. A mesma Humanidade que, passados cinco anos, continua à procura de soluções para esta problemática.

Os números, esses, continuam a subir dia a dia. De acordo com dados registados em junho de 2019, estima-se que existam atualmente mais de 70 milhões de refugiados e deslocados em todo o mundo. É o maior número de sempre registado pela ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Segundo o *Global Trends* – relatório anual da ACNUR - divulgado em junho de 2019, existem 70,8 milhões de pessoas em todo o mundo em situação de deslocamento forçado. Um número que representa um aumento de cerca de 2,3 milhões em relação ao ano de 2017. As estatísticas mostram ainda que o número de deslocados forçados corresponde ao dobro daqueles que existiam há 20 anos.

De acordo com a publicação do ACNUR, mais de dois terços dos refugiados em todo o mundo vêm de cinco países principais: a Síria continua a ser o país com maior número de refugiados, com cerca de 6,7 milhões. Segue-se o Afeganistão, que no último ano produziu mais de 2,7 milhões de refugiados. Em terceiro lugar está o Sudão do Sul com 2,3 milhões, seguido de Mianmar com 1,1 milhão e da Somália com 900 mil refugiados. Por outro lado, a Turquia é o país que acolhe o maior contingente de refugiados, com cerca de 3,7 milhões. Em segundo lugar está o Paquistão que acolhe 1,4 milhão e, em terceiro o Uganda, com 1,2 milhão. Seguem-se o Sudão e a Alemanha, que acolhem o mesmo número de refugiados, com 1,1 milhão.

Quem acompanha diariamente as questões de cariz internacional sabe que o número de indivíduos forçados a fugir de guerras, perseguições e conflitos continua a aumentar. É através dos meios de comunicação social que se presencia o desespero de pessoas que chegam maioritariamente em embarcações, fazendo a travessia do mar Mediterrâneo, numa tentativa de chegar à Europa. Tal como Aylan Kurdi, o irmão e a mãe, muitos são os que nunca chegam ao tão aguardado destino, o “velho continente”. Muitas são as famílias que ficam pelo caminho. Pessoas que não tiveram outra escolha senão fugir, porque os países onde nasceram e viveram não conseguiram assegurar a sua segurança e proteção. Esta é a dura realidade de quem é obrigado a partir à procura de um lugar melhor. De um porto seguro.

Neste sentido, desenvolveu-se na SIC um enorme trabalho de investigação, na área da Grande Reportagem sobre o tema dos refugiados, nos primeiros seis meses de 2019. O foco foi o Afeganistão, um país que está em guerra (quase) constante desde 1979 e que viu o número de refugiados e deslocados aumentar de forma dramática. Foi com base neste especial, iniciado pela SIC em novembro de 2018, que surgiu a ideia de analisar o tema dos refugiados. Assim sendo, escolheu-se o site da SIC Notícias como ferramenta de análise de todas as peças que foram publicadas sobre os refugiados. O objetivo principal deste relatório de estágio foi analisar a cobertura jornalística da temática dos refugiados pela SIC Notícias, tentando perceber em que circunstâncias e respetivas estratégias editoriais são os refugiados notícia numa plataforma como a SIC NOTÍCIAS? Respondendo agora às questões de investigação:

Que representatividade têm os conteúdos informativos relacionados com os refugiados na SIC, nomeadamente no site da SIC Notícias?

De um modo geral, a SIC tem feito uma boa cobertura no que diz respeito à questão dos refugiados ao longo dos anos. No entanto, está ainda em processo de melhoria. Isto porque o número de conteúdos informativos no site da SIC NOTÍCIAS ainda se encontra longe do adequado para uma estação televisão, sobretudo quando comparado com outros temas da atualidade ou proximidade informativa.

Em relação aos 137 conteúdos analisados, mais de 53% dos artigos têm como foco principal o objeto desta investigação. No entanto, a maior parte dos artigos publicados na plataforma online da SIC NOTÍCIAS (um total de 56%) são provenientes da agência

LUSA. A SIC, enquanto televisão nacional, deveria estar preparada com mais recursos para fazer cobertura de um maior número de notícias/reportagens relacionadas com os refugiados e com outras questões de cariz internacional. A aposta na criação de conteúdos exclusivos seria também importante para dar destaque à própria estação no que diz respeito a este tipo de questões. Contudo, são necessários mais jornalistas especializados em direitos humanos para lidar com este tipo de questões. As recomendações dos especialistas passam por: cursos preparatórios de direitos humanos para alunos de jornalismo; formação profissional para jornalistas inseridos numa empresa; programas editoriais internos que se destinem às reportagens em direitos humanos e, a realização de ações que promovam o intercâmbio de opiniões entre jornalistas e organizações de direitos humanos a nível regional, nacional e internacional.

Que representações sociais dos refugiados gera essa cobertura?

Os media têm o poder de decidir quais as notícias que merecem cobertura e podem, através da forma como retratam os eventos, moldar as linhas de pensamento que consideram aceitáveis sobre um determinado tópico. Têm assim o poder de definir a agenda para o que é política e socialmente importante em relação ao tema da migração, mais concretamente, na questão dos refugiados e requerentes de asilo. É, por isso, necessário denunciar casos de intolerância, violência ou discriminação, de modo a alertar as pessoas e tentar mudar certas realidades.

Assim, é necessário tempo para que essas mudanças sociais aconteçam, uma vez que não se consegue alterar a realidade social de um momento para o outro. Outra questão importante a ter em conta é a existência de mais peças que reforcem que os refugiados são indivíduos como qualquer outra pessoa e não são sempre vítimas. Também existem casos de sucesso, ou seja, refugiados com formação, bem integrados e que conseguem ter uma boa qualidade de vida, embora este número seja ainda baixo em relação ao panorama desta comunidade espalhada pelo mundo.

Tendo em conta as representações sociais dos refugiados que foram analisadas ao longo desta investigação, do total da amostra (137 conteúdos jornalísticos), encontram-se representações desta comunidade em 86 dos artigos analisados. Essas representações correspondem a expressões ou citações do próprio texto que descrevem a comunidade.

Optou-se, desta forma, por se fazer uma divisão das principais categorias de representação social, de modo a analisar expressões de cariz mais positivo em contraste com expressões de cariz negativo. Contudo, algumas peças jornalísticas através de certas citações (por exemplo, de líderes políticos), podem levar a uma interpretação menos correta acerca desta comunidade e, conseqüentemente, a ideias que não correspondem à realidade. Nesse sentido, é necessário que informações perigosas provenientes desse tipo de citações sejam contrastadas com argumentos ou testemunhos dos próprios refugiados, de modo a garantir um maior esclarecimento por parte do espectador.

Outra questão relevante tem a ver com o facto de em muitas das peças analisadas, a comunidade ser apenas mencionada. No entanto, nem todas as pessoas têm conhecimento daquilo que é o drama dos refugiados ou da importância dos Direitos Humanos. Por isso, é importante investir mais na definição deste grupo de pessoas, para que a população em geral saiba quem são os refugiados, os migrantes e os deslocados. Esta ausência de informação vai ao encontro das conclusões de outros estudos enunciados no enquadramento teórico deste relatório.

Quais são as características desses conteúdos jornalísticos, relativamente às fontes de informação, valores-notícia, ângulo de abordagem e género?

Os conteúdos jornalísticos em análise destacam-se a vários níveis. Ao longo dos primeiros seis meses de 2019 e tendo em conta o total de 60 peças provenientes da SIC, conclui-se que as fontes estatais foram as mais utilizadas nas publicações analisadas (38 artigos). De seguida, 17 peças apostaram na existência de especialistas, 13 usam fontes documentais e outras 13 dão voz aos refugiados com testemunhos dos mesmos. Ainda nos valores mais elevados encontram-se 7 publicações que têm testemunhos de cidadãos comuns nas suas fontes, outras 7 recorrem a agências noticiosas e mais 7 fazem uso de fontes não-estatais.

Como fontes menos utilizadas nas publicações analisadas estão o contacto com ONG's, o recurso a outros órgãos de comunicação social, o uso de infografia e o recurso ao arquivo do próprio órgão de comunicação que escreve a notícia. Esta variável é importante, porque permite perceber se, por exemplo, os refugiados têm voz ou se o jornalista apenas segue aquilo que já foi publicado noutros meios de comunicação.

No que diz respeito aos valores-notícia, o mais utilizado é o inesperado (26 artigos), o que é compreensível uma vez que este valor se associa muito à vida dos refugiados e a questões relacionadas com esta comunidade. Por exemplo, quando ocorre uma travessia de migrantes ou refugiados no mar Mediterrâneo, essa viagem não está a ser comunicada com as autoridades. Muitas vezes, é feita com o controlo de traficantes que “ajudam” estas pessoas a embarcar rumo a um determinado destino. Nesta situação, e no caso de a embarcação ser frágil e sem condições mínimas de navegação, pode ocorrer um naufrágio. Se isso acontecer, a notícia que irá ser dada tem a ver com aquele acontecimento, mas foi algo inesperado, uma vez que não existiu nenhum aviso prévio da situação em causa.

De seguida, o valor-notícia mais utilizado é a amplitude (23 artigos), devido à visibilidade e intensidade dos factos e, também derivado a esta temática, a significância (19 artigos) e as nações envolvidas (17 artigos). A continuidade também tem um valor considerável (12 artigos), o que é normal neste tipo de histórias, porque vai havendo um acompanhamento de certos acontecimentos que já foram notícia, mas que continuam a merecer destaque. Para os profissionais que trabalham na SIC, os temas relacionados com os refugiados estão sempre dependentes do critério proximidade, ou seja, peças dos refugiados na Europa são mais facilmente noticiadas do que, por exemplo, peças sobre refugiados no Bangladesh.

Relativamente ao ângulo de abordagem, a cobertura jornalística do acontecimento é o que mais se destaca com 35 peças. De seguida, estão os ângulos: vida dos refugiados com 27 peças e a cobertura jornalística do acontecimento com explicação, correspondente a 24 peças. O destaque do ângulo de abordagem “Cobertura jornalística do acontecimento” pode ser explicado por a maior parte dos artigos em análise nesta amostra ser proveniente da LUSA. Nestes casos, o jornalista do Online apenas transcreve aquilo que a agência envia para o sistema da SIC, não havendo na maior parte dos casos, espaço para o aprofundamento daquele artigo, daí apenas existir uma cobertura do próprio acontecimento. Esta variável é importante, porque permite perceber que ponto de vista é mais escolhido pelos media para noticiar determinado acontecimento.

Por último, do total da amostra de 137 conteúdos jornalísticos, publicados no site da SIC NOTÍCIAS sobre os refugiados, a notícia foi o género jornalístico dominante (93 peças). Este género tem a particularidade de surgir acompanhado por

peças de televisão provenientes do Primeiro Jornal ou Jornal da Noite. Um facto que acontece apenas em 5 peças das 93 peças correspondentes ao género notícia, mas que acaba por ser um complemento à informação daquela notícia.

No entanto, apesar do género reportagem surgir como o segundo dominante, apenas existem 19 conteúdos correspondentes a este género, uma presença diminuta que já tinha sido encontrada noutras investigações académicas sobre o tema, referenciadas no enquadramento teórico. Nota-se, por isso, que existe falta da existência de mais reportagens sobre os migrantes e refugiados, de modo a mostrar outro tipo de histórias e realidades que esta comunidade vive no seu dia a dia. De acordo com Cristina Boavida, em termos de géneros jornalísticos, na SIC “faltava muito a reportagem, a ida a esses locais, falar com as pessoas para aproximar esses dramas das pessoas que veem televisão em Portugal”. Segundo a editora de Internacional, “Às vezes falta um bocadinho de explicação e não ficarmos só pela rama”.

Que ferramentas multimédia são utilizadas para fazer cobertura deste tipo de conflitos?

No que diz respeito à utilização de ferramentas multimédia no interior de cada um dos 137 artigos desta amostra, foram analisados com detalhe os formatos imagem e vídeo. De um modo geral, na maior parte das publicações, apenas é utilizado um destes formatos.

De acordo com os dados da amostra, a imagem é a principal ferramenta multimédia utilizada pela SIC, com 84 artigos que têm fotografia em comparação com os restantes 53 que não incluem este formato. No entanto, é necessário ter em conta que algumas das imagens presentes nos artigos podem não representar a 100% o acontecimento que está a ser retratado. Isto porque se trata de fotografias de arquivo que estão disponíveis no site online da SIC NOTÍCIAS para serem utilizadas mediante um determinado assunto ou então correspondem a outras situações que já tenham sido notícia anteriormente.

Os vídeos, por outro lado, são a forma multimédia mais rica para apresentar questões relacionadas com o drama dos refugiados, uma vez que é possível englobar três aspetos: a imagem, o áudio e o texto. De acordo com a presente análise, os vídeos

que normalmente constam nos artigos foram retirados de jornais televisivos da SIC e da SIC NOTÍCIAS ou de redes sociais, como é o caso do Facebook, Twitter ou Youtube. Do total de 137 publicações analisadas, apenas 42 utilizam vídeo em comparação com 95 que não incluem este formato.

Para Cristina Boavida, em termos de cobertura e também de ferramentas multimédia “Tudo evoluiu e tudo nos dá mais acesso imediato ao que está a acontecer”. Refere que as ferramentas multimédia vieram revolucionar o mundo e a forma como se faz informação: “Agora basta abrir o Twitter e conseguimos ter informações de pessoas que estão nesse momento no local a relatar o que está a acontecer”. Acrescenta que “o Skype é extremamente importante porque nos permite falar e até entrevistar pessoas noutros países usando a internet e além disso, podemos estar a ver coisas em direto seja no Facebook, seja no Instagram”.

Para José Silva, é necessário investir mais nesta questão: “Basicamente, nós fazemos aqui um bocado a coisa da secretária. Recebemos as imagens, escrevemos um textinho para aquilo e pronto vai para o ar. Não há aquela preocupação de tentar saber mais um bocadinho sobre a história”. O repórter de imagem acrescenta que “em vez de recebermos só os feeds, podíamos tentar saber um bocadinho mais daquilo junto de organizações”.

No entanto, este estudo tem também algumas limitações. Desde logo, o espaço de tempo escolhido: seis meses podem não ser suficientes para analisar a cobertura editorial dos refugiados na televisão nacional. Ou seja, apesar de ter correspondido ao tempo de estágio realizado, é uma amostra limitada nesse sentido. Outra questão tem a ver com o facto de esta investigação ter como ferramenta de análise o site da SIC NOTÍCIAS, ou seja, não corresponde ao universo SIC na sua totalidade. Quer isto dizer que a maior parte dos conteúdos possa estar de facto no online, não foram analisados todos os jornais e edições dos seis primeiros meses de 2019, daí existir esta limitação.

Conclui-se, portanto, que apesar do que tem sido feito em torno das ferramentas multimédia deveriam existir mais conteúdos informativos digitais. Conteúdos esses que englobem não só a utilização de ferramentas multimédia ao nível da imagem e do vídeo, mas também no que diz respeito a galerias de imagem ou imagens do dia, que são conteúdos que acrescentam sempre informação e tornam as notícias mais ricas, dinâmicas e completas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211–236.
<https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211>
- Allen, W., Blinder, S., & Mcneil, R. (2017). World Migration Report 2018: Chapter 8 Media Reporting of Migrants and Migration. *World Migration Report*, (December 2017), 1985–2015. Retrieved from www.iom.int
- Anderson, C. W., Bell, E., & Shirky, C. (2013). *Post-Industrial Journalism: adapting to the present*.
- Austin, T. (2019). Benefaction, processing, exclusion: documentary representations of refugees and migrants in Fortress Europe. *Studies in European Cinema*, 16(3), 250–265. <https://doi.org/10.1080/17411548.2019.1603029>
- Aymanns, C., Foerster, J., & Georg, C.-P. (2017). Fake News in Social Networks. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3023320>
- Benham, J. (2019). Best Practices for Journalistic Balance: Gatekeeping, Imbalance and the Fake News Era. *Journalism Practice*, 0(0), 1–21.
<https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1658538>
- Bilak, A., & Martina Caterina, Guillaume Charron, Sophie Crozet, Laura Rubio Díaz-Leal, Florence Foster, Justin Ginnetti, Jacopo Giorgi, Anne-Kathrin Glatz, Kristel Guyon, Caroline Howard, Melanie Kesmaecker-Wissing, Sarah Kilany, Johanna Klos, Freder, M. Y. (2015). *Global Overview 2015 People internally displaced by conflict and violence*. Retrieved from <http://www.internal-displacement.org/assets/library/Media/201505-Global-Overview-2015/20150506-global-overview-2015-en.pdf>
- Blomfield, I., & Lenette, C. (2018). Artistic Representations of Refugees: What Is the Role of the Artist? *Journal of Intercultural Studies*, 39(3), 322–338.
<https://doi.org/10.1080/07256868.2018.1459517>
- Botei, M. (2017). Misinformation with fake news. *Bulletin of the Transilvania University of Braşov*, 10(2).
- Burkhardt, J. M. (2017). History of Fake News. *Library Technology Reports*, 53(8), 1–33. <https://doi.org/10.5860/ltr.53n8>
- Caviedes, A. (2015). An Emerging ‘European’ News Portrayal of Immigration? *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 41(6), 897–917.
<https://doi.org/10.1080/1369183X.2014.1002199>

- Cereja, I. (2017). *Cobertura da crise de refugiados sírios na era digital: Público, The Guardian e The New York Times*. Universidade Nova de Lisboa. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10362/22159>
- Coelho, P. (2015). *Jornalismo e Mercado: os novos desafios colocados à formação*.
- Coelho, P. M. R. S. (2013). A formação académica para o jornalismo do século XXI: sobre questões de prática e técnica Jornalismo e mercado - os novos desafios colocados à formação, 574. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10362/12109>
- Coelho, P., & Torres da Silva, M. (2018). Ética Jornalística Para O Século Xxi. *Media & Jornalismo*, 18(32), 73–94. <https://doi.org/10.14195/2183-5462>
- Corrêa, E. S. (2012). O jornalismo contemporâneo no Brasil: as mídias digitais como elo entre a crise e a busca de uma nova identidade. *Comunicação e Sociedade*, 9, 49–61. [https://doi.org/10.17231/comsoc.9\(2006\).1154](https://doi.org/10.17231/comsoc.9(2006).1154)
- Correia, J. C. (2011). *O admirável Mundo das Notícias*. Covilhã: Labcom.
- Cruz, M. T. da. (2019). *A construção da Reportagem de Investigação: A Rota dos Afegãos “Os cinco escolhidos, os cinco esquecidos.”* Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.26/24496>
- Cunha, I., & Santos, C. A. (2006). *Media, Imigração e Minorias Étnicas II. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)*. Retrieved from http://acidi.gov.pt.s3.amazonaws.com/docs/Publicacoes/estudos/Estudo_19a.pdf
- Cunha, I., Santos, C. A., Silveirinha, M. J., & Peixinho, A. T. (2004). *Media, Imigração e Minorias Étnicas. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)*. Retrieved from <http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004/pdfs/ClaraAlmeidaSantos.pdf>
- Deuze, M. (2005). What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism*, 6(4), 442–464. <https://doi.org/10.1177/1464884905056815>
- Deuze, M., Corrêa, E. S., & Dias, S. (2013). O jornalismo e os novos meios de comunicação social. *Comunicação e Sociedade*, 9(September 2013), 15–37. [https://doi.org/10.17231/comsoc.9\(2006\).1152](https://doi.org/10.17231/comsoc.9(2006).1152)
- Fallis, D., & Mathiesen, K. (2019). Fake news is counterfeit news. *Inquiry (United Kingdom)*, 0(0), 1–20. <https://doi.org/10.1080/0020174X.2019.1688179>
- Fehrenbach, H., & Rodogno, D. (2015). “A horrific photo of a drowned Syrian child”: Humanitarian photography and NGO media strategies in historical perspective. *International Review of the Red Cross*, 97(900), 1121–1155. <https://doi.org/10.1017/S1816383116000369>

- Gemi, E., Ulasiuk, I., & Triandafyllidou, A. (2013). *Migrants and Media Newsmaking. European University Institute* (Vol. 7).
<https://doi.org/10.1080/17512786.2012.740248>
- Georgiou, Myria, Zaborowski, R. (2017). *Media coverage of the “refugee crisis”: A cross-European perspective* (Vol. 1). <https://doi.org/10.1002/etc.5620091208>
- Goodwin-Gill, G. (2001). Refugees: Challenges to Protection. *International Migration Review*, 35(1), 130–142.
- Gradim, A. (2000). *Manual de Jornalismo Livro de Estilo do Urbi et Orbi*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Guess, A., Nyhan, B., & Reifler, J. (2018). *Fake news us campaign*. Retrieved from <https://www.dartmouth.edu/~nyhan/fake-news-2016.pdf>
- Haddad, E. (2009). Who is (not) a refugee? *The Refugee in International Society*, 23–46. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511491351.003>
- Hammond, T. G. (2015). The Mediterranean Migration Crisis. *Foreign Policy Journal*, (May 19), 12. Retrieved from <https://intl.westlaw.com/Document/I006b3212771211e598dc8b09b4f043e0/View/FullText.html?navigationPath=Search%2Fv3%2Fsearch%2Fresults%2Fnavigation%2Fi0ad6040c00000154aa84224cde8a681a%3FNav%3DINTERNATIONAL-ANALYTICAL%26navQualifier%3DI1dec440a08911e28578f7>
- Harcup, T., & O’Neill, D. (2017). What is News?: News values revisited (again). *Journalism Studies*, 18(12), 1470–1488.
<https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1150193>
- Harkin, J., Anderson, K., Morgan, L., & Smith, B. (2012). Deciphering user-generated content in transitional societies: A Syria coverage case study. *Center for Global Communication Studies*. Retrieved from http://repository.upenn.edu/cgcs_publications/20/?utm_source=repository.upenn.edu%2Fcgcs_publications%2F20&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages
- Heinze, E., & Freedman, R. (2010). Public awareness of human rights: Distortions in the mass media. *International Journal of Human Rights*, 14(4), 491–523.
<https://doi.org/10.1080/13642980802645804>
- Henke, J., Leissner, L., & Möhring, W. (2019). How can Journalists Promote News Credibility? Effects of Evidences on Trust and Credibility. *Journalism Practice*, 0(0), 1–20. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1605839>
- Holmes, O. (2013). Running Toward Danger, Syria’s Citizens Become Journalists. *Committee to Protect Journalists*, 1–8. Retrieved from <http://www.cpj.org/2013/02/attacks-on-the-press-on-syrias-citizen-journalists.php>

- Horst, C. (2018). Forced migration: Morality and politics. *Ethnic and Racial Studies*, 41(3), 440–447. <https://doi.org/10.1080/01419870.2018.1388422>
- International Council of Human Rights. (2002). *Journalism, Media And the Challenge of Human Rights Reporting*.
- Jacobson, S. (2012). Transcoding the news: An investigation into multimedia journalism published on nytimes.com 2000-2008. *New Media and Society*, 14(5), 867–885. <https://doi.org/10.1177/1461444811431864>
- Lambert, B., & Pougin De La Maisonneuve, C. (2007). *UNHCR's response to the Tsunami emergency in Indonesia and Sri Lanka, December 2004 - November 2006*. Retrieved from www.unhcr.org
- Loescher, G. (2001). The UNHCR and World Politics: State Interests vs. Institutional Autonomy. *Internacional Migration Review*, 35(1), 33–56.
- Lustgarten, A., & Debrix, F. (2005). The Role of the Media in Monitoring International Humanitarian Law during Military Interventions: The Case of Kosovo. In *Peace & Change* (Vol. 30, pp. 359–397). <https://doi.org/10.1111/j.1468-0130.2005.00324.x>
- Malkki, L. H. (1995). Refugees and Exile: From “Refugee Studies” to the National Order of Things. *Annual Review of Anthropology*, 24(1), 493–523. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.24.1.493>
- Malkki, L. H. (2005). Speechless emissaries: Refugees, humanitarianism, and dehistoricization. *Siting Culture: The Shifting Anthropological Object*, 11(3), 227–258. <https://doi.org/10.4324/9780203979549-17>
- McGregor, J. (2002). Restating news values: Contemporary criteria for selecting the news. *Refereed Articles from the Proceedings of The*, (January 2002). Retrieved from <http://mmc.twitbookclub.org/MMC911/Readings/Week 03/Judy McGregor - Final Paper.PDF.pdf>
- McIntyre, P. (2003). *Human rights reporting. Internacional Federation of Journalists* (Vol. 11). <https://doi.org/10.1080/03064228208533447>
- Centre, I. G. M. D. A. (2018). *Global Migration Indicators 2018*. IOM's Global Migration Data Analysis Centre.
- Miltner, B. (2015). The Mediteranean Migration Crisis : A Clash of the Titans' Obligations? *The Brown Journal of World Affairs*, 22(1), 213–237. Retrieved from <http://proxyau.wrlc.org/login?url=http://search.proquest.com/docview/1783018168?accountid=8285%5Cn>
- Neveu, E. (2014). Revisiting narrative journalism as one of the futures of journalism. *Journalism Studies*, 15(5), 533–542. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2014.885683>

- Novak, P. (2015). Refugee status as a productive tension. *Transnational Legal Theory*, 6(2), 287–311. <https://doi.org/10.1080/20414005.2015.1086198>
- Newman, N. (2009). The rise of social media and its impact on mainstream journalism. *Reuters Institute for the Study of Journalism*, 8(September), 1–5. <https://doi.org/10.1093/icc/3.3.537-a>
- Peters, M. A., & Besley, T. (2015). The Refugee Crisis and The Right to Political Asylum. *Educational Philosophy and Theory*, 47(13–14), 1367–1374. <https://doi.org/10.1080/00131857.2015.1100903>
- Philo, G., Briant, E., & Donald, P. (2013). The role of the press in the war on asylum. In *Race and Class* (Vol. 55, pp. 28–41). <https://doi.org/10.1177/0306396813497873>
- Plewe, C., & Fürsich, E. (2018). Are Newsgames Better Journalism?: Empathy, information and representation in games on refugees and migrants. *Journalism Studies*, 19(16), 2470–2487. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1351884>
- Pöyhtäri, R. (2014). *Immigration and Ethnic Diversity in Finnish and Dutch Magazines. Articulations of subject positions and symbolic communities*.
- Público, P. do M. Convenção relativa ao estatuto de refugiados (1951). Retrieved from http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_relativa_estatuto_refugiados.pdf
- Refugees Study Center – Oxford University (2018). Annual Report 2017-2018. Oxford.
- Refugiados, C. P. para os. (2017). *Relatório de Atividades*. Retrieved from http://cpr.pt/wp-content/uploads/2019/01/CPR_Relatorio_2017_Web.pdf
- Ribeiro, N. C., & Resende, F. (2017). O jornalismo convergente e a reconfiguração do trabalho nas redações da imprensa portuguesa. *Observatorio*, 11(4), 139–153. <https://doi.org/10.15847/obsobs11420171165>
- Roberts, I., & Yano, N. (2010). *As Ranks of “Environmental Refugees” Swell Worldwide, Calls Grow for Better Definition, Recognition, Support*. *United Nations University* (Vol. 8712).
- Rocha, R. R., & Moreira, J. B. (2010). *Regime internacional para refugiados: Mudanças e desafios*. *Revista de Sociologia e Política* (Vol. 18). <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000300003>
- Rose, T. (2013). A Human Rights-Based Approach to Journalism: Ghana. *Journal of International Communication*, 19(1), 85–106. <https://doi.org/10.1080/13216597.2012.737347>
- Salaverría, R. (2012). Construyendo un nuevo periodismo. Diez años de logros y retos en la prensa digital. *Comunicação e Sociedade*, 9(February), 129–137. [https://doi.org/10.17231/comsoc.9\(2006\).1161](https://doi.org/10.17231/comsoc.9(2006).1161)

- Santos Silva, D. (2016). *Cultural Journalism in a Digital Environment: New Models, Practices and Possibilities*.
- Schimmel, N. (2009). Media accountability to investigate human rights violations. *Peace Review*, 21(4), 442–447. <https://doi.org/10.1080/10402650903323421>
- Shacknove, A. E. (2018). Who Is a Refugee? *International Refugee Law*, 95(2), 163–173. <https://doi.org/10.4324/9781315092478-7>
- Sjöberg, U., & Rydin, I. (2008). Discourses on media portrayals of immigrants and the homeland Paper presented at ECREA's 2, (November), 1–26.
- Sobel, M., & McIntyre, K. (2018). Journalists' Perceptions of Human Rights Reporting in Rwanda. *African Journalism Studies*, 39(3), 85–104. <https://doi.org/10.1080/23743670.2018.1495659>
- Sousa, J. P. (2001). *Elementos de jornalismo impresso*.
- Stockdale, J. m. P. and J. e. (2008). UK Responses to the Asylum Issue: A Comparison of Lay and Expert Views. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 16(December 2008), 1–16. <https://doi.org/10.1002/casp>
- Tandoc, E. C., Lim, Z. W., & Ling, R. (2018). Defining “Fake News”: A typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, 6(2), 137–153. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>
- Tazzioli, M. (2018). Crimes of solidarity: migration and containment through rescue. *Radical Philosophy*, 2(01).
- Title, C. (2017). *Refugees & Migrants Arrivals To Europe in 2017* (Vol. 2018).
- UNHCR. (2019). *Global Trends Forced Displacement in 2018*. Retrieved from www.unhcr.org/5c6fb2d04
- Vosoughi, S., Deb, R., & Aral, S. (2018). False news is big news. *MIT Initiative on the Digital Economy Research Brief*, 359(6380), 1146–1151. Retrieved from http://ide.mit.edu/sites/default/files/publications/2017_IDE_Research_Brief_False_News.pdf
- Wall, M., Otis Campbell, M., & Janbek, D. (2017). Syrian refugees and information precarity. *New Media and Society*, 19(2), 240–254. <https://doi.org/10.1177/1461444815591967>
- Yalouri, E. (2019). ‘Difficult’ representations. Visual art engaging with the refugee crisis. *Visual Studies*, 34(3), 223–238. <https://doi.org/10.1080/1472586X.2019.1653788>
- Yazgan, P., Utku, D., & Sirkeci, I. (20018). Syrian Crisis and Migration. *Migration Letters*, 16(3), 355–359. Retrieved from <https://journals.tplondon.com/index.php/ml/article/view/637/632>

- Yousuf, M., & Taylor, M. (2017). Helping Syrians Tell Their Story to The World: Training Syrian citizen journalists through connective journalism. *Journalism Practice*, 11(2–3), 302–318. <https://doi.org/10.1080/17512786.2016.1218296>
- Zelizer, B. (2019). Why Journalism Is About More Than Digital Technology. *Digital Journalism*, 7(3), 343–350. <https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1571932>
- Zetter, R. (2015). *Protection in Crisis. Forced Migration and protection in a Global Era*. Transatlantic Council on Migration (Vol. First Quar).

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação ao longo dos meses.....	89
Gráfico 2 – Variação ao longo dos dias da semana.....	90
Gráfico 3 – Géneros jornalísticos dominantes.....	90
Gráfico 4 – Proveniência dos artigos.....	92
Gráfico 5 – Assinatura autor(a) das peças.....	94
Gráfico 6 – Artigos por secção.....	95
Gráfico 7 - Grande Reportagem “Afeganistão: Capital dos Errantes”.....	96
Gráfico 8 - Formato predominante nas peças.....	98
Gráfico 9 - Definição de refugiado.....	99
Gráfico 10 - Ângulo de abordagem da notícia.....	101
Gráfico 11 - Fonte da notícia.....	103
Gráfico 12 - Valor-notícia.....	106
Gráfico 13 - Destaque dado aos refugiados nas peças.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais categorias de representação social.....	110
---	-----

ANEXOS - ANEXO A: TABELAS DE DADOS

TABELA 1 – VARIÁVEIS DA FORMA

<i>ID</i>	<i>Data</i>	<i>Dia da semana</i>	<i>Género jornalístico</i>	<i>Proveniência SIC/LUSA</i>	<i>Autor(a) da notícia</i>	<i>Secção</i>	<i>Título</i>
1	28-06-2019	Sexta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Governo sírio manipula ajuda humanitária, acusa Human Rights Watch
2	27-06-2019	Quinta-feira	Reportagem	SIC - NOVA FCSH	Alunas Ana Rita Soares e Bárbara Barbosa	Afeganistão: Capital dos Errantes	Europa: porto de (des)amparo
3	27-06-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	10 pré-candidatos democratas em debate marcado por Trump
4	26-06-2019	Quarta-feira	Reportagem	SIC - NOVA FCSH	Alunos Diogo Barradas e Maria Castanheira	Afeganistão: Capital dos Errantes	Afeganistão: na fronteira entre a guerra e a paz
5	26-06-2019	Quarta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	ONU precisa de 184 milhões de euros para proteger refugiados de África
6	26-06-2019	Quarta-feira	Th (Talking head)	SIC	Sem assinatura	País	Somos um país de migrantes
7	26-06-2019	Quarta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Neonazi confessa assassinio de autarca conservador alemão
8	25-06-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	País	Portugal acolheu cinco migrantes sudaneses e nigerianos resgatados no Mediterrâneo
9	25-06-2019	Terça-feira	Reportagem	LUSA	/	País	Ferro Rodrigues escreveu a homólogo italiano sobre português investigado por ajudar refugiados
10	24-06-2019	Segunda-feira	Reportagem	SIC - NOVA FCSH	Alunos Tomás Lopes e Vasco de Araújo	Afeganistão: Capital dos Errantes	Vemos, ouvimos, lemos e não podemos ignorar
11	23-06-2019	Domingo	Notícia	LUSA	/	Mundo	Chefe do Exército da Etiópia e governador da região Amhara mortos em tentativa de golpe militar
12	22-06-2019	Sábado	Notícia	LUSA	/	Mundo	Menores detidos pela polícia na fronteira dos EUA "em más

							condições"
13	20-06-2019	Quinta-feira	Th (Talking head)	SIC	Sem assinatura	País	Marcelo quer política comum na Europa para lidar com crise dos refugiados
14	20-06-2019	Quinta-feira	Th (Talking head)	SIC	Sem assinatura	Mundo	Traficantes condenados a prisão perpétua pela morte de 71 refugiados
15	20-06-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Grupo de 43 migrantes continua retido em frente à ilha italiana de Lampedusa
16	20-06-2019	Quinta-feira	Peça (PJ)	SIC	Sem assinatura	Mundo	37 mil pedidos de asilo por dia em 2018
17	20-06-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	País	Só não haverá uma Lei de Bases da Saúde à esquerda se o PS não quiser
18	19-06-2019	Quarta-feira	Notícia	LUSA	/	País	Portugal já acolheu mais de 1.800 refugiados desde 2015
19	19-06-2019	Quarta-feira	Notícia	LUSA	/	País	Amnistia estará como observadora se caso de Miguel Duarte for a julgamento
20	19-06-2019	Quarta-feira	Reportagem	SIC	SIC NOTÍCIAS	País	Quem precisa de ajuda agora é o Miguel
21	19-06-2019	Quarta-feira	Reportagem	SIC - NOVA FCSH	Alunas Cristiana Alves e Mariana Nogueira	Afeganistão: Capital dos Errantes	Onde andam e como estão os 24 refugiados que Portugal acolheu?
22	19-06-2019	Quarta-feira	Peça	SIC	Sem assinatura	Crise Migratória na Europa	Deslocados nos dias de hoje são o dobro de há 20 anos
23	18-06-2019	Terça-feira	Reportagem	SIC	Alunos Inês Soares e João Oliveira	Afeganistão: Capital dos Errantes	Renascer em Portugal
24	18-06-2019	Terça-feira	Reportagem	Com Lusa	Sem assinatura	País	Aliança defende que português acusado de ajuda à imigração ilegal "merece todo o apoio"
25	17-06-2019	Segunda-feira	Reportagem	SIC	Ana Rute Carvalho - jornalista	País	Porque é que o Miguel pode ser condenado a 20 anos de prisão?
26	17-06-2019	Segunda-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Número de mortos causado em naufrágio aumenta para 12
27	17-06-2019	Segunda-feira	Reportagem	SIC - NOVA FCSH	Alunas Ana Raquel Lopes e Rita Rosa	Afeganistão: Capital dos Errantes	Ser voluntário: quem ajuda os que precisam de ajuda?
28	17-06-2019	Segunda-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Pelo menos oito mortos em naufrágio perto das ilhas gregas
29	14-06-2019	Sexta-feira	Notícia	LUSA	/	Crise na Venezuela	Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas visita Venezuela

30	14-06-2019	Sexta-feira	Notícia (com Peça JN)	LUSA	/	País	Militar português ferido na República Centro-Africana teve de amputar as duas pernas
31	14-06-2019	Sexta-feira	Notícia (com Peça PJ)	Com Lusa	/	País	Taxas moderadoras no SNS passarão a existir só nas urgências dos hospitais
32	14-06-2019	Sexta-feira	Notícia	LUSA	/	Wikileaks	Julgamento da extradição de Julian Assange para os EUA agendada para 2020
33	11-06-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	Crise Migratória na Europa	Pelo menos seis mortos em naufrágio perto da ilha grega de Lesbos
34	10-06-2019	Segunda-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Curdos da Síria entregam mais 12 órfãos franceses e 2 holandeses
35	09-06-2019	Domingo	Peça (PJ)	SIC	Sem assinatura	Mundo	Angelina Jolie na Colômbia para chamar a atenção para a Venezuela
36	07-06-2019	Sexta-feira	Reportagem	SIC - NOVA FCSH	Alunas Marta Carvalho e Sofia Rebanda	Afeganistão: Capital dos Errantes	“À Deriva”
37	07-06-2019	Sexta-feira	Notícia	LUSA	/	Crise na Venezuela	Há quatro milhões de refugiados e migrantes venezuelanos
38	06-06-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Um em cada cinco negros já foi discriminado na União Europeia
39	05-06-2019	Quarta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	ONG denuncia morte de 61 crianças em dois meses no norte da Síria
40	05-06-2019	Quarta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Seis dos 10 países com crises mais negligenciadas são africanos
41	05-06-2019	Quarta-feira	Notícia	SIC	Sem assinatura	Mundo	Legislativas na Dinamarca com possível regresso dos sociais-democratas ao poder
42	04-06-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	Daesh	Ministério Público pede pena efetiva para cidadão marroquino acusado por terrorismo
43	04-06-2019	Terça-feira	Notícia	Com Lusa	/	Mundo	15 mil crianças sírias em risco de ficarem sem casa no Líbano
44	03-06-2019	Segunda-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Dinamarca vai quarta-feira a votos obcecada com a imigração
45	03-06-2019	Segunda-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Crianças desaparecidas de centros de refugiados na Holanda
46	30-05-2019	Quinta-feira	Notícia	SIC	Sem assinatura	País	Marcelo felicita Guterres pelo Prémio Carlos Magno
47	28-05-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Confrontos em Idlib, Síria, fizeram 270 mil deslocados este mês

48	27-05-2019	Segunda-feira	Entrevista	SIC	Joaquim Franco - jornalista	Cardeal Antonio Tagle	O drama dos migrantes e refugiados é uma preocupação humana
49	23-05-2019	Quinta-feira	Reportagem	SIC - NOVA FCSH	Maria Rodrigues e Miguel Laia	Afganistão: Capital dos Errantes	Hamid Taheri: refugiado num sonho
50	21-05-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	Crise na Venezuela	Três milhões de pessoas deixaram a Venezuela desde 2015
51	17-05-2019	Sexta-feira	Entrevista	SIC	Sem assinatura	Cultura	O cinema cria em nós uma sensação de impunidade. Tudo é possível.
52	15-05-2019	Quarta-feira	Peça	SIC	Sem assinatura	Mundo	Francisco "dá boleia" a 8 crianças refugiadas no papamóvel
53	10-05-2019	Sexta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Papa doa 100 mil euros a Caritas grega para apoiar refugiados e migrantes
54	09-05-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Mais de 40 milhões vivem deslocados no seu país devido a conflitos e desastres naturais
55	08-05-2019	Quarta-feira	Debate	SIC	Sem assinatura	Europeias 2019	O ponto de vista dos candidatos às europeias sobre os refugiados
56	08-05-2019	Quarta-feira	Notícia	LUSA	/	País	Comissão Europeia ameaça deixar de financiar programa nacional de apoio aos refugiados
57	08-05-2019	Quarta-feira	Notícia	LUSA	/	País	Tribunal de Contas deteta erros de quase 42 mil euros na gestão de fundos para refugiados
58	07-05-2019	Terça-feira	Debate	SIC NOTÍCIAS	Sem assinatura	Europeias 2019	98% dos refugiados quer regressar a casa
59	07-05-2019	Terça-feira	Notícia	SIC NOTÍCIAS	Sem assinatura	Mundo	Ministra da Noruega diz que as pessoas devem comer, beber e fumar “tanto quanto quiserem”
60	06-05-2019	Segunda-feira	Peça	SIC	Sem assinatura	Mundo	Papa encontra-se com refugiados em Sófia
61	05-05-2019	Domingo	Notícia	LUSA	/	Mundo	EUA dizem que Israel tem "todo o direito em se defender"
62	03-05-2019	Sexta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Naufrágio na costa da Turquia faz 7 mortos, incluindo 5 crianças
63	29-04-2019	Segunda-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Inundações no Irão provocaram mais de 360 mil deslocados
64	27-04-2019	Sábado	Notícia	LUSA	/	Mundo	Pelo menos 17 combatentes pró-regime mortos em Aleppo
65	26-04-2019	Sexta-feira	Notícia	LUSA	/	País	Portugal acolhe novo grupo de 49 refugiados da Síria e do Iraque
66	25-04-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	Crise Migratória na	Portugal deu luz verde a 625 pedidos de asilo em 2018

						Europa	
67	24-04-2019	Quarta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Combates em Trípoli atingem centro de detenção com migrantes
68	23-04-2019	Terça-feira	Reportagem	SIC	Ruben Tiago Pereira - jornalista	Afeganistão: Capital dos Errantes	Os refugiados que Portugal abandonou
69	15-04-2019	Segunda-feira	Notícia (com Peça PJ)	Com Lusa	/	Mundo	Perto de 150 mortos desde início da ofensiva de Haftar contra a capital da Líbia
70	13-04-2019	Sábado	Notícia	LUSA	/	País	Portugal vai acolher alguns dos migrantes "presos" no Mediterrâneo há 10 dias
71	11-04-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	País	Testemunha diz que Abdessalam Tazi é terrorista e que recrutou irmão para o Daesh
72	11-04-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Combates na Líbia provocaram 56 mortos e 266 feridos nos últimos seis dias
73	11-04-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Cerca de meio milhão de menores em risco na Líbia devido a combates
74	08-04-2019	Segunda-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Portugal não recebeu pedidos de repatriamento "apenas de crianças", revela ministro
75	07-04-2019	Domingo	Peça	SIC	Sem assinatura	Mundo	Polícia grega usa gás lacrimogénico para dispersar migrantes num campo de refugiados
76	05-04-2019	Sexta-feira	Notícia	LUSA	/	Crise na Venezuela	ONU diz que encerramento das fronteiras da Venezuela não trava êxodo
77	05-04-2019	Sexta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Países do G7 querem reforçar medidas para combater tráfico
78	04-04-2019	Quinta-feira	Notícia	SIC NOTÍCIAS	Sem assinatura	Mundo	Guterres "chocado" com sofrimento dos migrantes na Líbia
79	04-04-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Quatro polícias mortos após possível ataque no Iraque
80	04-04-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Violência no Mali já causou 260 mil refugiados e deslocados
81	04-04-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Dezenas de civis mortos em ataques atribuídos ao regime sírio
82	02-04-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	Crise na Venezuela	Perito da ONU alerta que Venezuela entrou numa "crise alimentar aguda"
83	01-04-2019	Segunda-feira	Peça	SIC	Nuno Castilho	Afeganistão: Capital dos Errantes	O crime aumentou com a vinda dos refugiados?

84	28-03-2019	Quinta-feira	Opinião	SIC	Teresa Canto Noronha - jornalista	Opinião	Quando a fome e o desespero se fazem à estrada
85	26-03-2019	Terça-feira	Reportagem	SIC NOTÍCIAS	Sem assinatura	Mundo	Refugiado de 8 anos é campeão de xadrez em Nova Iorque
86	25-03-2019	Segunda-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Organizações internacionais denunciam violações e torturas sexuais aos migrantes
87	22-03-2019	Sexta-feira	Peça	SIC	Mariana Cruz, Ricardo Tenreiro e José Silva	Afeganistão: Capital dos Errantes	Uma rádio feita por refugiados e com refugiados
88	20-03-2019	Quarta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Viúvas de Srebrenica saúdam sentença contra Karadzic
89	14-03-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Arrecadados donativos de 8,3 mil milhões de euros para apoiar povo sírio até 2021
90	14-03-2019	Quinta-feira	Notícia	Com Lusa	/	Mundo	Primeiro-ministro húngaro pede desculpas aos membros do PPE por chamá-los de "idiotas úteis"
91	12-03-2019	Terça-feira	Peça (PJ)	SIC	Sem assinatura	País	Refugiado sírio em Portugal em greve de fome
92	11-03-2019	Segunda-feira	Notícia	Com Lusa	/	Mundo	2018 foi o ano que mais crianças matou na Síria
93	09-03-2019	Sábado	Notícia (com Peça JN)	LUSA	/	Daesh	Recém-nascido de noiva britânica do Daesh morre em campo de refugiados
94	08-03-2019	Sexta-feira	Peça	SIC	Sem assinatura	Cultura	Soufra é o documentário da atriz Susan Sarandon
95	06-03-2019	Quarta-feira	Peça	SIC	Sem assinatura	Desporto	Refugiado sírio sonha em participar nos Jogos Olímpicos de Tóquio
96	06-03-2019	Quarta-feira	Notícia	LUSA	/	Crise Migratória na Europa	Portugal, Espanha e Grécia estudam integração de migrantes através de festivais multiculturais
97	05-03-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Cerca de 13 mil refugiados sírios regressaram da Jordânia desde outubro
98	05-03-2019	Terça-feira	Notícia	SIC	Sem assinatura	Mundo	PSD e CDS pedem afastamento do primeiro-ministro húngaro do Partido Popular Europeu
99	01-03-2019	Sexta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Bangladesh não aceitará mais refugiados rohingya
100	01-03-2019	Sexta-feira	Peça	SIC	Sem assinatura	Crise na Venezuela	Diplomacia de pantufa, Rangel critica forma como Governo trata questão da Venezuela

101	27-02-2019	Quarta-feira	Peça (PJ)	SIC	Sem assinatura	Reportagem Especial	“O Caminho de Farid”
102	26-02-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Pelo menos 20 combatentes pró-regime mortos em três dias na Síria
103	25-02-2019	Segunda-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	António Guterres lança nova estratégia para combater discurso de ódio
104	25-02-2019	Segunda-feira	Notícia	Com Lusa	/	Mundo	Família angolana com 4 crianças vive há dois meses no aeroporto da Coreia do Sul
105	22-02-2019	Sexta-feira	Notícia	SIC	Sem assinatura	Crise na Venezuela	3.4 milhões fugiram da Venezuela em 2018
106	21-02-2019	Quinta-feira	Reportagem	SIC	Mariana Cruz: ex-jornalista estagiária	Afganistão: Capital dos Errantes	Os retornados afgãos
107	21-02-2019	Quinta-feira	Reportagem	SIC	Pedro Coelho - jornalista	Afganistão: Capital dos Errantes	“Se o inferno existe, fica em Moria”
108	21-02-2019	Quinta-feira	Notícia (Com Peça)	LUSA	/	País	Militares portugueses na República Centro-Africana recebem medalha da ONU
109	19-02-2019	Terça-feira	Notícia	SIC - NOVA FCSH	Dora Santos Silva - professora NOVA FCSH	Afganistão: Capital dos Errantes	NOVA FCSH e SIC juntas na cobertura dos refugiados da guerra eterna
110	14-02-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	Daesh	Turquia detém 52 sírios suspeitos de ligação ao Daesh
111	13-02-2019	Quarta-feira	Peça	SIC	Ruben Tiago Pereira - jornalista	Afganistão: Capital dos Errantes	E se os refugiados ajudassem a elaborar as políticas de integração da UE?
112	12-02-2019	Terça-feira	Reportagem	SIC	Ruben Tiago Pereira - jornalista	Afganistão: Capital dos Errantes	As queixas dos refugiados que o SEF não gostou de ouvir
113	11-02-2019	Segunda-feira	Reportagem	SIC	Pedro Coelho - jornalista e José Silva	Afganistão: Capital dos Errantes	O cemitério dos barcos sem nome
114	05-02-2019	Terça-feira	Peça	SIC	Sem assinatura	Mundo	Angelina Jolie visita campo de refugiados Rohingya no Bangladesh
115	05-02-2019	Terça-feira	Reportagem	SIC	Pedro Coelho - jornalista	Afganistão: Capital dos Errantes	Os ecos da memória
116	05-02-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	ONU estima que 2,3 milhões de pessoas precisem de ajuda humanitária no Níger
117	04-02-2019	Segunda-feira	Peça	SIC	Sem assinatura	Cultura	Documentário "Debaixo do Céu" dá voz aos refugiados judeus

							da II Guerra Mundial
118	01-02-2019	Sexta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	ONU exige acesso humanitário ao leste para ajudar deslocados na Síria
119	01-02-2019	Sexta-feira	Notícia	LUSA	/	Crise Migratória na Europa	Cinquenta ONG acusam UE de cumplicidade nas mortes no Mediterrâneo
120	30-01-2019	Quarta-feira	Notícia	LUSA	/	Crise Migratória na Europa	Morreram 6 pessoas por dia a tentar atravessar o Mediterrâneo em 2018
121	29-01-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	Crise na Venezuela	UNICEF pede 61 milhões de euros para ajudar crianças na Venezuela
122	29-01-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Human Rights Watch lança campanha para libertar futebolista detido na Tailândia
123	28-01-2019	Segunda-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Turquia quer zona de segurança para retorno de milhões de refugiados
124	28-01-2019	Segunda-feira	Notícia	SIC	Mariana Cruz: ex-jornalista estagiária	Afeganistão: Capital dos Errantes	Os refugiados em Portugal e no mundo
125	21-01-2019	Segunda-feira	Notícia	Com Lusa	/	Crise Migratória na Europa	Líbia resgata 100 migrantes no Mediterrâneo à revelia do direito internacional
126	18-01-2019	Sexta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Mais de 4.200 pessoas chegaram à Europa por mar em 16 dias
127	18-01-2019	Sexta-feira	Notícia	Com Lusa	/	Crise Migratória na Europa	Amnistia exige à UE consertar "sistema falhado" que deixa pessoas à deriva no mar
128	17-01-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	ONG israelita denuncia morte de 290 palestinianos em 2018
129	15-01-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	País	Portugal recebeu mais 23 refugiados via Egito
130	15-01-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	Daesh	Aliança árabe-curda conquista localidade síria ao Daesh
131	15-01-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Jovem saudita refugiada no Canadá quer dedicar-se à defesa dos direitos das mulheres
132	15-01-2019	Terça-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Pelo menos 15 crianças morreram de frio nas últimas semanas na Síria
133	11-01-2019	Sexta-feira	Notícia	LUSA	/	Mundo	Cerca de 25.000 fugiram dos combates no leste da Síria nos últimos 6 meses
134	09-01-2019	Quarta-feira	Notícia	LUSA	/	Daesh	Cidadão marroquino mantém-se em prisão preventiva e será julgado por terrorismo em Aveiro

135	08-01-2019	Terça-feira	Notícia	SIC	Pedro Coelho - jornalista	Afeganistão: Capital dos Errantes	Os refugiados do último lugar da fila
136	03-01-2019	Quinta-feira	Notícia	LUSA	/	Crise Migratória na Europa	2.262 pessoas morreram quando tentavam atravessar o Mediterrâneo em 2018
137	02-01-2019	Quarta-feira	Peça (PJ)	SIC	Sem assinatura	País	Médica portuguesa relata "ciclo de dor" vivido nos campos de refugiados rohingya

TABELA 2 – VARIÁVEIS DE CONTEÚDO

ID	GR Afeganistão	Formato		Definição refugiado	Ângulo de abordagem	Fonte da Notícia	Valor-Notícia	Relevância refugiados	Representação Social
	Sim/Não	Vídeo	Imagem	Sim/Não				Principal/ Secundária	Palavras que descrevam a comunidade/ Lugar de onde vêm
1	Não	Não	Sim	Não	Questão dos direitos humanos	/	Negatividade	Secundária	"em alguns setores há provas de contínuas e sistemáticas violações dos direitos humanos"/ Síria
2	Sim	Não	Sim	Sim	Integração e acolhimento	Estatais, ONG's, Documentais	/	Principal	"não houve uma redefinição do conceito de refugiado", "regras e políticas inadequadas" / Médio Oriente e Norte de África
3	Não	Não	Sim	Não	Político	/	Pessoas envolvidas	Secundária	/
4	Sim	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	Especialistas, Documentais	/	Secundária	"tribos e etnias a lutar por controlo territorial", "é um problema surdo" / Afeganistão
5	Não	Não	Sim	Não	Questão dos direitos humanos	/	Nações envolvidas	Principal	"rotas de contrabando", "tráfico de seres humanos", "violação e agressão sexual"/ Norte da África Subsariana

6	Não	Sim	Não	Não	Reação de Políticos	Estatais	Significância	Principal	"somos um país de migrantes", "drama dos migrantes e refugiados"
7	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Inesperado	Secundária	/
8	Não	Não	Não	Não	Integração e acolhimento	/	Significância	Principal	"uma solução europeia integrada, estável e permanente para responder ao desafio migratório"/ Sudão e Nigéria
9	Não	Sim	Sim	Não	Reação de Políticos	/	Amplitude	Secundária	/
10	Sim	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Cidadãos, Outras fontes (Vídeos/fotos), Especialista	/	Principal	"Eles têm o mínimo dos mínimos no campo de refugiados", "inferno", "sobreviver", "trauma"/ Grécia e Croácia
11	Não	Não	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento		Inesperado	Secundária	/
12	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Inesperado	Principal	"sem terem suficiente comida, água e saneamento", "doentes, com febre alta, tosse e vestiam roupas sujas"
13	Não	Sim	Não	Não	Reação de Políticos	Estatais	Significância	Principal	"A Europa tem muito a fazer", "política comum", "receber de forma calma, serena, pacífica"
14	Não	Sim	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	Estatais	Continuidade	Secundária	/
15	Não	Não	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Continuidade	Principal	"retidos no mar", "proibição de desembarque", "a bordo de um bote de borracha"/ Líbia
16	Não	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Estatais, Cidadãos refugiados	Amplitude	Principal	"famílias inteiras", "pedido de asilo", "guerra", "perseguição", "violência"/ Venezuela, Síria, África, Iraque
17	Não	Não	Sim	Não	Político	/	Pessoas envolvidas	Secundária	/

18	Não	Não	Sim	Sim	Integração e acolhimento	/	Continuidade	Principal	"programas de recolocação, de reinstalação e de resgates no mar Mediterrâneo"/ Grécia e Itália
19	Não	Não	Sim	Não	Questão dos direitos humanos	/	Continuidade	Secundária	/
20	Não	Sim	Sim	Não	Político	Estatais, Outros OCS	Significância	Secundária	"ajuda à imigração ilegal", "salvar vidas não pode ser crime"
21	Sim	Sim	Não	Não	Integração e acolhimento	Cidadãos refugiados, Arquivo, Documentais, Estatais, Não estatais	Significância	Principal	"programa de recolocação"/ Iraque
22	Não	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Documentais, Agências noticiosas	Amplitude	Principal	"perseguições", "cenários de guerra", "políticas anti-imigração"/ Síria e Venezuela (2018)
23	Sim	Sim	Não	Sim	Integração e acolhimento	Especialistas, Cidadãos e refugiados, Estatais	/	Principal	"entraves logísticos e culturais", "Portugal continua a não conseguir manter grande parte dos que chegam"
24	Não	Sim	Sim	Não	Político	Estatais	Continuidade	Secundária	"a imigração e o acolhimento de refugiados é uma questão de humanidade"
25	Não	Sim	Sim	Não	Questão dos direitos humanos	Estatais, Não estatais, Agências Noticiosas	Significância	Secundária	"suspeitas de auxílio à imigração ilegal", "impedir que pessoas morressem no mar Mediterrâneo"
26	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Continuidade	Principal	"naufrágio", "embarcação", "resgatar"/ Médio Oriente
27	Sim	Sim	Não	Não	Integração e acolhimento	Cidadãos, Especialistas, Estatais, Não estatais	/	Principal	"diversidade cultural, religiosa, de histórias de vida, de nacionalidades, de línguas"
28	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Inesperado	Principal	"morreram a tentar atravessar o Mediterrâneo para chegar à Europa"/ Médio Oriente
29	Não	Não	Sim	Não	Político	/	Nações envolvidas	Secundária	/

30	Não	Sim	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Inesperado	Secundária	/
31	Não	Sim	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	Estatais	Consonância	Secundária	/
32	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Continuidade	Secundária	/
33	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Inesperado	Principal	"embarcação naufragou", "fugiram do país devido à guerra"/ Síria
34	Não	Não	Sim	Não	Vida dos refugiados	/	Inesperado	Principal	"campos de refugiados", "repatriamento de mulheres e crianças de jihadistas estrangeiros"/ Síria
35	Não	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Agências noticiosas, Documentais	Personificação	Principal	"drama das crianças sem pátria", "urgência em obter mais ajuda humanitária"/ Venezuela
36	Sim	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Cidadãos refugiados, Estatais, Não estatais, Especialistas	/	Principal	"sozinhos", "ficam à deriva", "tentando sobreviver" /República Democrática do Congo, Nigéria, Guiné-Bissau
37	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Amplitude	Secundária	/
38	Não	Não	Não	Não	Questão dos direitos humanos	/	Negatividade	Secundária	"combater o racismo e a discriminação racial", "contra os crimes e discursos de ódio"
39	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Amplitude	Secundária	"violência entre o Governo sírio e os grupos da oposição no norte do país"/ Síria
40	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Negatividade	Secundária	"falta de financiamento", "falta de cobertura mediática", "negligência política", "forçados a fugir"
41	Não	Não	Sim	Não	Político	Estatais, Especialistas	Consonância	Secundária	"associava a imigração à

									criminalidade"
42	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Nações envolvidas	Secundária	"que teriam uma vida melhor se aderissem ao Daesh e fossem viver para a Síria"
43	Não	Não	Sim	Não	Vida dos refugiados	ONG's	Inesperado	Principal	"abrigo construído com tábuas de madeira ou lonas de plástico", "traumatizados"/ Líbano
44	Não	Não	Sim	Não	Político	/	Continuidade	Secundária	/
45	Não	Não	Sim	Não	Vida dos refugiados	/	Inesperado	Principal	"paradeiro desconhecido", "situações de exploração", "vulnerabilidade"/ Marrocos, Argélia e Afeganistão
46	Não	Não	Sim	Não	Reação de Políticos	Estatais	Significância	Secundária	/
47	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Amplitude	Secundária	"milhões de crianças, mulheres e homens não podem continuar à espera que a guerra termine"/ Síria
48	Não	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Não estatais	Pessoas envolvidas	Principal	"não é apenas um problema ideológico, é uma preocupação humana, porque são pessoas"
49	Sim	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Cidadão refugiado, Documentais	/	Principal	"passamos de país para país até achar um abrigo", "fuga da guerra"/ Afeganistão
50	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Amplitude	Secundária	/
51	Não	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Especialista, Outras fontes (trailer)	Significância	Principal	"Ela (protagonista) parece que só tem noção desta realidade quando vê, de facto, um naufrágio e um migrante"
52	Não	Sim	Não	Não	Integração e acolhimento	Agências noticiosas	Inesperado	Principal	"vulneráveis", "chegaram de barco"/ Síria, Nigéria e Congo
53	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Nações envolvidas	Principal	"deterioração das condições de vida"/ Grécia
54	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Amplitude	Secundária	/

55	Não	Sim	Não	Não	Político	Estatais	Significância	Principal	/
56	Não	Não	Sim	Não	Integração e acolhimento	/	Inesperado	Secundária	/
57	Não	Não	Sim	Não	Integração e acolhimento	/	Negatividade	Secundária	"operações de reinstalação, transferência e recolocação"
58	Não	Sim	Não	Não	Político	Estatais	Significância	Principal	"alguns nem documentos têm", "98% dos refugiados querem é regressar a casa"
59	Não	Não	Sim	Não	Político	Estatais	Inesperado	Secundária	/
60	Não	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Agências noticiosas, Não estatais	Personificação	Principal	"políticas muito restritivas à entrada e à passagem de migrantes"/ Bulgária
61	Não	Não	Sim	Não	Reação de Políticos	/	Nações envolvidas	Secundária	/
62	Não	Não	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Inesperado	Secundária	/
63	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Amplitude	Secundária	/
64	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Inesperado	Secundária	/
65	Não	Não	Não	Não	Integração e acolhimento	/	Significância	Principal	"pessoas que carecem de proteção internacional"/ Síria e Iraque
66	Não	Não	Sim	Não	Integração e acolhimento	/	Significância	Principal	"pedidos de asilo", "proteção subsidiária", "estatuto de refugiado"/ Síria
67	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Inesperado	Principal	"centro de detenção", "violado por pessoas armadas", Líbia
68	Sim	Sim	Não	Não	Integração e acolhimento	Estatais, Cidadãos refugiados, Especialista	/	Principal	"Não foram apoiados com coisas tão básicas como cursos de português", "absoluto esquecimento", "sozinhos"/ Síria
69	Não	Sim	Sim	Não	Cobertura jornalística	Estatais, Agências	Amplitude	Secundária	/

					do acontecimento e explicação	noticiosas			
70	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Significância	Principal	"barco", "vários dias preso no mar Mediterrâneo", "sem porto onde atracar"/ Líbia
71	Não	Não	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Significância	Secundária	/
72	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Amplitude	Secundária	/
73	Não	Não	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Amplitude	Secundária	"más condições em que milhares de refugiados estão em centros de detenção"/ Líbia
74	Não	Não	Sim	Não	Reação de Políticos	/	Significância	Secundária	/
75	Não	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Agências noticiosas	Negatividade	Principal	"desespero", "muitas famílias com crianças ao colo ou pela mão", "confrontos com a polícia grega"
76	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Nações envolvidas	Secundária	"pessoas desesperadas em atravessar a fronteira", " vulneráveis a várias formas de exploração"/ Venezuela
77	Não	Não	Não	Não	Político	/	Nações envolvidas	Principal	"combater o tráfico de pessoas e, em particular, de migrantes", "facilitar o acesso a abrigos, para refugiados"
78	Não	Não	Sim	Não	Reação de Políticos	Estatais	Personificação	Principal	"toda a comunidade internacional é responsável pelos refugiados e migrantes"/ Líbia
79	Não	Não	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Inesperado	Secundária	/
80	Não	Não	Sim	Não	Questão dos direitos humanos	/	Amplitude	Principal	"reforço da ajuda humanitária", "pessoas precisam de assistência", "estabilizar a população"/ Mali
81	Não	Não	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Inesperado	Secundária	/

82	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Nações envolvidas	Secundária	/
83	Sim	Sim	Não	Não	Integração e acolhimento	Estatais	/	Principal	"A chegada de refugiados à restante União Europeia também não parece ter afetado em grande escala o ritmo criminal"
84	Não	Não	Sim	Não	Vida dos refugiados	Estatais, Documentais	Amplitude	Principal	"fogem à fome", "percorrem milhares de quilómetros com um saco às costas e as crianças nas mãos"
85	Não	Sim	Sim	Não	Vida dos refugiados	Especialistas, Outros OCS, Cidadão refugiado, Outras fontes	Amplitude	Principal	"conquistou o troféu, depois de passar horas a praticar no chão do centro de acolhimento"/ Nigéria
86	Não	Não	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Nações envolvidas	Principal	"violações e torturas sexuais ao longo da viagem", "homens, mulheres e crianças - são torturados por contrabandistas"
87	Sim	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Outros OCS, Cidadãos refugiados	/	Principal	"não têm espaço suficiente para viver", "a comida também não presta", "situação má", "sujo, horrível"/ Campo de Moria
88	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Continuidade	Secundária	/
89	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Amplitude	Secundária	"apoio financeiro internacional", "ajuda humanitária tanto dentro do país como nos países vizinhos"/ Síria
90	Não	Não	Não	Não	Político	Estatais, Documentais	Continuidade	Secundária	/
91	Não	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Cidadãos refugiados	Significância	Principal	"acabou programa de integração de 18 meses", "sem rendimentos", "não conseguem obter apoios"/ Síria
92	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística	Estatais	Negatividade	Principal	"escalada de violência", "acesso

					do acontecimento				limitado a comida, água, habitação, assistência médica e educação"
93	Não	Sim	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Inesperado	Secundária	/
94	Não	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Especialista, Cidadã refugiada	Personificação	Principal	"É importante redefinir a palavra refugiado", "apoiar pessoas que estão deslocadas ou a tentarem sobreviver"
95	Não	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Cidadão refugiado, Especialista	Nações envolvidas	Principal	"Em 2016, quase perdeu a vida a atravessar o Mediterrâneo à procura de um futuro melhor"/ Síria
96	Não	Não	Sim	Não	Integração e acolhimento	/	Consonância	Principal	"estruturas em termos de habitação, educação e suprimento das necessidades básicas"
97	Não	Não	Não	Não	Político	/	Amplitude	Principal	/
98	Não	Não	Sim	Não	Político	Estatais	Continuidade	Secundária	/
99	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Inesperado	Secundária	/
100	Não	Sim	Não	Não	Reação de Políticos	Estatais	Nações envolvidas	Secundária	/
101	Não	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Cidadão refugiado	Significância	Principal	"fugiu do Daesh e da morte que parecia certa", "fez seis mil quilómetros a pé", "entregue à própria sorte"/ Afeganistão
102	Não	Não	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Inesperado	Secundária	/
103	Não	Não	Sim	Não	Reação de Políticos	/	Nações envolvidas	Secundária	"falsas narrativas ligando os refugiados e os migrantes ao terrorismo"
104	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e	Outros OCS, Especialista,	Inesperado	Secundária	/

					explicação	Cidadãos envolvidos, Estatais			
105	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	Estatais	Amplitude	Secundária	/
106	Sim	Não	Sim	Não	Vida dos refugiados	Estatais, Infografia, Documentais, Cidadã refugiada	/	Principal	"insegurança", "sofrem social, económica e psicologicamente", "guerra eterna", "perigo em qualquer lado"/ Afeganistão
107	Sim	Não	Sim	Não	Vida dos refugiados	Cidadão envolvido/especialista	/	Principal	"inferno", "tendas de lona, contentores, proteções de plástico apodrecido disfarçadas de abrigo"/ Campo de Moria
108	Não	Sim	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Nações envolvidas	Secundária	/
109	Sim	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	Estatais	/	Principal	"sempre atormentados por conflitos", "um milhão de pessoas que estão deslocadas dentro do próprio país"/ Afeganistão
110	Não	Não	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Inesperado	Secundária	/
111	Sim	Sim	Não	Não	Integração e acolhimento	Estatais, Documentais	/	Principal	"colocados em sítios remotos, sem acesso a serviços, transporte ou trabalho"
112	Sim	Sim	Não	Não	Integração e acolhimento	Estatais, Cidadão envolvido, Especialista	/	Principal	"raramente lhes é dada uma voz", "não conseguem aceder a hospitais por falta de papéis"
113	Sim	Não	Sim	Não	Vida dos refugiados	Estatais, Outras fontes	/	Principal	"barcos pouco maiores que caixões", "destroços de barcos e milhares de coletes tomaram conta das praias"/ Lesbos
114	Não	Sim	Não	Não	Questão dos direiros	Agências noticiosas	Personificação	Principal	"foi alvo de uma operação de limpeza"

					humanos				étnica e obrigada a fugir", "não têm pátria nem direitos"/ Myanmar
115	Sim	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	Não estatais	/	Principal	"miséria humana", "Quem saiu, partiu à pressa, fugindo do caos", "angústia dos dias de Elliniko"/ Grécia
116	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Amplitude	Secundária	/
117	Não	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Especialista, Outras fontes (trechos do documentário)	Consonância	Principal	"pessoas que estavam a fugir de uma Europa em guerra e que precisavam de ajuda"
118	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Nações envolvidas	Principal	"depois de passarem várias noites no deserto em condições climáticas difíceis, sem água ou alimentos"/ Síria
119	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Negatividade	Secundária	"são detidos em condições desumanas que violam os seus direitos humanos básicos"/ Líbia
120	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Amplitude	Principal	"Salvar vidas no mar não é uma opção, nem uma questão de política, mas uma obrigação antiga"
121	Não	Não	Sim	Não	Integração e acolhimento	/	Nações envolvidas	Principal	"crianças em situações de conflito e desastre não têm acesso a serviços de proteção infantil"/ Iémen, Síria e RDCongo
122	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Pessoas envolvidas	Secundária	/
123	Não	Não	Sim	Não	Integração e acolhimento	/	Nações envolvidas	Principal	/
124	Sim	Não	Sim	Sim	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	Estatais, Documentais, Infografia	/	Principal	"obrigadas a fugir do próprio país", "cruzaram a fronteira em fuga de conflitos e da guerra"
125	Não	Não	Sim	Não	Questão dos direitos	Estatais, Cidadãos	Inesperado	Principal	"estavam no barco", "pedido de

					humanos	envolvidos			socorro", "situação dramática", "várias pessoas tinham desmaiado"/ Líbia
126	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Amplitude	Principal	/
127	Não	Não	Sim	Não	Questão dos direitos humanos	Especialistas, ONG's, Documentais	Nações envolvidas	Principal	"navios de resgate a serem bloqueados", "Os líderes europeus não podem mais virar as costas às pessoas retidas no mar"
128	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Inesperado	Secundária	/
129	Não	Não	Não	Não	Integração e acolhimento	/	Significância	Principal	"reinstalação em Portugal", "pessoas que carecem de proteção internacional"/ Sudão, Sudão do Sul, Síria
130	Não	Não	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Inesperado	Secundária	/
131	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Consonância	Secundária	/
132	Não	Não	Sim	Não	Vida dos refugiados	/	Inesperado	Principal	"Sem cuidados médicos, proteção e abrigo acessíveis e confiáveis"/ Síria
133	Não	Não	Não	Não	Cobertura jornalística do acontecimento	/	Amplitude	Secundária	"pessoas a fugirem para se refugiarem em campos ou instalações provisórias", "sem água nem alimentos"/ Síria
134	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística do acontecimento e explicação	/	Continuidade	Secundária	/
135	Sim	Não	Sim	Não	Vida dos refugiados	ONG's, Estatais, Documentais	/	Principal	"vivem em condições desumanas", "sem trabalho e sem acesso à saúde"/ Afeganistão
136	Não	Não	Sim	Não	Cobertura jornalística	/	Amplitude	Principal	/

					do acontecimento e explicação				
137	Não	Sim	Não	Não	Vida dos refugiados	Especialista, Agências noticiosas	Significância	Principal	"habitações em bambu e plásticos, não têm condições de saneamento nenhum, chove, é escuro/ Bangladesh

ANEXOS - ANEXO B: ENTREVISTAS

JORNALISTA - PEDRO COELHO²⁰

1. A SIC iniciou em novembro de 2018 o especial “Afeganistão: Capital dos Errantes” que terminou em junho de 2019, já no rescaldo das eleições europeias. A primeira pergunta é precisamente sobre o tema deste enorme trabalho jornalístico. Porquê os refugiados?

PC – Esta história chega-me através de uma fonte que me fala dos casos dos cinco jovens afegãos que vieram para Portugal ao abrigo de um programa disponibilizado por parte do Estado Português para acolher menores não acompanhados afegãos, que é uma nacionalidade que ninguém quer e nenhum país da Europa quer. Então Portugal voluntariou-se e disponibilizou-se para os acolher. A história começa sem eu soubesse de nada com uma pessoa que era professora de um dos jovens que me diz “Atenção que o jovem estava com mais quatro, foi separado dos quatro e foi levado para uma casa especial que é uma espécie de cadeia. Basicamente está detido por uma situação que eu não consigo perceber”. E eu na altura, em outubro de 2017, recebi esta informação, mas estava cheio de trabalho e não conseguia pegar. Comecei episodicamente a pegar em janeiro de 2018 por alto, apenas para perceber mais um pouco da história. Entretanto percebi que era uma história muito importante. O ano de 2018 foi avançando e é no final do ano que começo de novo a pensar na possibilidade de pegar na história. E, de facto neste período, eu já estava bem consciente da importância do drama dos refugiados e apercebo-me que estávamos muito próximos das eleições europeias. Não é novidade para ninguém que o tema das migrações seria a grande questão a dominar a campanha eleitoral em todos os países da Europa para as eleições europeias. Começo a ver os avanços da extrema direita na Europa e começo a perceber que seria quase impossível não envolver a temática dos refugiados, partindo daquela que era a minha história, a dos cinco refugiados afegãos que tinham vindo para Portugal. Essa era a história âncora e a partir daí comecei a ramificar, a perceber para onde é que me devia virar. Começo a ter um conhecimento muito mais amplo da realidade dos refugiados a nível europeu, dos países que abriam portas e dos que de

²⁰ A entrevista foi realizada por chamada telefónica.

todo não as abriam, e fico completamente consciente que seria uma temática extraordinariamente relevante para desenvolver.

2. Na sua opinião, a cobertura de notícias relacionadas com os refugiados, na SIC e SIC Notícias, é suficiente? Porquê?

PC – Eu acho sinceramente que não é suficiente e ao nível da SIC, claramente o nosso trabalho veio aqui colmatar uma falha. É sinal que regra geral não tem o tratamento extraordinário ao nível dos órgãos de comunicação social. A não ser que haja uma tragédia natural ou um atentado ou qualquer coisa verdadeiramente bombástica. De facto, o internacional é menos valorizado, muito mais ainda a sub-temática das migrações e dos refugiados. Por exemplo, o Afeganistão era uma temática que nunca tinha sido tratada verdadeiramente aqui na SIC. A maior parte das pessoas desconhecia tudo o que há para conhecer sobre o Afeganistão e de facto ao nível da SIC, o nosso trabalho veio colmatar uma fragilidade. Eu acho que a temática dos refugiados começou a ter algum impacto sobretudo com as reações que vieram de algumas geografias europeias, nomeadamente aquelas mais expressivas que colocavam em causa as migrações, como a Hungria, a Itália, a Suécia, a Noruega. Mas claramente, há aqui um défice de cobertura sobretudo positiva da temática dos refugiados.

3. Qual tem sido a estratégia editorial para cobrir o tema dos refugiados?

PC – Eu acho que não há propriamente uma estratégia se quer que lhe diga. Nós não funcionamos nas televisões e nos órgãos de comunicação social em geral por dossiers estratégicos. Dada a escassez de recursos humanos, nós estamos muito sensíveis à atualidade. É a atualidade que comanda as grelhas informativas dos canais seja televisões, seja rádios, seja jornais, seja online. Não há uma estratégia. As coisas ou saem espontaneamente como foi o caso desta ou então não é essa a estratégia. Eu não lhe vou responder qual a estratégia, porque de facto ela não existe, nem na SIC nem em lado nenhum. Não existe uma estratégia para cobrir temas em concreto.

4. Os temas de investigação inseridos na área da grande reportagem, são conhecidos por serem particularmente difíceis de tratar. Quais são os critérios principais a ter em conta num trabalho como este?

PC – É um facto que foi um tema extraordinariamente difícil de tratar, porque estávamos a lidar com uma população muito sensível. Menores não acompanhados,

vindos de um país em guerra, cuja identidade segundo o estado português deveria estar protegida. O estado português, levando à letra esta atitude toma a decisão de esconder este jovem. E esta intenção de esconder o jovem por causa desta questão da fragilidade social a que os mesmos estavam vetados tem uma outra situação associada. Eles por esconderem os jovens, tiraram-nos do olhar da opinião pública, logo do olhar dos jornalistas e nós ficamos sem saber o que é que tinha acontecido a estes jovens que Portugal voluntariamente foi buscar à Grécia. Porque, de facto, quando eles vieram toda a gente deu a notícia disto e até deu notícias muito positivas sobre o comportamento do estado português, só que depois o Estado Português decide através da Segurança Social, que é o organismo que aqui representa o Estado no caso concreto destes cinco jovens e decide tirá-los dos olhares da opinião pública. Se tudo estivesse a correr bem não havia nenhum problema, o Estado estaria a exercer o seu direito de proteger o mais que pudesse estes jovens. O problema é que as coisas estavam todas a correr mal e a partir do momento em que o estado os esconde através da Segurança Social está também a esconder a própria fragilidade do Estado, o facto do Estado não ter feito nada para que eles tivessem uma vida diferente daquela que já tinham tido até então.

5. Segundo dados da ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o Afeganistão produziu no último ano (2018) mais de 2,7 milhões de refugiados, tornando-se no segundo país com maior número de refugiados. O primeiro lugar da lista é ocupado pela Síria, com 6,7 milhões. No entanto, apesar destes números a União Europeia está a aceitar os refugiados sírios, mas recusa a entrada de afegãos. Porque é que isto está a acontecer?

PC – Tem muito a ver com a forma como a Europa encara o Afeganistão. Desde logo é um território onde não há uma guerra aberta. Não havendo essa guerra aberta, o que basicamente a Europa entende é que não havendo um conflito declarado, não havendo guerra, os habitantes locais não estão em risco. Ainda ontem morreram 14 pessoas no centro de Kabul e todas os dias morrem pessoas em Kabul. É talvez a cidade do mundo onde se morre mais atualmente. Os talibãs controlam uma parcela muito significativa do território, já as forças governamentais estão a perder terreno. É um conjunto de diversas forças terroristas que estão a atuar permanentemente em solo afegão, ou seja, não são apenas os talibãs que estão a reconquistar o país. Há um governo apoiado pelos americanos que está a tomar conta dos destinos do país, mas esse governo não tem força. Então os talibãs estão a ganhar cada vez mais poder. Mas há um

conjunto de grupos, não sabemos ao certo quantos, que são grupos terroristas que estão a tomar conta daquele país também. Portanto, há uma guerra no Afeganistão e o centro dessa guerra é Kabul. Não é à toa que talvez seja dos países do mundo onde há mais deslocados internos. São pessoas que não conseguem viver nos territórios onde os combates persistem e vão começar a viver em zonas aparentemente mais pacíficas do país, mas são zonas sem nenhuma condição de vida para aquelas pessoas. São pessoas que não têm direito a nada e a Europa fecha os olhos a isto tudo. Fecha os olhos inclusivamente ao número de deslocados internos por causa da guerra. Fecha os olhos ao número de refugiados que saem de lá. E se saem de lá não é porque têm a loucura e a ambição de vir para a Europa. Saem de lá para não morrerem. Sujeitam-se a ficar sobretudo na Turquia que é o país mais direto de acolhimento, mas até para o Irão eles vão, apesar da péssima relação que têm com este país. Depois disso, arriscam a vir para a Grécia. E, quando chegam à Grécia fecham-lhes todas as portas. O campo de Moria, que é o maior campo de refugiados da Europa, nesta altura tem 70% de afegãos que é uma percentagem muito significativa. Aliás, são os afegãos que estão agora a chegar em massa à Europa. Já nem são os sírios. Claro que os sírios continuam a chegar, mas as novas chegadas são de afegãos

6. O drama dos refugiados é considerado um dos grandes temas da atualidade. Contudo, é também um tema sensível e que mexe com grandes instituições, sejam elas organizações independentes ou ligadas ao Governo. Na sua opinião, o que é que foi mais difícil em todo o processo?

PC – Basicamente a maior dificuldade deste trabalho foi contrariar esta decisão do Estado Português de os esconder. Porque escondeu igualmente a verdadeira incapacidade do Estado em lidar com este problema. E aí a reportagem com muito esforço conseguiu contornar essa imensa fragilidade do Estado Português e a forma diria absurda com que lidou com esta questão dos cinco jovens afegãos. Essa foi claramente a maior dificuldade, contornar as limitações que o Estado nos impôs, incluindo esconder-nos os jovens quando percebeu que nós estávamos a filmá-los, obrigou-os a não nos darem entrevistas, ou seja, fez tudo o que esteve ao alcance dele (Estado Português) para que eles não fossem notícia. O Estado Português tentou desta maneira omitir o papel negativo que teve na integração destes cinco jovens. Cada vez que nós dávamos um passo, eles percebiam e fechavam uma porta. Por exemplo, os jovens estavam disponíveis quatro deles para nos darem entrevista. Um deles nós já

tínhamos entrevistado e o trabalho estava mais ou menos concluído com esse jovem. Os outros quatro, um deles disse logo que não queria dar entrevista. Primeiro disse que sim, depois disse que não e decidiu não dar. Mas estavam dois deles disponíveis para nos darem entrevista e estava tudo combinado com eles. No dia em que nós íamos começar o trabalho com eles, eles próprios muito atarantados nos veem dizer que a Segurança Social lhes tinha dito que eles não nos podiam dar entrevista sob pena de lhe cortarem os subsídios. É uma maldade enorme que foi feita e eles ficaram sem direito a ter voz basicamente.

7. Um trabalho jornalístico ganha destaque quando é dada voz aos protagonistas da história. Foi o caso das muitas entrevistas que foram realizadas nesta investigação. Muitas delas contadas na primeira pessoa. Como é que se consegue a confiança destas pessoas e, principalmente a abertura para falar em frente a uma câmara?

PC – É difícil e no caso dos outros miúdos que estavam para falar nem sequer depois foi possível. Nós tiramos algumas imagens deles, sempre com o consentimento deles, mas depois no momento da entrevista como disse há pouco eles não puderam continuar o trabalho connosco porque foram impedidos pela Segurança Social. No caso do jovem que nos deu a entrevista, ele teve um acolhimento extraordinário no início, porque fizemos um trabalho, sobretudo ele de visitá-lo ao lugar onde ele estava, aquela antecâmara da cadeia. Depois fizemos muita coisa sem filmar. Conversamos muito antes de começar a filmar. Ele estava muito convencido que nós podíamos ser uma ajuda extraordinariamente relevante para ele. De repente ele por uma razão que nós não soubemos nunca identificar, já tínhamos feito muita coisa com ele, ele começa a pedir-nos dinheiro para continuar a trabalhar connosco. Nós, obviamente não lhe pagamos e criou-se ali um fosso enorme entre nós e ele e esse fosso nunca foi superado. Mas isto tudo eu percebi pelo transtorno mental, porque ele tinha sido de todos o que tinha sofrido mais. Teve de fugir dos pais, porque os pais queriam que ele trabalhasse e tinha vindo diretamente para o Irão onde foi muito maltratado. Depois fugiu para a Grécia onde continuou a viver numa situação calamitosa e depois foi um dos recolhidos para vir para Portugal. Ele estava convencido que ia chegar a Portugal e que a vida dele ia mudar a 180° e não mudou e ele estava muito revoltado. Essa revolta traduzia-se em mudanças de posição permanentes. Ele estava muito bem disposto num dia, no dia seguinte estava muito triste, no dia seguinte estava muito nosso amigo, queria estar

connosco e depois de repente inventava histórias para fugir de nós. Quer dizer, ele estava completamente transtornado. Nós não podemos encarar este jovem como se de um jovem ocidental se tratasse, que tinha tido uma infância normal. E nós nem sempre tivemos muita paciência para ele, porque ele de facto era demasiado inacessível. Uma vez era super amigo e noutras era exatamente o oposto. Foi muito difícil lidar com ele, até que no momento em que ele pediu dinheiro foi o fim da nossa função. Fomos nós que decidimos parar. Mas atenção justifica-se tudo. Todas as atitudes deles são justificáveis, porque é uma pessoa muito vulnerável e precisa desesperadamente de ajuda e eu espero sinceramente que depois da nossa reportagem, o Estado Português tenha olhado para ele de uma outra forma.

8. Esta Grande Reportagem deu origem a um trabalho inovador que juntou a SIC e alunos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Porquê a parceria com a NOVA FCSH?

PC – Como professor na NOVA e a minha tese de doutoramento está basicamente relacionada com a criação de uma aliança estratégica entre o mundo profissional e o mundo académico, eu entendi que esta seria claramente uma boa temática para desenvolver do lado de cá e do lado de lá, ou seja, do lado da academia e do lado do jornalismo. Forma-se então uma espécie de parceria. Informo o diretor de informação da SIC da minha intenção, informo o diretor da faculdade da minha intenção, ambos concordam e junto-me a outras duas professoras da NOVA e desafiamos um conjunto de alunos a trabalharem para este projeto. Eu, entretanto, começo a fazer reportagens associadas à temática dos refugiados e falo com a coordenadora da SIC Online e basicamente ficamos com uma rede montada, que envolve a SIC Online, a Grande Reportagem da SIC e os alunos da FCSH, do Departamento de Ciências da Comunicação. Estivemos praticamente nove a dez meses com esta temática ativa. Fizemos duas grandes reportagens aqui na SIC, duas reportagens especiais, fizemos depois no site um conjunto de conteúdos não apenas feitos pelos alunos, mas também por uma rede que eu criei internamente.

9. Estas (refugiados) pessoas são obrigadas a deixar tudo para trás e a partir. Fogem da guerra, da fome e da violência. Procuram proteção e segurança para refazerem as suas vidas. Mas o processo de chegar a um país novo não é fácil. Na sua opinião, a integração dos refugiados em Portugal ainda é uma miragem? Porquê?

PC – Portugal não é um país de acolhimento. Eu acho que isso ninguém pode pôr em causa. Agora o problema é que nós não estamos preparados para receber estas pessoas. Coisa muito básicas quanto número de funcionários do SEF é o mesmo ou é praticamente o mesmo que era antes da crise dos refugiados começar. Nós de facto não estamos preparados para acolher pessoas, não temos estrutura para isso, não temos dinheiro para isso e é estranho quando um país que quer acolher não cria depois ou não faz nenhum esforço para criar condições para acolher estas pessoas. Não adianta os governantes virem à televisão dizer que Portugal acolheu x,y e z pessoas quando depois a maior parte delas não tem condições para ficar e vai-se embora. E nós depois dizemos “São pobres e mal-agraçados, vão-se embora”. Não, eles só se vão embora o ensino do português é complicado e a capacidade de eles conseguirem um emprego e fazerem a vida deles por eles próprios é super difícil. Nós estamos a funcionar mal enquanto país ao nível das instituições e da burocracia. O Estado é demasiado pesado, intromete-se excessivamente na vinda destas pessoas para Portugal e não basta dizer que os queremos, é preciso criar condições para que eles venham e é isso que nós não estamos a fazer.

10. Para terminar, qual é a grande mensagem deste especial?

PC – Basicamente foi a ideia de que nós estamos a viver um tempo idêntico àquele que a Europa viveu há 70 anos com a Segunda Guerra Mundial, ou seja, o êxodo, a fuga de territórios como a Alemanha, fenómenos migratórios determinantes, o êxodo maciço de judeus que viviam na Alemanha e tentaram fugir para outras geografias e nós estamos a viver um período muito semelhante, ou seja, uma vez mais é a guerra que motiva este desamparo, esta angústia, esta impossibilidade de viver por parte das pessoas. Por um lado, era a perseguição nazi na Segunda Guerra contra os judeus, agora temos fenómenos que não são propriamente de perseguição, mas são fenómenos de guerra. São pessoas que temem pela segurança deles e dos filhos e têm de fugir e procurar abrigo noutra lugar e nós, Europa, que durante tanto tempo andamos à procura de melhores lugares, inclusivamente os portugueses que nos anos 60 do século passado terão fugido para França - mais de um milhão fugiu nessa altura. Quer dizer nós andamos sempre à procura de melhores mundos para nós próprios e para a nossa família e estes desgraçados fogem da morte. Não há razão maior do que fugir da morte para procurar abrigo em lugares mais seguros. Eles não fogem para vir prejudicar. Fogem porque têm de viver e acho que a Europa ainda não percebeu essa mensagem. E os

extremismos europeus que se alimentam sobretudo da vinda destes migrantes são a prova absoluta de que nós não aprendemos com o passado. A história parece que nada nos ensina e isso é a parte mais negativa. Talvez seja essa a grande mensagem que se tira daqui. Não é uma mensagem portuguesa, é uma mensagem europeia. A Europa transformou-se numa fortaleza, fechou as muralhas e não deixa que ninguém que não seja europeu entre e isto é triste, porque estas pessoas precisam de ter vida, precisam de ter um espaço para puderem viver para que daqui a uns anos possam regressar à terra delas que é o que elas querem.

JORNALISTA ESTAGIÁRIA - MARIANA CRUZ²¹

1. A SIC iniciou em novembro de 2018 o especial “Afeganistão: Capital dos Errantes” que terminou em junho de 2019, já no rescaldo das eleições europeias. Na altura, era ainda estagiária. Como é que surgiu a oportunidade de participar neste enorme trabalho jornalístico?

MC – A participação neste projeto surgiu na sequência do mestrado em Jornalismo que frequentava na NOVA/FCSH. Surgiu a possibilidade de desenvolver um trabalho-projeto e ao mesmo acompanhar e dar apoio a uma equipa da SIC.

2. Na sua opinião, a cobertura de notícias relacionadas com os refugiados, na SIC e SIC Notícias, é suficiente? Porquê?

MC – A cobertura da temática dos refugiados é cada vez mais frequente. Talvez porque os jornalistas estão mais atentos ou a população mais interessada. Mas acredito que o fator proximidade continua a marcar as notícias que nos chegam, ora porque a equipa de resgate é portuguesa, ou há portugueses envolvido em determinada questão ou os migrantes vão ser recolocados ou reinstalados em Portugal.

3. Os temas de investigação inseridos na área da grande reportagem, são conhecidos por serem particularmente difíceis de tratar. Que dicas lhe foram dadas (enquanto estagiária) e que fizeram a diferença na realização deste projeto?

²¹ A entrevista foi realizada por e-mail.

MC – O dia-a-dia alucinante no terreno é o melhor ensinamento. Não há livro ou cadeira que se possa comparar com o enfrentar da realidade. Foram meses duros, mas ao lado de pessoas incríveis e preocupadas. E é na personalidade de quem está ao nosso lado que está o segredo. É preciso uma predisposição inata, que nem toda a gente tem.

4. O drama dos refugiados é considerado um dos grandes temas da atualidade. Contudo, é também um tema sensível e que mexe com grandes instituições, sejam elas organizações independentes ou ligadas ao Governo. Na sua opinião, o que é que foi mais difícil em todo o processo?

MC - O mais difícil neste processo foi o silêncio das instituições. Remar contra a maré é o mais difícil destes projetos.

5. Um trabalho jornalístico ganha destaque quando é dada voz aos protagonistas da história. Foi o caso das muitas entrevistas que foram realizadas nesta investigação. Muitas delas contadas na primeira pessoa. Chegou a entrevistar algum dos refugiados? Se sim, o que é que mais a impressionou?

MC – Nunca conseguimos concretizar uma verdadeira entrevista, fizemos pequenas abordagens consoantes as várias situações que iam acontecendo. É diferente ler ou ver uma história de um migrante que chega a Portugal, saber que o processo de integração é difícil, a língua um entrave em todos os aspetos e ver que não sabe em quem confiar. Mas assistir e relatar é completamente diferente. Durante quase dois meses acompanhamos um dos jovens e nesse tempo vivemos também estes impasses e frustrações com ele. Foi uma grande aprendizagem.

6. Na sua opinião, o que faz com que o tema dos refugiados tenha mais ou menos cobertura?

MC - A proximidade ao nosso país na minha opinião é o que mais influencia, mas nunca fiz uma análise das notícias que nos chegam.

7. Esta Grande Reportagem deu origem a um trabalho inovador que juntou a SIC e alunos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Em que medida é que a participação de alunos da área de jornalismo marcou a diferença neste projeto?

MC – A participação tornou o projeto muito mais rico e diversificado. Desde o início gostávamos que fosse possível alargar o ângulo a nível do online e com a

participação de alunos foi possível. Acredito ter sido uma experiência pioneira para a SIC e para a NOVA/FCSH.

8. Estas pessoas (refugiados) são obrigadas a deixar tudo para trás e a partir. Fogem da guerra, da fome e da violência. Procuram proteção e segurança para refazerem as suas vidas. Mas o processo de chegar a um país novo não é fácil. Na sua opinião, a integração dos refugiados em Portugal ainda é uma miragem? Porquê?

MC - Não se pode generalizar, há casos de sucesso, há casos que têm tudo para correr bem e há outros que são um desastre. Cada caso é um caso. Aprendi que com as pessoas que chegam há que saber gerir bem as expectativas, as de quem acolhe e de quem é acolhido. E esse pode ser o caminho da integração.

JORNALISTA - RUBEN TIAGO PEREIRA²²

1. A SIC iniciou em novembro de 2018 o especial “Afeganistão: Capital dos Errantes” que terminou em junho de 2019, já no rescaldo das eleições europeias. Como é que surgiu a oportunidade de participar neste enorme trabalho jornalístico?

RTP - O projeto surgiu em conversa, entre mim e o jornalista Pedro Coelho. Na altura, ele tinha em mãos uma grande reportagem: a Via Sacra. Convidou-me a investigar mais sobre o assunto. Entretanto, o Pedro Monteiro, que era coordenador do projeto onde me inseria, quando soube desta ideia, ocorreu-lhe convidar a FCSH a participar no projeto. A partir daqui, seguiram-se reuniões entre todos os intervenientes até se ter chegado ao grupo de trabalho que acabou por constituir este projeto.

2. Na sua opinião, a cobertura de notícias relacionadas com os refugiados, na SIC e SIC Notícias, é suficiente? Porquê?

RTP - Não. O projeto passou despercebido da agenda mediática. À exceção de alguns jornalistas mais interessados, os media em geral, e não só a SIC, não providenciam a cobertura que este assunto devia ter. Aquilo que nós descobrimos era e

²² A entrevista foi realizada por e-mail.

é gravíssimo: um grupo de pessoas extremamente vulneráveis que está a ser votado ao mais absoluto esquecimento por parte das instituições que se propõem a acolhê-lo. CPR, ACM e SEF falham todos os dias, por insuficiência e sobrelotação dos serviços. O governo continua a aceitar mais refugiados. Este assunto merecia ter sido picado por outros jornais e, dentro da SIC, devia ter tido mais destaque nos jornais com mais audiência, através de peças de abertura e debates.

3. Os temas de investigação inseridos na área da grande reportagem são conhecidos por serem particularmente difíceis de tratar. Quais foram os critérios principais a ter em conta num trabalho como este?

RTP - Sim, confirmo que são. Há vários entraves. No fundo, estamos a expor a vida de pessoas vulneráveis que precisam de tudo menos atenção mediática. E elas próprias não se apercebem disso. Achem que os jornalistas vão resolver todos os seus problemas. E não vão. Então, entregam-se de alma e coração, desesperadas, contam-nos tudo, abrem a porta das suas casas, revelam onde vivem, as suas rotinas... Nós, por outro lado, temos de estar num constante e ténue equilíbrio entre contar as suas histórias sem as sacrificar ou expor demasiado. Também há outra questão: não recorrer ao maniqueísmo. Tentar não diabolizar as instituições. São pessoas, como quaisquer outras. Trabalham, fazem o melhor com o que têm. Então, tem de se procurar desvendar a incompetência das instituições sem massacrar as pessoas que delas fazem parte. Temos de estar constantemente a exercer o direito de resposta e a contactar de perto com elas, percebendo e relatando os seus motivos. Também temos de lidar com a possibilidade sempre presente de que estas pessoas possam estar a mentir. Não por maldade, mas a fim de dramatizarem as suas histórias e conseguirem mediatismo - para elas, isto pode representar a melhoria das suas condições de vida. Nestes trabalhos, como em todos os outros, o jornalista não se pode transformar num peão ou no veículo de um dos lados da história.

4. O drama dos refugiados é considerado um dos grandes temas da atualidade. Contudo, é também um tema sensível e que mexe com grandes instituições, sejam elas organizações independentes ou ligadas ao Governo. Na sua opinião, o que é que foi mais difícil em todo o processo?

RTP - Pôr essas instituições a falar. Muitas delas recorrem ao silêncio perante os jornalistas. No caso do Pedro Coelho, muitas dessas instituições tentaram mesmo

eliminar provas e chantagear os protagonistas da reportagem Via Sacra. Sabotaram-lhe a história, que acabou por não sair como ele queria.

5. Um trabalho jornalístico ganha destaque quando é dada voz aos protagonistas da história. Foi o caso das muitas entrevistas que foram realizadas nesta investigação. Muitas delas contadas na primeira pessoa. Chegou a entrevistar algum dos refugiados? O que é que mais o impressionou?

RTP - Sim. Das reportagens feitas por mim, fui eu que os entrevistei a todos. O que mais me impressionou foi saber que o Syiar e a Zozan tinham estado 6 meses sem gás, a aquecer água numa placa de indução elétrica vetusta, comprada por eles sabe-se lá com que dinheiro. Mas há mais: tinham uma conta de 111€ de eletricidade para pagar porque o CPR se havia atrasado no envio das faturas. Saber que aquelas pessoas já tinham acabado os seus programas de recolocação e estavam tudo menos integradas.

6. Na sua opinião, o que faz com que o tema dos refugiados tenha mais ou menos cobertura?

RTP - O tema dos refugiados não tem muita cobertura em Portugal e sinceramente essa é uma das grandes questões que tenho. Não consigo entender como é que histórias incríveis, comunidades vulneráveis e instituições incompetentes não chamam a atenção de mais jornalistas. Jornalisticamente, são coisas mesmo muito valiosas.

7. Esta Grande Reportagem deu origem a um trabalho inovador que juntou a SIC e alunos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Em que medida é que a participação de alunos da área de jornalismo marcou a diferença neste projeto?

RTP - Houve falta de coordenação entre as pessoas que estavam a gerir o projeto e, por esse motivo, acho que a participação dos alunos no trabalho final se revelou pouco frutífera. No entanto, criou-se aqui um modelo de trabalho que poderá ser pioneiro para o formato de grande reportagem e que eu acho que, a ser explorado, terá muito futuro.

8. Estas pessoas (refugiados) são obrigadas a deixar tudo para trás e a partir. Fogem da guerra, da fome e da violência. Procuram proteção e segurança para refazerem as suas vidas. Mas o processo de chegar a um país novo não é fácil. Na sua opinião, a integração dos refugiados em Portugal ainda é uma miragem? Porquê?

RTP - Aquilo que aprendi com este trabalho foi que a integração dos refugiados em Portugal está inteiramente dependente da instituição que os acolhe - o que é discriminação, logo, ilegal. É uma questão de sorte: se um refugiado vier ao abrigo de um programa da Associação Jorge Sampaio, que se mexe bem no SEF e consegue inscrevê-los numa faculdade, está safo. É o caso do Nour Machlah. Se vier da Grécia aos trambolhões, ao abrigo de um programa de recolocação, chega cá, é acolhido pelo CPR e seguem-se 18 meses de um programa de integração praticamente vão. Para além disto, há muitos outros fatores que influenciam a integração dos refugiados em Portugal e que são, à partida, meros pormenores. Por exemplo, a localização da casa que lhes é atribuída. Se for no centro de Lisboa, arranjam emprego, vão às aulas de português, põem-se no CPR num instante. Se for em Algueirão...outro fator que pode influenciar a integração de um refugiado é a sua escolaridade. Pessoas mais letradas têm mais facilidade em integrar-se.

REPÓRTER DE IMAGEM - JOSÉ SILVA²³

1. A SIC iniciou em novembro de 2018 o especial “Afeganistão: Capital dos Errantes” que terminou em junho de 2019, já no rescaldo das eleições europeias. Como é que surgiu a oportunidade de participar neste enorme trabalho jornalístico?

JS – A oportunidade surgiu a convite do Pedro. Ele perguntou-me se eu queria fazer esta grande reportagem com ele e eu aceitei. Nós vimos quais eram os casos, onde é que nós poderíamos ir e basicamente começou assim. Depois juntaram-se mais pessoas à equipa, como a parte do online da SIC que esteve muito ativa no projeto e também o departamento de multimédia que teve uma participação importante. O Pedro fez com que houvesse aqui vários setores da SIC que geralmente estavam adormecidos a trabalhar num único projeto e isso não é habitual. Ou seja, não é muito normal em grandes reportagens de informação colocarmos tanta gente num único projeto. Ou junta-se as pessoas depois de a reportagem estar feita e aí vamos à parte do online dar vídeos para eles passarem no site, mas logo desde o início não é muito normal começarem tantas pessoas no projeto.

²³ A entrevista foi realizada por chamada telefónica.

2. Na sua opinião, a cobertura de notícias relacionadas com os refugiados, na SIC e SIC Notícias, é suficiente? Porquê?

JS – Eu acho que se pode fazer sempre mais um bocadinho do que aquilo que nós fazemos. Eu penso que a cobertura por parte da SIC e da SIC Notícias dentro da média das restantes televisões está muito boa. Mas eu acho que ainda poderia ser melhor, porque este tema é tão vasto e diz-nos tanto respeito que ainda podíamos estar a investir mais um bocadinho a fazer mais coisas sobre os refugiados. Tanto que nós temos militares portugueses que estão lá na Grécia que quase diariamente apanham pessoas nos barcos. Portanto, eu acho que isto até podia ser um assunto muito mais retratado do que é. Porque parece que isto é um bocado moda, ou seja, sai uma notícia que a SIC lança a dizer que a marinha portuguesa apanhou 10 refugiados e todas as televisões durante aquele período de tempo dão as notícias e depois parou. Mas sendo este um problema que está tão em voga, nós poderíamos dar mais um bocadinho.

3. Os temas de investigação inseridos na área da grande reportagem, são conhecidos por serem particularmente difíceis de tratar. Quais são os critérios principais a ter em conta num trabalho como este?

JS – Olha, nós temos sempre aqui uma grande barreira que é a da confiança. Quando vamos fazer este tipo de trabalho, estamos a trabalhar com pessoas que à partida vão estar desconfiadas de nós, ou seja, não vão falar connosco, não se vão abrir facilmente para uma conversa, vão fechar-se muitas portas. Isto é um assunto ainda um pouco tabu, principalmente aqui em Portugal e eu senti muita dificuldade em gravar cá. Quando chegamos lá à Grécia foi o oposto. Abriam-nos as portas das casas de acolhimento e sentimos, desde logo, uma abertura muito maior no estrangeiro do que cá em Portugal. Nós aqui em Portugal é tudo muito escondido, as associações não querem falar porque têm medo e receio de falar às televisões, falam tudo em off. Para mim, o que eu senti mais dificuldade e eu sabia que era uma grande barreira é a parte da captação de imagem. É nos termos a confiança das pessoas para tirar a imagem delas, para captar os ambientes onde elas estão, onde elas vivem e essa de facto foi para mim a parte mais complicada.

4. O drama dos refugiados é considerado um dos grandes temas da atualidade. Contudo, é também um tema sensível e que mexe com grandes instituições, sejam

elas organizações independentes ou ligadas ao Governo. Na sua opinião, o que é que foi mais difícil em todo o processo?

JS – O caso da Segurança Social, todos os organismos estatais por onde os miúdos passaram, por onde o Foad e os amigos dele passaram ninguém quis falar connosco e depois não era só isso. É que para além de não quererem falar connosco, ainda puseram uma providência cautelar no Tribunal de Setúbal para nós nem sequer estarmos em contacto com as crianças. Ou seja, para além de não quererem dar declarações ainda dificultavam o trabalho, porque perante o tribunal diziam que nós estávamos a gravar os miúdos assim à rebeldia, que estávamos a aproveitar-nos dos miúdos. Mas isto também já está na nossa cultura, é aquela coisa de não compreender a comunicação social. E o Pedro neste caso correu os organismos todos e explicou verdadeiramente aquilo que andava a fazer, que era um trabalho sério, que era só para contar a história dos miúdos e que era só isso, não era para inventar mais nada. E as instituições em Portugal fecham-se demasiado porque têm medo e algum receio, porque se fosse um programa que corresse muito bem, toda a gente queria falar. Como aquilo não correu tão bem como eles queriam, o que acontece é que nenhuma das instituições quis falar connosco, porque ficou com medo de depois ficar mal vista e isso foi uma grande barreira em todo o trabalho.

5. Um trabalho jornalístico ganha destaque quando é dada voz aos protagonistas da história. Foi o caso das muitas entrevistas que foram realizadas nesta investigação. Mas mais do que gravar entrevistas com estas pessoas, é necessário filmá-las de forma constante. Fazer planos diferentes, apanhar certos pormenores, em locais diferentes é essencial para enriquecer o trabalho. E por vezes, este não é um trabalho fácil. Como repórter, pergunto-lhe, como é que se consegue a confiança destas pessoas?

JS – É difícil. Por exemplo, nós antes de começarmos lá a gravar lá em casa dos pais da Amina, nós fomos lá para aí umas três ou quatro vezes em que não levamos câmara, só tivemos lá com a família para a família nos conhecer, principalmente para o pai da Amina nos conhecer a nós, para nos aprovar digamos assim. Há aqui uma questão cultural, por exemplo, nós repórteres de imagem, estamos a ver uma determinada situação acontecer à nossa frente e eu sei que se naquele momento eu pegasse na câmara era um grande momento televisivo, porque era um ponto de reportagem tremendo, era o pai dela a rezar. E quando eu vi aquilo pega primeira vez eu até tinha a câmara em

baixo, estávamos a quebrar o gelo com ele e eu sabia que se levantasse a câmara e começasse a gravar aquele momento que em termos de reportagem era muito importante, eu sabia que ia trair ali a confiança deles e que já não ia fazer mais nada. E essa gestão que nós temos de ter a paciência e dizer “Eu não vou já tirar esta imagem, vou ter que esperar lá mais para a frente para ganhar mais um bocado da confiança deles” e mostrar que de facto nós estamos aqui com tempo e que os respeitamos e não vamos já fazer aquilo. E essa parte aí foi a pior, era nós chegarmos aos sítios e perdermos imenso tempo com as pessoas para elas saberem que nós íamos fazer um trabalho sério. Tive lá um momento, lá na casa dos pais da Amina que eles tinham lá um escrito na parede, aquilo estava em árabe e eu fui lá gravar aquilo e o pai da Amina ficou logo com uma cara muito séria a olhar para mim e eu pensei assim “Que asneira que eu já fiz aqui, queres ver que isto era alguma coisa sagrada, que nem podia gravar isto” e eu fiquei a olhar para ele. Perguntei à Amina se estava tudo bem com o pai e ela disse que sim, que ele só estava admirado de eu estar a gravar aquilo porque era algo ligado a questão religiosa e, para mim, aquilo era apenas um objeto decorativo lá da sala. Há medida que a história foi avançando também fiquei a saber mais sobre a cultura, mas isto são tudo barreiras e basta dar um passo em falso para destruir tudo o que já estava construído. Porque eles ali abriram as portas a uma televisão e sendo uma comunidade fechada, eu compreendo que para eles também é um choque. E depois também temos a barreira da língua. Eu quando consigo comunicar muito bem com a pessoa que estou a gravar, eu explico-lhe exatamente aquilo que vou fazer e para ela não ter medo e ter calma. Mas ter de passar por um tradutor que neste caso era a Amina a falar ao pai, aquilo perdia-se metade das coisas ali na tradução. A mensagem não era totalmente passada como eu tinha dito e isso aí tive muita dificuldade.

6. Na sua opinião, o que faz com que o tema dos refugiados tenha mais ou menos cobertura?

JS - Eu acho que o tema dos refugiados, infelizmente é quando se ouve fazer de mortes ou como foi o caso daquele homem da Marinha Portuguesa que apanhou as crianças. Aí tem uma grande cobertura e vai toda a gente atrás. Mas hoje em dia, ninguém muito mais que isto, ou seja, a Marinha passa a informação de que apanharam um “x” número de refugiados ou estão não sei quantos mais refugiados a chegar à Europa e isso é bom. Mas ninguém vai, de facto, ao terreno investigar e saber o que se está a passar. Basicamente, nós fazemos aqui um bocado a coisa da secretária.

Recebemos as imagens, escrevemos um textinho para aquilo e pronto vai para o ar. Não há aquela preocupação de tentar saber mais um bocadinho sobre a história. E acho que é essa parte que falta, de nós tentarmos saber mais um bocadinho do que está por trás. Bem sei que as televisões não têm dinheiro para ir todos os dias para o terreno, mas nós aqui em vez de recebermos só os feeds, tentamos saber um bocadinho mais daquilo junto de organizações. Nós temos cá tantas instituições em Portugal que têm números certos e que, muitas das vezes, não são contactadas por telefone e que têm uma experiência brutal disto e eu acho que nós devíamos procurar mais esse tipo de instituições.

7. Esta Grande Reportagem deu origem a um trabalho inovador que juntou a SIC e alunos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Em que medida é que a participação de alunos da área de jornalismo marcou a diferença neste projeto?

JS - Para já é ótimo e eu concordo sempre com esta participação de alunos das faculdades que é uma coisa que cá em Portugal não costumamos fazer muito e que lá fora no estrangeiro isto é uma coisa banal, que é os jovens trabalharem com as redações. Eu sou sempre a favor disto, porque eu passo informação daquilo que sei. Os alunos têm às vezes ideias inovadoras que nós às vezes também estamos um bocado presos às nossas ideias um bocado mais conservadoras ou um bocado mais antiquadas e abrimos um bocado os horizontes com novas maneiras de ver o mundo e eu defendo isto o mais possível. Este trabalho entre os alunos e os profissionais é saudável. É mais complicado, por exemplo, na parte da captação no terreno, porque implica mais pessoas no terreno, é mais ruído, mas passando essa dificuldade e se cada um de nós souber onde é que há de estar e como se comportar o trabalho corre lindamente. Eu acho que devia-se trabalhar mais este caminho de pôr os alunos a fazer também este tipo de trabalhos com as televisões, seja na SIC, na RTP ou na TVI.

8. Estas pessoas (refugiados) são obrigadas a deixar tudo para trás e a partir. Fogem da guerra, da fome e da violência. Procuram proteção e segurança para refazerem as suas vidas. Mas o processo de chegar a um país novo não é fácil. Na sua opinião, a integração dos refugiados em Portugal ainda é uma miragem? Porquê?

JS - Eu acho que na maior parte dos sítios é. Acho que só havia um sítio lá no Norte, ao pé de Ponte de Lima que estava já minimamente preparado para receber estas pessoas.

Eu acho que no resto dos casos, o sistema trata os refugiados como se fossem pessoas que nascido aqui a vida toda e não são. São pessoas que não estão a par da língua, precisam de acompanhamento e não é dar-lhes uma habitação e depois deixá-las ao deus dará e vai só lá uma técnica uma vez por dia e resolve a coisa. Estas pessoas precisam de muito mais. Isto não é só dar casa, roupa, comida para a dispensa e já está. E o resto? Por exemplo, estes jovens do Afeganistão, eles saem de lá com a pressão da família para virem ganhar dinheiro, porque são os mais velhos e esta responsabilidade está só em cima deles. Eles quando chegam cá a Portugal, o principal que eles precisam é de ganhar dinheiro. Podem aprender português, eles podem aprender a cantar e a dançar e tudo mais, mas o objetivo é ganharem dinheiro para mandarem para as famílias e nós cá não somos sensíveis a isso. É preciso perceber as necessidades. Podemos ensinar português, porque a língua é extremamente importante, também podemos integrá-los num programa onde eles trabalhem e se sintam úteis e nesse processo todo ainda ganhem algum dinheiro para os manter motivados e isso aí provavelmente resultava. Agora, trazê-los para cá e pô-los na escola como se fossem crianças que tivessem nascido cá não chega, não é suficiente.

EDITORA DE INTERNACIONAL – CRISTINA BOAVIDA²⁴

1. Na sua opinião, a cobertura de notícias relacionadas com os refugiados, na SIC e SIC Notícias, é suficiente? Porquê?

CB – Eu acho que a cobertura das temáticas internacionais que, muitas vezes, são muito importantes para nós como portugueses e como pertencentes à humanidade, nunca são suficientes, porque muitas vezes o que acontece é que o espaço dado a este tipo de notícias depende muito de acontecimentos nacionais que, às vezes, não têm assim tanta relevância. Portanto, eu penso que nós vamos tentando informar as pessoas sobre estas matérias, mas depois barramos sempre com coisas como as audiências e a necessidade de falar muito de futebol e do espaço que isso ocupa nos jornais e acaba, às vezes, por estas questões tão importantes ficarem um bocadinho para segundo plano. Acho que, acontece em todos os órgãos de comunicação social, em Portugal e não só.

²⁴ A entrevista foi realizada por chamada telefónica.

Eu acho que, às vezes, falta um bocadinho de explicação e não ficarmos só pela rama. Faltava muito a reportagem, a ida a esses locais, falar com as pessoas, para aproximar esses dramas das pessoas que vêm televisão em Portugal. Acho, por exemplo, que o facto de existir uma maior proximidade com o expectador ajudaria, porque, digamos que há o risco das pessoas começarem a ver os migrantes e os refugiados apenas como números, como pessoas que estão a entrar, a “invadir” a Europa e, não perceberem bem os dramas de que eles estão a fugir e, portanto, quando pessoas naquelas circunstâncias deixam de ser pessoas que precisam de ajuda e passam a ser números, é complicado.

2. Com que critérios escolhe que acontecimentos internacionais, espalhados por todo o mundo, merecem cobertura por parte da SIC?

CB – Os critérios são sobretudo a importância para o mundo e a proximidade aos portugueses também. Ou seja, é óbvio que nós falamos mais, por exemplo, dos migrantes que vêm para a Europa, do que de todos os outros que se refugiam no Bangladesh, porque é uma realidade que nos é mais próxima e que até nos afeta. Embora nós não tenhamos, ainda, muitos refugiados da Síria e de outros países em guerra aqui em Portugal. Mas, para além de termos que informar as pessoas sobre as questões mais importantes do mundo, temos também que ter em atenção a forma como isso vai afetar a nossa vida. Daí darmos muita importância ao Brexit, porque existem muitos portugueses a viver no Reino Unido e porque temos também muitos britânicos que vivem cá e que vêm cá de férias e isso vai afetar a nossa economia. Portanto, existe uma série de critérios que obviamente que têm de ser tidos em conta.

3. A SIC iniciou em novembro de 2018 o especial “Afeganistão: Capital dos Errantes” que terminou em junho de 2019, já no rescaldo das eleições europeias. Em que medida é que este trabalho jornalístico marcou a diferença?

CB – Eu acho que ele marcou a diferença, sobretudo, pelo tempo que o Pedro teve para trabalhar as várias questões que desenvolveu. Porque nós aqui, muitas vezes, no Internacional, por falta de recursos, não fazemos reportagem. Ficamos restringidos àquilo que as agências internacionais nos enviam e, para além disso, fazemos muitas vezes, as peças para o jornal, com muito stress, com muita pressa e restringidos com dois minutos de imagens, ter que explicar, ter que aprofundar os temas é extremamente difícil. É um exercício de contenção tentando explicar as coisas às pessoas e, nem

sempre, podemos enquadrar os temas todos, porque se não, em vez de fazermos um minuto e meio teríamos que fazer pelo menos três. De facto, quem não está dentro dos assuntos ou quem não tem uma ideia do mundo e da geografia do mundo e da geografia política e dos conflitos, se calhar não consegue acompanhar bem. Portanto, é muito bom que sejam feitos estes trabalhos, com tempo, com reflexão, com aprofundamento para também dar outra perspetiva a quem vê televisão.

4. Qual tem sido a estratégia editorial para cobrir o tema dos refugiados?

CB – A questão dos refugiados é muito larga, digamos, porque há os refugiados que fogem daquela zona de conflitos da Síria e da fome para a Europa. Depois há os da América Latina. Nós temos tentado ir fazendo o retrato possível da situação, tendo sempre em conta, questões humanísticas. Tentamos, sempre que possível explicar de que é que as pessoas estão a fugir. E eu acho que essa é a perspetiva mais correta. É ir explicando que as pessoas não estão apenas à procura de uma vida melhor, que é a ideia que é muito vigente, que aquelas pessoas querem uma vida melhor e vêm cá para a Europa usufruir dos nossos meios. Isto é uma ideia muito enraizada sobretudo, noutros países como a França, a Alemanha, que recebem muitos migrantes e refugiados e onde a extrema-direita tem uma expressão, que não tem neste momento em Portugal. Mas, tentar sempre lidar, eu acho que isto é importante, sensibilizar as pessoas para a vida que estas pessoas tiveram antes de chegar cá e antes de tentarem vir para cá. Isso é muito importante porque, a verdade é que a maioria dos portugueses se estivessem nas condições em que aquelas pessoas estariam, fariam exatamente a mesma coisa, fariam tudo para sair dali.

5. O drama dos refugiados é considerado um dos grandes temas da atualidade. Associado à palavra refugiado está na maior parte das vezes, a palavra migrante e deslocado. No caso particular da SIC, há uma preocupação em fazer distinguir estes três conceitos? Porquê?

CB – Nem sempre, nem tanto, eu acho que as pessoas não têm bem noção. A verdade é que o refugiado só é considerado refugiado depois de o país que o acolhe lhe dar esse estatuto. No início, todos são migrantes ou pessoas que estão deslocadas e, é óbvio que o reconhecimento desse estatuto, que tem regras internacionais, também é executado de formas diferentes pelos vários países e isso gera alguma complicação.

Mas, eu acho que, de facto, devia-se insistir um bocadinho mais nisso, porque as pessoas tendem a pôr tudo no mesmo saco.

6. Na sua opinião, o que faz com que o tema dos refugiados tenha mais ou menos cobertura?

CB – A verdade é que o mais importante neste momento era debater soluções para esta problemática. Falar das soluções. Apontar soluções. A verdade é que se as pessoas fogem do Iraque ou da Líbia ou da Síria é porque não conseguem lá viver e, neste momento, o debate que se impõe e a reportagem que se imporia, na minha opinião, era políticas de ajuda àqueles países para que comesçassem o seu projeto de reconstrução, de forma a que, as pessoas pudessem começar a voltar para lá. Agora que o Daesh já está mais controlado, eu acho que isso era extremamente importante e acho que devia ser o foco nos próximos meses. A atualidade comanda a situação e obviamente que quando há grandes tragédias a relatar há mais probabilidade que se fale do assunto. Agora, eu acho que Portugal, neste momento, é uma espécie de uma ilha porque não existe, apesar de tudo, muita reação. Existe, acho eu, alguma sensibilidade às questões dos refugiados, porque não temos muitos. Do resto da Europa não se pode dizer o mesmo. Portanto, digamos que estamos em duas situações completamente diferentes. Eu acho que, nós temos, não sei se chega a cem pessoas, mas pronto, serão poucas centenas. De qualquer maneira, em Portugal e muitas das que entraram partiram depois para a Alemanha onde tinham familiares, portanto, nem sequer ficaram cá. E isso faz com que não haja muita reação ao estilo e às pessoas. Já não se pode dizer o mesmo em França, por exemplo, ou em Itália. Porque também não temos espaços com refugiados a chegarem às nossas costas porque, se tivéssemos, provavelmente haveria outra envolvência das pessoas, mais exaustiva em relação a estas questões.

7. Um trabalho jornalístico ganha destaque quando é dada voz aos protagonistas da história. Nos *feeds* que chegam todos os dias à redação da SIC e, no caso específico dos refugiados isso acontece? Ou seja, são os refugiados as fontes principais das notícias? Porquê?

CB – Eu acho que ultimamente o relato até tem sido mais das organizações que os ajudam, das Organizações Humanitárias, Não Governamentais, do que dos próprios jornalistas porque é um fenómeno mais ou menos recente. Por exemplo, vamos pensar neste navio humanitário que esteve agora vinte dias ao largo de Itália e só ontem à noite

teve autorização para desembarcar os migrantes que estavam a bordo. Nós o que temos, embora alguns jornalistas lá tenham ido, são imagens e relatos feitos nas redes sociais, em vídeo, pelos próprios elementos das organizações humanitárias. Portanto, acabam por ser eles, e também porque muitas vezes aquelas pessoas não sabem falar inglês, nem francês, nem aquelas línguas mais comuns na Europa. Então digamos que o ponto da situação vai sendo feito pelos elementos das organizações. Não é que os jornalistas não queiram falar com os refugiados, mas para isso têm que ir ao local, não basta estarem aqui a fazer peças. Por isso, neste momento as organizações têm tido um papel extremamente importante. porque rapidamente põe nas redes sociais o que se está a passar e, mesmo que lá não estejam jornalistas. São os porta-vozes, no fundo, dos refugiados. Até porque a primeira ação do Estado é ensinar-lhes a língua, mas é um grande entrave porque, faz com que nós vejamos aquelas pessoas, mas depois dificilmente as temos a contar aquilo por que passaram até chegar ali, pelo menos, ao início. Isso seria extremamente importante para nos ajudar a perceber o desespero dos refugiados.

8. Na sua opinião, que ferramentas multimédia são utilizadas para fazer cobertura deste tipo de conflitos? E de que forma modificaram essa mesma cobertura?

CB – O que eu noto é que as redes sociais têm facilitado muito a divulgação do que está a acontecer no momento. É claro que isso é bom para os jornalistas, porque têm acesso à informação no momento, de alguém que está no sítio onde as coisas estão a acontecer. Por outro lado, é uma responsabilidade acrescida porque é preciso confirmar tudo, porque essas informações e essas imagens não são feitas por jornalistas e é muito fácil adulterar os factos. Tudo evoluiu e tudo nos dá mais acesso imediato ao que está a acontecer. Nós, por exemplo, antigamente estava a acontecer qualquer coisa e não tínhamos informação das agências, agora basta abrir o Twitter e conseguimos ter informações, pessoas que estão, nesse momento, nesse local a relatar o que esta a acontecer. Temos o Skype, que é extremamente importante, porque nos permite falar e até entrevistar pessoas noutros países, usando a internet, sem necessitar de lá ir. É claro que a qualidade não é a mesma, mas é extremamente importante e, para além disso, podemos estar a ver coisas em direto, seja no Facebook, seja no Instagram. A partir do momento em que há alguém que tenha um telemóvel com internet, no local, tudo o que lá está a acontecer pode ser visto pelo mundo inteiro em direto, sem precisar da

intervenção de um jornalista, de um repórter, de uma câmara. Isso é extremamente importante. Mas, como eu já disse é também extremamente perigoso, porque temos a visão de uma pessoa, que não é jornalista e que, na maioria dos casos não é imparcial. Portanto, é preciso fazer esse desconto e usar essa informação com cuidado, porque geralmente as pessoas que fazem esse tipo de coisas ou é porque estão numa situação extrema ou têm alguma agenda pessoal ou de grupo e estão a tentar influenciar as outras. Mas de facto, neste momento, em termos de qualidade da informação em termos de imagem é muito pior, mas temos acesso no próprio momento a imagens do que está a acontecer e isso é extremamente importante para os jornalistas, mas também para as pessoas, porque é uma forma delas quando estão envolvidas em situações muito dramáticas poderem até defender, pondo o mundo a ver o que está a acontecer. É mesmo essencial filtrar a informação e é preciso citar a fonte sempre para situar as pessoas. Mas, é extremamente importante e imediato e de facto o mundo ficou mais pequeno. Antigamente era tudo muito longe, agora é muito mais fácil comunicar com pessoas que estão nos confins do mundo. Se tiverem um telemóvel, com internet, tudo é possível.

9. Estas pessoas (refugiados) são obrigadas a deixar tudo para trás e a partir. Fogem da guerra, da fome e da violência. Procuram proteção e segurança para refazerem as suas vidas. Mas o processo de chegar a um país novo não é fácil. Na sua opinião, a integração dos refugiados em Portugal ainda é uma miragem? Porquê?

CB – Eu acho que há casos interessantes de boa integração e há boas ideias e se calhar até há algum empenho. O problema é que eu não acho que Portugal seja pior do que, por exemplo, a Dinamarca ou alguns outros países onde as pessoas também são colocadas em centros e um bocadinho abandonadas à sua sorte. Eu acho é que, os países, às vezes, já não conseguem acompanhar bem os seus próprios cidadãos, que é o caso de Portugal, portanto também não acompanham bem os que chegam, porque existe uma certa inoperância dos serviços e muita burocracia, é tudo muito lento. As pessoas deviam ser integradas mais rapidamente, deviam ter trabalho, porque é a forma digna de se viver em algum lado, deviam conseguir custear as suas próprias coisas e muitas daquelas pessoas são pessoas inteligentes que nos chegam, são pessoas instruídas, muitos deles, sei lá, tinham várias profissões. De facto, o Estado devia investir mais na integração. Mas, a verdade é que o Estado também falha em relação aos próprios

cidadãos nacionais. Portanto, eu não acho que haja uma malapata do Estado em relação aos refugiados. Acho apenas que há alguma inoperância e incompetência que tem a ver com os próprios serviços e não com um desígnio do Estado ignorar as necessidades das pessoas.

COORDENADOR DO PRIMEIRO JORNAL – ANDRÉ ANTUNES²⁵

1. Um jornal de uma estação de televisão conta com vários membros e existe sempre a história do que foi, do que é e do que poderá vir a ser no futuro. A primeira pergunta tem a ver com a direção do Primeiro Jornal. Quem foram os diretores até junho de 2019?

AA - O Alcides Vieira foi o diretor de informação da SIC que antecedeu o Ricardo Costa. Por sua vez, antes destes dois esteve Emídio Rangel que foi o primeiro a assumir o cargo, em 1992, altura em que estreou a SIC. Atualmente quem está à frente da direção de informação é Ricardo Costa, que foi diretor geral na altura do Alcides Vieira. Depois disso, Ricardo Costa transitou entre a SIC e o Jornal Expresso, do qual também foi diretor, voltando novamente para a SIC.

2. E no que toca aos coordenadores do Primeiro Jornal? Quem é que já esteve ao leme deste grande navio (se assim quisermos chamar)?

AA – Olha, vou começar por mim que estou no cargo neste momento. Já faz uns 10 anos, acho eu... Para ser sincero, nem tenho bem a certeza...O tempo em televisão voa mesmo. Antes de mim, foi a Ana Luísa Galvão, que neste momento é coordenadora da Agenda da SIC. E esteve ainda o Paulo Nogueira, que é jornalista da casa e apresenta atualmente o Contas-Poupança da SIC Notícias.

3. Todos os dias há uma reunião para o que a informação da SIC vai fazer no dia seguinte. É nessa reunião que também se discutem também os conteúdos para o Primeiro Jornal?

AA – Sim. É uma espécie de reunião de planeamento feita entre coordenadores e editores, que define aquilo que a SIC vai fazer no dia a seguir, tendo em conta aquilo

²⁵ A entrevista foi realizada por chamada telefónica.

que já é possível decidir. Um terço dos temas que estão no planning vai para o jornal. E o que é isto do planning?... É basicamente uma mistura dos acontecimentos que estão na agenda com ideias que, entretanto, surgem ou histórias que chegam à redação. Normalmente, estas histórias são comunicadas pela linha de atendimento. Por exemplo, um telespectador vai à loja do cidadão e vê uma fila anormal naquele dia. Liga para cá e comunica a situação e, mediante uma avaliação fazemos daquele conteúdo uma notícia ou não. São essas histórias que, muitas das vezes, chegam como notícias de última hora. São temas que surgem no decorrer da manhã e que mudam o rumo do alinhamento e que obrigam a alterações e ajustes daquilo que vai ou não entrar no noticiário. No planning estão também os serviços da agenda, que normalmente são marcados com antecedência, como é o caso de reuniões de membros do Governo, visitas de Estado ou até mesmo greves e manifestações.

4 – Numa redação como esta, há pequenas equipas que trabalham em contrarrelógio para alimentar o jornal. O Primeiro Jornal é a prova disso. Quantos jornalistas trabalham diariamente para este noticiário?

AA – Posso dizer-te que em média são sete. Uns dias são cinco e outros dias são dez. Depende muito de quem esteja de folga ou quem tenha trabalhado ao fim de semana. Depois tens a rede de correspondentes toda e a redação do Porto. Os correspondentes temos um por cada distrito, incluindo a Madeira e os Açores. Beja é o único distrito que não tem nenhum jornalista correspondente. Já a redação do Porto localiza-se em Matosinhos e dela fazem parte uma pequena equipa de jornalistas que cobre os acontecimentos do Norte do país.

5 – Relativamente aos conteúdos propriamente ditos do jornal... Na sua opinião, o Primeiro Jornal tem notícias mais regionais quando comparado com o Jornal da Noite? Porquê?

AA – Na prática isso acontece, por vários motivos. Em primeiro lugar, é porque o público é diferente e quem está a ver a televisão às 13h é um público se calhar mais recetivo a esse tipo de notícias. Por outro lado, tem a ver com a rede de correspondentes que é uma boa forma de alimentar o jornal. Parece simples, mas este jornal é difícil de se fazer. E porquê? Além de haver pouco tempo para se fazerem as coisas durante a manhã, é também um jornal grande, daí os correspondentes darem uma ajuda brutal ao fazerem notícias dos distritos deles. Outra coisa, o trabalho dos correspondentes não

equivale a notícias menos importantes, muito pelo contrário. Às vezes a abertura do jornal está num distrito fora de Lisboa. E em relação a isso, eu tenho uma visão bastante clara das coisas. Acho que as coisas não se passam só na capital. O país é um todo e além dos conteúdos que são verdadeiramente notícia, nós ainda damos outras coisas, como por exemplo a nossa cultura e tradições. No Jornal da Noite é ligeiramente diferente. Há menos tempo de jornal, porque existem mais rubricas, logo sobre menos espaço para as notícias.

6 – Além da equipa de jornalistas e correspondentes que trabalha na realização das peças para o Primeiro Jornal, há ainda uma equipa base. Quantas pessoas formam essa equipa?

AA – Nesta parte mais editorial, de realização e produção e que também trata das questões relacionadas com a forma somos cinco, seis pessoas. Por norma é coordenador, realizador, pivot, produção e um ou dois line producers, que estão responsáveis pelas frases que passam durante o jornal e as quais acompanham as peças.

7 – Um noticiário em televisão também se faz de complementos, nomeadamente formatos que integram o jornal e o enriquecem a nível visual. Estou a falar do caso específico dos VIDIS e das PROMOS. Como é que se gerem estes conteúdos?

AA – Muitas das vezes é pela força da imagem. Por exemplo, o caso de um tornado que acontece nos EUA. Eu faço uma PROMO com isso, mas não é necessariamente a coisa mais importante de promover. No entanto, é algo que tem boas imagens e capta a atenção do telespectador. Depois, outros assuntos que eu acho que interessam às pessoas ou até mesmo assuntos que geram polémica. Por norma, eu decido quais são as PROMOS, o realizador trata da montagem e o pivot escreve o texto. No caso dos VIDIS é muito semelhante e a imagem continua a ser a protagonista. Há apenas uma diferença. Enquanto a PROMO surge como um separador no decorrer do jornal, o VIDI é um ecrã gigante no próprio estúdio do jornal.